



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2012

SÉRIE 3 ANO IV N°033

Caderno 2/2

Preço: R\$ 5,00

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (Continuação)

PORTARIA N°09/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo n°212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Luiz Carlos Mourão Maia 241.614.543-68	001.004	Servidor Presidente da Comissão de Triagem, Elaboração de Projetos e Criação de Novos Municípios.DNS 3	Icó,Orós,Acopiara, Quixelô, Cariús, Várzea Alegre, Ipaumirim e Baixio - Ce	01 a 04/02/2012	Veículo Oficial	Viajar a serviço deste Poder para tratar de limites intermunicipais.	R\$86,00	R\$344,00
Luiz Carlos Moreira Farias 064.202.812-53	016.976	Assessor da Comissão	Icó,Orós,Acopiara, Quixelô, Cariús, Várzea Alegre, Ipaumirim e Baixio - Ce	01 a 04/02/2012	Veículo Oficial	Viajar a serviço deste Poder para tratar de limites intermunicipais.	R\$55,00	R\$220,00
Jáder Ribeiro de Lima 033.499.113-74	023.456	Membro GT	Icó,Orós,Acopiara, Quixelô,Cariús, Várzea Alegre, Ipaumirim e Baixio - Ce	01 a 04/02/2012	Veículo Oficial	Viajar a serviço deste Poder para tratar de limites intermunicipais.	R\$55,00	R\$220,00
Isadora Matos Araújo 015.544.423-97	022.014	Membro GT	Icó,Orós,Acopiara, Quixelô,Cariús, Várzea Alegre, Ipaumirim e Baixio - Ce	01 a 04/02/2012	Veículo Oficial	Viajar a serviço deste Poder para tratar de limites intermunicipais.	R\$55,00	R\$220,00

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 25 dias do mês de janeiro de 2012.

Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA N°012/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei n°9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo n°212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
José Sarto Nogueira Moreira 210918.973-87	008.274	Deputado Estadual	Porto Alegre - RS	30 e 31/01/2012	Aéreo	Participar da reunião Ordinária da Diretoria da UNALE.	R\$402,00	R\$804,00

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 31 dias do mês de janeiro de 2012.

Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA N°014/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e competências que lhe foi outorgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, através do Ato do Presidente n°089/2003, de 19 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado, de 26 de agosto de 2003, RESOLVE CONCEDER **VALE TRANSPORTE**, nos termos do parágrafo 3° do artigo 6° do decreto n°23.673, de 3 de maio de 1995, aos **SERVIDORES** abaixo relacionados durante o mês **FEVEREIRO/2012**. DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 01 de fevereiro de 2012.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
DIRETORIA GERAL

MAT.	FF	NOME	CARGO	TIPO	QTDE
000252	07	ADRIANA FARIAS LANDIM CORDEIRO	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000258	07	AIDA DE CASTRO CHAGAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000004	02	AILA MARIA LEITE PEREIRA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000260	07	ALANA MARUSIA DIAS COSTA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000262	07	ALBERTO JORGE PORTELA LIMA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000265	07	ALDEJULIO CHAGAS DO NASCIMENTO DE MENEZES	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000269	07	ALEXANDRE DE BORBA VASCONCELOS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000279	07	AMAZONINA GOMES CHAVES ORTIN	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000006	02	AMELIA LOPES DA SILVA	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000285	07	ANA CARLOTA MOURAO SANTOS	ENFERMEIRO	A	40
000286	07	ANA CECILIA FRANCO CAVALCANTI	CONTADOR	A	40
000293	07	ANA DAURIA DE OLIVEIRA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000296	07	ANA JAQUELINE GONDIM FONTENELE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000008	02	ANA KATYA SAMPAIO FARIAS	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40

MAT.	FF	NOME	CARGO	TIPO	QTDE
000299	07	ANA LUCIA DE AQUINO NOGUEIRA ALMEIDA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - M	80
000303	07	ANA LUIZA LACERDA COELHO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000306	07	ANA MARIA MARTINS GOMES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000308	07	ANA MAURA JUNIOR RIOS	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000311	07	ANA RITA PEREIRA NORONHA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000313	07	ANA ROSA QUEZADO SAMPAIO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000316	07	ANA TEREZA COSTA RODRIGUES	DATILOGRAFO	A	40
000317	07	ANA VLADIA DE QUEIROZ	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
000319	07	ANACLETA CRISTINA MORAIS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000331	07	ANGELA DE FIGUEIREDO CORREIA CASTELO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000335	07	ANISIO SILVA DE ALCANTARA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000337	07	ANITA MESSIAS DE OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000343	07	ANTONIA ELIANE PINHEIRO CAVALCANTE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000345	07	ANTONIA ENILCE VIEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000346	07	ANTONIA FRANCISCA QUIRINO DE SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000347	07	ANTONIA GUEDES CABRAL AGUIAR ROCHA	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
000349	07	ANTONIA LEANDRO ELIAS	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000351	07	ANTONIA MARIA PAULA LIMA	ASSISTENTE SOCIAL	A	40
000354	07	ANTONIA REGINA DA SILVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000355	07	ANTONIA VILMA CAVALCANTE GALVAO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000359	07	ANTONIO AIRTON DE OLIVEIRA FILHO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - F	80
000363	07	ANTONIO ALVES PIRES	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000372	07	ANTONIO CLAUDIO COSTA	MOTORISTA	A	40
000373	07	ANTONIO DE CARVALHO ROCHA BARROSO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000374	07	ANTONIO DE CASTRO JUNIOR	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000376	07	ANTONIO ELMIRO DE SOUSA RIBEIRO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000377	07	ANTONIO ERNANI DE MAGALHAES SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000386	07	ANTONIO NILVAN AUAD DE QUEIROZ	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000389	07	ANTONIO PAULO ALVES DA SILVA	MOTORISTA	A	40
000408	07	ARINEIDE DAMASIO MESQUITA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000401	07	ARISTIDES BARCELOS DE OLIVEIRA RODRIGUES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - M	80
000409	07	AVANIANA MORAIS CAVALCANTE	DATILOGRAFO	A	40
000411	07	BRIOLANJA PEREIRA TAVARES	DATILOGRAFO	A	40
000412	07	CAMARAL NETO MOREIRA DE PINHO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000418	07	CARLOS ALBERTO LEAL DE SA JUNIOR	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000422	07	CARLOS AUGUSTO EVANGELISTA VIANA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000424	07	CARLOS CESAR DA SILVA LEITE	DATILOGRAFO	A	40
000025	02	CARLOS HENRIQUE SAMPAIO FARIAS	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000445	07	CELIA MARIA BARROSO BASTOS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000463	07	CLAUDIA SARAIVA DE SOUZA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000464	07	CLAUDIO HENRIQUE COSTA MARTINS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000466	07	CLAUDIO HENRIQUE RIBEIRO DA CUNHA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000474	07	CLEONIR ALEXANDRE AZEVEDO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000475	07	CLodomir ARRUDA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000477	07	CONCEICAO KATIA DA SILVA LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000478	07	COSME ANDRADE NETO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000480	07	CRISTIANA RIPARDO FERNANDES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000031	02	CRISTIANE PAULA JOSUE	TAQUIGRAFO REVISOR	A	40
000483	07	CRISTINA ALVES DE SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000492	07	DENISE MARIA COELHO DE MORAIS	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000493	07	DENISE MOREIRA DE CASTRO TORQUATO	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
000494	07	DIANA CARVALHO TEIXEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000504	07	DORINALVA ALVES CANDEIRO	ASSISTENTE SOCIAL	A	40
000507	07	DULCINEIA LUZ CATUNDA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000508	07	EDGARD MARTINS BEZERRA FILHO	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
000509	07	EDGLER SOBREIRA RIBEIRO FILHO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000511	07	EDINIRA MARTINS BORGES	ASSISTENTE SOCIAL	A	40
000513	07	EDLEUSA MARIA RIBEIRO	DATILOGRAFO	A	40
000516	07	EDNA MARIA DA COSTA MACENA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000517	07	EDNA MARIA MARTINS ALMEIDA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000519	07	EDNA MIRTES BITU LEMOS	ECONOMISTA	A	40
000527	07	ELENIRA DE FREITAS MOTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - J	80
004698	07	ELEUDA MARIA NASCIMENTO DE CASTRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000529	07	ELEUSANIA RIBEIRO BARBOSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000532	07	ELIANE DA SILVA DE FREITAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000535	07	ELISABETE BARBOSA LUCENA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000536	07	ELISABETH MORAIS NOGUEIRA	DATILOGRAFO	A	40
000537	07	ELOA SOARES MOURAO BATISTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000538	07	ELSA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A - M	80
000540	07	ELZELITA MARIA UCHOA GUIMARAES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000548	07	ERISSON RODRIGUES PEREIRA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000549	07	ERLIENE ALVES DA SILVA VALE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000553	07	EUGENIA ALMEIDA PINHO NETA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000556	07	EVA LUISA OLIVEIRA CORREIA GOMES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000558	07	IVALDO WELLINGTON MEDEIROS DO VALE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000569	07	FATIMA MARIA FERREIRA SAMPAIO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000571	07	FAUSTINA CARNEIRO DE LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000066	02	FERNANDA MARIA CANDIDO CARDOSO	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000707	07	FERNANDO ANTONIO ROGERIO MOTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000708	07	FERNANDO BENEVIDES MACHADO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000711	07	FERNANDO SERGIO DE SOUZA ALVES	AGENTE DE SEGURANCA	A - F	80
000717	07	FLAVIO CELIO BEZERRA MARTINS	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000718	07	FLORENCIO TABOSA NETO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000574	07	FRANCISCA ARLENE ROCHA E SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000576	07	FRANCISCA CLEIDE FERREIRA MACIEL	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000578	07	FRANCISCA DAS CHAGAS BRAZ	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000580	07	FRANCISCA DE FATIMA LIRA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000581	07	FRANCISCA DE PAULA MELO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40

MAT.	FF	NOME	CARGO	TIPO	QTDE
000582	07	FRANCISCA DIONISIA DE OLIVEIRA PINTO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000583	07	FRANCISCA ENEILA ALVES BARROSO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000585	07	FRANCISCA FATIMA GERMANO DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - F	80
000586	07	FRANCISCA FELIX ALVES	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - F	80
000587	07	FRANCISCA FRANCIRENE LOPES TEIXEIRA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000597	07	FRANCISCA MARIA ARRUDA DO CARMO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000600	07	FRANCISCA NEILA PINHEIRO LEMOS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000610	07	FRANCISCO ANTONIO ARAUJO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - F	80
000613	07	FRANCISCO AURICINO PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000057	02	FRANCISCO BARROS ALVES	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A - F	80
000614	07	FRANCISCO CESAR OLIVEIRA DE SOUSA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000617	07	FRANCISCO COELHO PEREIRA	AGENTE DE SEGURANCA	A	40
000618	07	FRANCISCO DA COSTA CAMPOS	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000619	07	FRANCISCO DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000623	07	FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA LOUREIRO	MOTORISTA	A	40
000625	07	FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000627	07	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	MOTORISTA	A - F	80
000632	07	FRANCISCO DE ASSIS MARTINS	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000635	07	FRANCISCO DE MOURA BARROS	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000639	07	FRANCISCO EDILBERTO DE ALMEIDA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - J	80
000656	07	FRANCISCO GEOMAN DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000658	07	FRANCISCO GLAUCIO AGUIAR PEREIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	A - F	80
000659	07	FRANCISCO JOAO CARLOS DE SOUZA	MOTORISTA	A	40
000660	07	FRANCISCO JOCILDO DE FIGUEIREDO CORREIA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000662	07	FRANCISCO JOSE ALVES DE LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000664	07	FRANCISCO JOSE DE ABREU	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000671	07	FRANCISCO LEMOS FERREIRA	MOTORISTA	A	40
000672	07	FRANCISCO LUCIANO DA SILVA SANTOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	A	40
000675	07	FRANCISCO MARIO DA SILVA	MOTORISTA	A	40
000678	07	FRANCISCO MATOS BASTOS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000680	07	FRANCISCO MENDONCA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000686	07	FRANCISCO ROBERTO RIBEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000688	07	FRANCISCO RONALDO ROCHA XAVIER	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
000690	07	FRANCISCO SAVIO BOTELHO DE OLIVEIRA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000720	07	FRANKLIN RUBENS ELOY DE LIMA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000723	07	GENECI LOPES VIEIRA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000725	07	GEORGE LUIZ LOPES BEVILAQUA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000732	07	GETULIO LUIZ FONTELES FARIAS	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000744	07	GUARACIANA MATOS DE FRANCA FONTELES FARIAS	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
000746	07	GUILHERME PIMENTA FILHO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000749	07	HAROLDO BONFIM STUDART DE CASTRO ARAUJO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000756	07	HELINE JOYCE BARBOSA MONTEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000078	02	IRACEMA LIMA BACURAU	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000080	02	IRLANA DE ALENCAR GURGEL	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A	40
000778	07	IURY FONSECA MOTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000779	07	IVANDA PAULA ALBUQUERQUE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - S	80
000780	07	IVANICE RAMOS GONDIM	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000781	07	IVELISE ALVES DO NASCIMENTO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000784	07	JACINTA MOREIRA CANDIDO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000787	07	JACQUELINE ASSUNCAO DE LIMA BRAGA TEIXEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000791	07	JAIRO SAMPAIO MARTINS	AGENTE DE SEGURANCA	A	40
000797	07	JARDA PAIVA NOGUEIRA DIOGENES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000800	07	JERFFERSON BEZERRA DE FIGUEIREDO	MOTORISTA	A	40
000801	07	JERONIMO ARAUJO COSTA NETO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000803	07	JOAO ALEXANDRE ALVES	MOTORISTA	A	40
000808	07	JOAO ANTONIO AZEVEDO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000813	07	JOAO BATISTA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	A	40
000816	07	JOAO BOSCO MARTINS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000819	07	JOAO EMIR ARAUJO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000821	07	JOAO GALBA DE PAIVA MESQUITA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000822	07	JOAO GONCALVES VERISSIMO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000831	07	JORGE GOMES MARINHO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000834	07	JOSAFÁ OLIVEIRA DINELLY	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000856	07	JOSE EDMAR DE SANTANA	MOTORISTA	A - E	80
000860	07	JOSE FELIX MAGALHAES	MOTORISTA	A	40
000861	07	JOSE FERNANDES FILHO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000874	07	JOSE GONCALVES PINHEIRO	MOTORISTA	A	40
000877	07	JOSE HELDER DE CARVALHO TELES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000880	07	JOSE HUMBERTO DE ARAUJO	MOTORISTA	A - J	80
000883	07	JOSE JOACI MARQUES	MOTORISTA	A	40
000884	07	JOSE JOSCELY TABOSA RODRIGUES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000889	07	JOSE LUCIO JUNIOR	DATILOGRAFO	A	40
000892	07	JOSE MARIA CAVALCANTE	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000906	07	JOSE RIBAMAR DA COSTA	MOTORISTA	A	40
000909	07	JOSE RIVANELDO DE LIMA	MOTORISTA	A	40
000912	07	JOSE RODRIGUES COELHO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000915	07	JOSE SERAFIM FILHO	MOTORISTA	A - M	80
000918	07	JOSE TARCISO DE SOUSA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000920	07	JOSE VALZENIR NUNES NOGUEIRA	DATILOGRAFO	A	40
000921	07	JOSE VIDAL DOS SANTOS JUNIOR	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
000927	07	JOSE WILSON DE SOUZA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000931	07	JOSEFADINIZ DANTAS	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
000935	07	JUCILEIDE ALVES PEREIRA	DATILOGRAFO	A	40
000936	07	JULIA BASTOS CAVALCANTE	DATILOGRAFO	A	40
000937	07	JULIO CESAR ARAUJO COSTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000947	07	KATIA FERREIRA GOMES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000948	07	KATIA MARIA DE CASTRO SATIRO CAVALCANTE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
004639	07	LEDA GONCALVES LINO NOCRATO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40

MAT.	FF	NOME	CARGO	TIPO	QTDE
000957	07	LIANI MARIA BRAGA JACO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000958	07	LIDUINA FELIX DE MENEZES	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000959	07	LIDUINA MARIA BENTO MACIEL	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000961	07	LIDUINA MARIA JUNIOR RIOS	ASSISTENTE SOCIAL	A	40
000963	07	LIGIA MARIA STUDART DE CASTRO ARAUJO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000118	02	LILLIAN CORDEIRO COSTA PONTES	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A	40
000967	07	LIZ NORONHA FEITOSA	CIRURGIAO DENTISTA	A	40
000968	07	LIZANDRA CARLA SIQUEIRA MONTEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000970	07	LORELEI IRMELA ITAEMA SOUTO BARROS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000972	07	LORENA MACHADO VIEIRA MAIA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000974	07	LUCIA DE FATIMA ALBUQUERQUE CIDRAO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000975	07	LUCIA DE FATIMA ANDRADE PESSOA DE CARVALHO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000978	07	LUCIA DE FATIMA SILVA DA COSTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000979	07	LUCIA HELENA SANTIAGO FELIX E SILVA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000980	07	LUCIA LEITE CAVALCANTE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000984	07	LUCIA MARIA TIMBO DIAS	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000986	07	LUCIA NOGUEIRA VERAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000990	07	LUCIANA CARLA PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000996	07	LUCINEIDE MARIA CARVALHO NOGUEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000998	07	LUCIVANE PINHEIRO CAMPOS	DATILOGRAFO	A	40
000127	02	LUIZ ANTONIO PAULA PEREIRA	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A	40
001006	07	LUIZ EDUARDO PINHEIRO GONDIN	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001012	07	LUIZA GONCALVES DE LEMOS GALINDO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
000181	02	MANOEL CEZARIO PEIXOTO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001233	07	MANOEL ITAMAR DE ANDRADE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - F	80
001234	07	MANOEL RIBAMAR BEZERRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001242	07	MANOEL UBIRATAN CAVALCANTE PINHEIRO FILHO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001248	07	MARCIA JEANNE PEREIRA TELLES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001249	07	MARCIA MARIA NUNES CANDIDO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001258	07	MARCIO LOMONACO	CONSULTOR TEC. ADMINISTRATIVO	A	40
001262	07	MARCO VINICIUS SANTOS DO NASCIMENTO	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A - F	80
001266	07	MARCOS AURELIO VERAS DE OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001022	07	MARIA AGLAIRES BARBOSA E SILVA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001030	07	MARIA APARECIDA ALVES DE SOUSA	CONSULTOR TEC. ADMINISTRATIVO	A	40
001033	07	MARIA AURINEIDE MOTA DE MORAES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001034	07	MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001037	07	MARIA AUXILIADORA MARCOLINO DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001038	07	MARIA CARMEM PINHEIRO DE ANDRADE	DATILOGRAFO	A	40
001041	07	MARIA CELESTE BRITO GONCALVES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001044	07	MARIA CELME FURTADO COSTA LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001047	07	MARIA CLEIA BARBOSA MAGALHAES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001051	07	MARIA DA CONCEICAO CARNEIRO NASCIMENTO	DATILOGRAFO	A	40
001056	07	MARIA DA PAZ OLIVEIRA PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001059	07	MARIA DALVA DE LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001060	07	MARIA DALVA LIMA BATALHA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - E	80
001062	07	MARIA DAS GRACAS GOMES VITAL	ENFERMEIRO	A	40
001079	07	MARIA DE FATIMA ABREU FERREIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001067	07	MARIA DE FATIMA ALVES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001073	07	MARIA DE FATIMA DA COSTA OLIVEIRA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001074	07	MARIA DE FATIMA DE ABREU	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001080	07	MARIA DE FATIMA GUIMARAES ALMEIDA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001082	07	MARIA DE FATIMA NOGUEIRA LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - H	80
001083	07	MARIA DE FATIMA SANTANA FELIPE	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001088	07	MARIA DE LOURDES DE ABREU	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001089	07	MARIA DE LOURDES FERREIRA SA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001087	07	MARIA DE LOURDES APOLONIO PAULA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001097	07	MARIA DO CARMO LIMA ROCHA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001100	07	MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARBOSA MORAES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001102	07	MARIA DO ROSARIO BEZERRA LOPES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001103	07	MARIA DO ROSARIO MARTINS SA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001109	07	MARIA DO SOCORRO MUNIZ DO NASCIMENTO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - E	80
001112	07	MARIA EDIURA LIMA COSTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001116	07	MARIA ELCILENE CONDE WANDERLEY	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001120	07	MARIA ELIZABETE DE SOUZA ROCHA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001125	07	MARIA ERLENE ALVES LEITE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001126	07	MARIA ERNESTINA ROLIM MOREIRA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001076	07	MARIA FATIMA DE SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001129	07	MARIA FERNANDA SALES NOGUEIRA PEREIRA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001133	07	MARIA GESSY PERES DE FREITAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001134	07	MARIA GEUSIMAR LOPES DA CRUZ	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001144	07	MARIA INEZ COSTA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - E	80
001145	07	MARIA ISABEL RABELO BEZERRA DE MENEZES	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001146	07	MARIA ISIS NOGUEIRA DE HOLANDA OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001149	07	MARIA IVETE LIMA DE SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A 40	
001151	07	MARIA JANEIDE DO NASCIMENTO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001159	07	MARIA LAURENICE MOREIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001161	07	MARIA LEDA MATOS DE FREITAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001162	07	MARIA LENI SARAIVA LIMA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001163	07	MARIA LENIRA GONCALVES MAIA CARACAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001165	07	MARIA LUCIA DE FATIMA MOUTA PRADO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001167	07	MARIA LUCIA GADELHA DOS SANTOS SALES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001171	07	MARIA LUCIARA RODRIGUES PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001172	07	MARIA LUCIEDA DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001176	07	MARIA LUIZA GONDIM COSTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001179	07	MARIA MAIA COSTA LIMA	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A	40
001181	07	MARIA MARLI CHAGAS	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001187	07	MARIA NEIDE DO NASCIMENTO DAMASCENO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - S	80
001192	07	MARIA ODENILDA RIBEIRO FONTENELE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001193	07	MARIA ODETE MARCAL SAMPAIO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001195	07	MARIA PAIXAO NASCIMENTO ARAUJO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001199	07	MARIA ROCICLER DUARTE RABELO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001197	07	MARIA ROSALY DIOGO BRAGA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001201	07	MARIA ROZALI PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40

MAT.	FF	NOME	CARGO	TIPO	QTDE
001203	07	MARIA SALETE MOREIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001206	07	MARIA SENHORA SEVERIANO ANDRADE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001212	07	MARIA SUZANA BARROS CAVALCANTE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001213	07	MARIA TARCIANA DE OLIVEIRA RIBEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001214	07	MARIA TEREZA ABREU DE MORAIS	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001224	07	MARIA VERA LUCIA DE SOUSA	DATILOGRAFO	A	40
001225	07	MARIA VIDAL CASTELO BRANCO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001226	07	MARIA VIEIRA LIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001230	07	MARIA ZENEIDE TAVARES FERREIRA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001288	07	MARTA MARIA CAVALCANTI SA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001289	07	MARTA MARIA MARCELO GALDINO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001290	07	MARTA NEIVA SA CAVALCANTE	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001295	07	MARY LUCE CAVALCANTE PINHEIRO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001296	07	MAYRIANE ALVES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001297	07	MICHAEL ANGELO FURTADO MEDEIROS ALENCAR	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001299	07	MIGUEL ALEXANDRE AMORIM DO NASCIMENTO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001301	07	MIGUEL ERASMO ROCHA ALENCAR	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001304	07	MILENE FONSECA MOTA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001305	07	MIRTILIA ALMEIDA CAVALCANTE	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001308	07	MOACIR BATISTA DOS SANTOS JUNIOR	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001312	07	MOZART.MARQUES DOS SANTOS	AGENTE DE SEGURANCA	A	40
001313	07	NADJA MARIA PINHEIRO	DATILOGRAFO	A	40
001314	07	NAJLA DE ANDRADE LIRA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001317	07	NEIRIANE PINHEIRO DE MACEDO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001325	07	NIVONETE RIBEIRO PINTO TIMBO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - E	80
001328	07	NORMA GONCALVES DE SOUSA	ENFERMEIRO	A	40
001327	07	NORMA MARQUES DAVID DE SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001332	07	OLIVIA HELENA XAVIER QUEZADO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001337	07	OTAVIO BASTOS DE FREITAS	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A - F	80
001342	07	PATRICIA HELENA CAVALCANTE LIMA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001343	07	PATRICIA LIRA COELHO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001348	07	PAULO CESAR MORORO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001358	07	PAULO WILSON LEMOS MARQUES	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
000206	02	RAIMUNDA HELENA GOMES DANTAS	TAQUIGRAFO LEGISLATIVO	A	40
000208	02	RAIMUNDA REGINA GUEDES MATOS	TAQUIGRAFO REVISOR	A	40
001371	07	RAIMUNDO EVALDO MARCAL	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001377	07	RAIMUNDO NONATO PEREIRA MISTERIO	MOTORISTA	A	40
001393	07	REGINA ARAUJO REBOUCAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001389	07	REGINA ELIZABETH CAVALCANTE ARRUDA	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
001391	07	REGINA LUCIA DA SILVA MONTE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001392	07	REGINA LUCIA DE SOUSA CASSUNDE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001406	07	RITA COUTINHO CAVALCANTE	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001407	07	RITA DE ARAUJO BERLAMINO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001408	07	RITA DE CASSIA ANDRADE GURGEL	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001409	07	RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001410	07	RITA DE CASSIA FEITOSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001420	07	ROBERTO PEREIRA DE CARVALHO	CONSULTOR TEC. ADMINISTRATIVO	A	40
001422	07	ROBSON PAULA ALBUQUERQUE	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001426	07	ROMULO DA COSTA NANTUA	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
001438	07	ROSELANGE PINHEIRO NUNES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - F	80
001439	07	ROSANIR CAMPELO REBOUCAS	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - J	80
001441	07	ROSEMARY MARINHO CASTELO BRANCO BESSA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001442	07	ROSEMARY MONTEIRO SAMPAIO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A - S	80
001448	07	ROVANIA MARREIRO CRUZ	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001457	07	SANDRA BENEVIDES PEDROSA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001465	07	SANDRA PEREIRA CHAVES FERNANDEZ	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001469	07	SEBASTIANA CAMPELO DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001481	07	SIDNEY ARAGAO SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001496	07	SILVIA HELENA LIMA MONTEIRO	DATILOGRAFO	A	40
001497	07	SILVIA HELENA TIMBO DIAS	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001502	07	SILVIA RODRIGUES SOARES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001506	07	SIMONEIDE ALMEIDA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001507	07	SINEZIO NOGUEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001508	07	SINVAL SILVEIRA NOGUEIRA JUNIOR	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001509	07	SIONE MARIA DE PAULO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001510	07	SOCORRO MARIA DIAS	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001511	07	SOFIA HELENA SCHRAMM BEZERRA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001514	07	SONIA MARIA XEREZ PEIXOTO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001522	07	SUNNY MARY SAMPAIO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A - F	80
001523	07	SUYANNE PINHEIRO GONDIM	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A - S	80
001527	07	TARCILIA MARIA BANDEIRA PIMENTEL	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001533	07	TERESA CRISTINA EVANGELISTA PEDROSA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001538	07	TEREZA MARIA NOBRE LIMA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001540	07	TEREZA NEUMA RODRIGUES LIMA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001542	07	TEREZA PARENTE AGUIAR DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	A	40
001544	07	TICIANA RIBEIRO NOLASCO	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
000231	02	VALERIA ARAUJO PESSOA	ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001556	07	VANESSA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001561	07	VANIA MARIA VARANDAS FILGUEIRAS	FARMACEUTICO	A	40
001563	07	VANIA MEIRELLES MOURAO	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001565	07	VERA HELENA PINHEIRO DE OLIVEIRA	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
001568	07	VERA LUCIA LEITE ARNALDO	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001569	07	VERA LUCIA MONTEIRO AMORA DE SOUSA	ECONOMISTA	A	40
001572	07	VERONICA GUEDES FONTENELE	ASSIST DE ADMINISTRACAO	A	40
001573	07	VERONICA NEIDE ROCHA MENEZES	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001578	07	VICENTE EDUARDO ESPINDOLA NETO	DATILOGRAFO	A	40
001582	07	VIREMA MARIA ALVES SILVA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001589	07	WALDERICIA MORAIS OLIVEIRA	CONSULTOR TEC. JURIDICO	A	40
001555	07	WANDA MARIA COELHO ZECH	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40
001596	07	WELMA MARIA VIEIRA DE SOUSA	CONSULTOR TEC. LEGISLATIVO	A	40
001598	07	WILMA MARIA COELHO VIANA	AGENTE DE ADMINISTRACAO	A	40

PORTARIA Nº015/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Ângela Gurgel Holanda Rosário Dias 161.942.923 - 34	015.785	Produtora DNS	Viçosa do Ceará - CE	26 à 28/01/2012	Carro Oficial	Viajar a serviço da TV Assembleia.	R\$86,00	R\$258,00
Ana Célia de Oliveira 114.200.813 - 49	015.789	Produtora DNS	Viçosa do Ceará - CE	26 à 28/01/2012	Carro Oficial	Viajar a serviço da TV Assembleia.	R\$86,00	R\$258,00
José Wellington Barros de Lima 258.563.673 - 91	015.766	Cinegrafista DAS	Viçosa do Ceará - CE	26 à 28/01/2012	Carro Oficial	Viajar a serviço da TV Assembleia.	R\$69,00	R\$207,00

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao 1º dia do mês de fevereiro de 2012.

Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº016/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Telma Valéria Pimentel Moreira 244.470.563-72	001.532	Coordenadora Manhã Advogada GT DAS	Recife - PE	23 e 24/01/2012	Aéreo	Acompanhar o andamento da Ação Judicial em Trâmite no TRF 5º Região. A serviço do PROCON - AL	R\$206,00	R\$412,00
Ted Luiz Rocha Pontes 027.747.633 - 40	011.947	Conciliador Manhã	Recife - PE	23 e 24/01/2012	Aéreo	Acompanhar o andamento da Ação Judicial em Trâmite no TRF 5º Região. A serviço do PROCON - AL	R\$165,00	R\$330,00

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao 1º dia do mês de fevereiro de 2012.

Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº019/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
José Marcílio Sales dos Santos 510.794.103-68	009.236	Cabo 4º CPG	Acopiara, Várzea Alegre e Umuari/CE	03 a 06/02/2012	Terrestre	Realizar apoio Parlamentar ao Dr. Sarto	R\$55,00	R\$220,00

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 dias do mês de fevereiro de 2012.

Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº020/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
José Milton Nogueira da Silva 242.114.943 - 68	009.380	Tenente 4º CPG	Juazeiro do Norte - CE	27 e 28/01/2012	Terrestre	Realizar apoio a Comissão da Infância e Adolescência.	R\$69,00	R\$138,00

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 dias do mês de fevereiro de 2012.

Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº021/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Francisco Mario da Silva 111.634.533 – 15	000.675	Servidor Motorista	Pecém	03/02/2012	Carro Oficial	Viajar a serviço do Conselho de Altos Estudos	R\$27,50	R\$27,50

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 dias do mês de fevereiro de 2012.
Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº022/2012 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art.129 da Lei nº9.826, de 14 de maio de 1974, e nas condições e forma definidas pelo Ato Normativo nº212, de 02 de maio de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de maio de 2001, AUTORIZA o **deslocamento**, a serviço, do(s) **SERVIDOR(ES)**, deputados(as) discriminado(s) nesta Portaria, e o pagamento de diária(s) para o custeio de alimentação, hospedagem e locomoção terrestre ou aéreas, no Município, Estado ou País, para o qual foi(ram) deslocado(s), nos valor(es) unitário(s) e total(is) a seguir especificado(s):

NOME DO SERVIDOR/ CPF	MATRÍCULA	CLASSIFICAÇÃO/ FUNÇÃO	MUNICÍPIO(S)/ ESTADO(S)	PERÍODO DO DESLOCAMENTO	MEIO DE TRANSPORTE	OBJETIVO DO DESLOCAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
André Luiz Soares Cruz 371.638.253 – 15	009.137	Maior 4º CPG	Chorozinho-CE	02/02/2012	Terrestre	Realizar apoio Parlamentar a Presidência	R\$43,00	R\$43,00
Nubuo Tangi Júnior 747.104.003 – 34	017.294	Motorista Presidência	Chorozinho-CE	02/02/2012	Terrestre	Realizar apoio Parlamentar a Presidência	R\$27,50	R\$27,50

Publica-se: DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 dias do mês de fevereiro de 2012.
Sávia Maria Queiroz de Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PP Nº02/2012

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica aos interessados que realizará a licitação, na Modalidade Pregão Presencial, Nº02/2012, no dia 06 de março 2012, com credenciamento das 08:00 às 08:15 horas e Início do Pregão: 08:30 horas, horário local. O Pregão Presencial refere-se ao objeto a seguir especificado: **contratação de pessoa jurídica especializada**, mediante concessão administrativa de uso de espaço físico, a título oneroso, de áreas localizadas na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (dependências e instalações próprias), parcialmente equipadas, destinadas ao funcionamento de restaurantes, acrescido das despesas de fornecimento de água, telefone, gás e energia elétrica, com a finalidade de atender às necessidades dos Senhores Parlamentares, servidores e visitantes da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em conformidade com o Termo de Referência e demais exigências do Edital e seus anexos. O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Desembargador Moreira, 2807, Edifício Anexo Senador César Cals, 5º andar, Sala 504 e no site: www.al.ce.gov.br. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de fevereiro de 2012.

Geovânia Sabino Machado Mendes
PREGOEIRA

*** **

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTROLE DE CONTAS CONTRATO Nº01/2012

CORRIGENDA: Na publicação do Diário Oficial do dia 27/01/2012, folha 61, **onde se lê**: DATA DA ASSINATURA: 19/01/2012. **LEIASE**: DATA DA ASSINATURA: 25/01/2012. SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de fevereiro de 2012.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães Cunha
DIRETORA GERAL

*** **

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PORTARIA Nº31/2012 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº00694/2012-2-TC, e no art.18, alínea "f", da Resolução nº0038, de 19 de janeiro de 2005; RESOLVE autorizar o **desligamento** do estagiário **MARCOS LEVI CASTELO BRANCO DE LIMA**, desde 01.02.2012. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de fevereiro de 2012.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

*** **

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº2/2011

Espécie: 1º Aditivo ao Contrato que tem por objeto contratação, por hora-técnica, de serviços de consultoria em banco de dados Oracle. Contratante: Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), CNPJ nº09.499.757/0001-46, Rua Sena Madureira nº1047, Centro, Fortaleza/CE. Contratada: **4DADOS CONSULTORIA & SUPORTE EM INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ nº12.209.894/0001-03, Rua Professor Raimundo Vitor nº300, Parquelândia, Fortaleza/CE. Fundamentação Legal: Inciso IV, do art.57, e §1º do art.65, ambos da Lei nº8.666/93 e Processo nº00679/2011-0-TC. Objeto: **Prorrogar por mais 90 (noventa) dias e acrescer 30 (trinta) horas-técnicas**, a partir de 1º/1/2012 até 30/3/2012. Valor Global:: Passa a ser de R\$17.730,00 (dezesete mil, setecentos e trinta reais). Ratificação: Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato original. Data da Assinatura: 23 de dezembro de 2011. Signatários: Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior – Vice-Presidente, no exercício da Presidência, e Airton Wagner Pinheiro Bezerra – representante legal da empresa.

*** **

EXTRATO DO CONTRATO Nº4/2012

Contratante: Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), CNPJ nº09.499.757/0001-46, Rua Sena Madureira nº1047, Centro, Fortaleza/CE. Contratada: **GRÁFICA OS ESTEVES LTDA.**, CNPJ nº13.150.261/0001-30, Rua Senador Pompeu, nº766, Centro, Fortaleza/CE. Objeto: **Confecção de impressos e serviços de diagramação, incluindo criação de arte gráfica, com desenvolvimento de logomarcas, edição de imagens, elaboração de layout e disponibilização da versão digital de arquivos**, conforme especificações e quantitativos contidos no Edital do Pregão Eletrônico nº1/2012-TCE/CE. Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico nº1/2012-TCE/CE. Fundamentação Legal: Lei nº10.520/02, Decreto Estadual nº28.089/06 e Processo Administrativo nº09476/2011-8-TC. Vigência: A partir de 07/02/2012 até 31/12/2012. Valor Global Estimado: R\$165.800,00 (cento e sessenta e cinco mil e oitocentos reais). Dotações Orçamentárias: 02100001.01.122.400.20315.01.33903000.00.0.00 02100001.01.032.666.10373.01.33903000.82.2.00 02100002.01.032.666.26009.01.33903000.00.0.00 02100001.01.122.400.20315.01.33903900.00.0.00 02100001.01.032.666.10373.01.33903900.82.2.00 02100002.01.032.666.26009.01.33903900.00.0.00. Foro: Fortaleza/CE. Data da Assinatura: 7 de fevereiro de 2012. Signatários: Conselheiro Pedro Augusto Timbó Camelo – Vice-Presidente, no exercício da Presidência, e Luiz Francisco Juacaba Esteves – representante legal da empresa.

*** **

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PORTARIA Nº45/2012 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art.68, incisos III e IV, da Lei Estadual nº12.160/1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios), e os Arts.32 e 33,

incisos VI e VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Resolução nº08/1998), Considerando o disposto na Resolução nº06/2009, de 05 de março de 2009, que regulamenta o Art.18 da Lei Estadual nº14.255/2008, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, Considerando o disposto no §1º. do Art.3º. da Resolução nº06/2009, que prevê a definição, em Portaria, dos valores máximos a serem pagos mensalmente em cada setor, a título de GIAP, para todos os servidores ali lotados, assim como os seus níveis funcionais e respectivos valores, Considerando que todos os setores do Tribunal, levando em conta a complexidade e a responsabilidade envolvidas nas atividades exercidas por seus servidores, estipularam livremente seus níveis funcionais e respectivos valores, Considerando, por fim, que se faz necessário promover significativa mudança no teor das Portarias nº378/2011, 562/2011, 615/2011 e 645/2011 – que revela a inconveniência de sua nova alteração, RESOLVE, Art.1º. Os **valores máximos a serem pagos mensalmente em cada setor, a título de GIAP, para todos os servidores ali lotados**, assim como os seus níveis funcionais e respectivos valores, são os seguintes:

I – Presidência:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	3.033,45
III	2.247,00
IV	1.348,20
V	1.235,85
Total	20.223,00

II – Gabinete do Conselheiro José Marcelo Feitosa e Vice-Presidência:

Nível	Valor (R\$)
I	5.696,15
II	3.723,28
III	2.217,79
IV	1.788,61
V	1.669,52
VI	1.550,43
Total	20.223,00

III – Gabinete do Conselheiro Pedro Ângelo Sales Figueiredo e Corregedoria:

Nível	Valor (R\$)
I	4.209,53
II	2.448,11
III	2.224,31
IV	1.236,75
V	1.123,50
VI	561,75
Total	20.223,00

IV – Gabinete do Auditor Substituto de Conselheiro David Matos:

Nível	Valor (R\$)
I	3.314,33
II	2.685,17
III	2.662,70
Total	17.976,00

V – Gabinete do Conselheiro Artur Silva Filho:

Nível	Valor (R\$)
I	3.145,80
II	2.471,70
Total	17.976,00

VI – Gabinete do Conselheiro Ernesto Saboia de Figueiredo Junior:

Nível	Valor (R\$)
I	6.403,95
II	2.808,75
III	1.572,90
Total	17.976,00

VII – Gabinete do Conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar:

Nível	Valor (R\$)
I	5.817,48
II	5.328,76
III	2.059,38
IV	1.609,98
V	1.550,43
Total	17.976,00

VIII – Gabinete do Auditor David Santos Matos:

Nível	Valor (R\$)
I	3.651,38
II	2.808,75
III	2.696,40
Total	9.156,53

IX – Gabinete do Auditor Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior:

Nível	Valor (R\$)
I	3.651,38
II	2.696,40
Total	9.044,18

X – Gabinete Auditor Manassés Pedrosa Cavalcante:

Nível	Valor (R\$)
I	3.651,38
II	2.696,40
Total	9.044,18

XI – Procuradoria:

Nível	Valor (R\$)
I	3.050,30
II	3.033,45
III	2.758,19
IV	2.737,60
V	2.696,40
VI	2.359,35
VII	1.752,66
Total	45.681,51

XII – Secretaria:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	3.300,00
III	2.921,10
IV	2.359,35
V	2.207,68
VI	1.909,95
VII	1.572,90
VIII	1.235,85
Total	51.908,23

XIII – Diretoria Geral:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	2.140,00
III	1.000,00
Total	6.510,50

XIV – Diretoria de Administração e Finanças:

Nível	Valor (R\$)
I	4.224,36
II	3.370,50
III	2.864,93
IV	2.675,00
V	2.247,00
VI	1.685,25
VII	1.359,44
Total	52.670,81

XV – Diretoria de Fiscalização:

Nível	Valor (R\$)
I	3.707,55
II	3.595,20
III	3.370,50
IV	3.258,15
V	3.145,80
VI	3.033,45
VII	2.696,40
VIII	2.359,35
IX	2.247,00
X	1.909,95
Total	384.349,35

XVI – Diretoria de Tecnologia da Informação:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	3.145,80
III	2.808,75
IV	2.471,70
V	2.022,30
VI	1.685,25
VII	1.123,50
VIII	898,80
Total	24.829,35

XVII – Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	3.033,45
III	2.921,10
IV	2.808,75
V	2.696,40
VI	2.584,05
VII	2.359,35
VIII	2.213,30
Total	22.470,00

XVIII – Escola de Contas e Gestão:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	3.258,15
III	2.471,70
IV	2.247,00
V	2.168,36
VI	1.978,92
VII	1.910,92
VIII	1.629,08
IX	1.235,85
Total	22.742,18

XIX – Ouvidoria:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	2.675,00
III	2.140,00
IV	1.123,50
Total	9.309,00

XX – Controladoria:

Nível	Valor (R\$)
I	3.370,50
II	2.140,00
Total	7.650,50

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Portarias nºs378/2011, 562/2011, 615/2011 e 645/2011, mantendo-se os efeitos verificados durante suas vigências.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2012.

Conselheiro Manoel Beserra Veras
PRESIDENTE

*** **

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2012 – TCM-CE

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ TCM-CE, torna público o lançamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico. 01/2012 – PROC. 2012. TCM. LIC. 01765/12 que tem por objeto a “Aquisição de 10 equipamentos de GPS, 10 trenas com roda analógica 60mk ate 10.000 metros e 07 medidores de distancia a laser para fiscalização das obras e serviços de engenharia realizadas pela Diretoria de Fiscalização do TCM/CE, Dia/Hora: abertura das propostas às 10h00minh do dia 02/03/2012, início da disputa, às 11h00minh do dia 02/03/2012 (sexta-feira). A íntegra do Edital poderá ser obtida junto ao site www.tcm.ce.gov.br, www.licitacoes-e.com.br, ou no seguinte endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, 130 Cambéba – Fortaleza/CE, CEP nº60830-120, As referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília. Informações pelo fone (85) 3218-1365. Fortaleza, 13 de fevereiro de 2012.

Cesar José Rodrigues
PRESIDENTE DA CPL

*** **

EXTRATO DO CONTRATO Nº20/2012

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319/0001-10 e FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ, CNPJ nº07.373.434/0001-86. OBJETO: prestação de serviços de ministramento de curso de doutorado “stricto sensu”, intitulado “DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS”, para participação do servidor Gleison Mendonça Diniz, conforme detalhado no processo de Inexigibilidade de Licitação nº2012.TCM.LIC.00132/12. VALOR: global de R\$40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais), divididos em 48 (quarenta e oito) parcelas com valor mensal de R\$837,50 (oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: encontra-se subordinado à legislação específica, consubstanciada na Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Estadual nº14.367, de 10 de junho de 2009, Decreto Estadual nº29.986, de 1º de dezembro de 2009, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado. DESPESAS: os recursos orçamentários para cobertura das despesas correrão por conta do orçamento do TCM – Codificação: 03100001 – Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 – Legislativa; Subfunção: 128 – Formação de Recursos Humanos; Programa de Governo: 500 – Programa de Gestão e Manutenção do TCM; Ação: 28168 – Desenvolvimento e Capacitação de Servidores do TCM – Formação Continuada, Qualificação e Requalificação; Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 00. Fortaleza, 03 de fevereiro de 2012.

Manoel Beserra Veras
PRESIDENTE

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DO CONTRATO Nº21/2012

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319/0001-10 e **GRÁFICA E EDITORA WP LTDA**, CNPJ nº04.131.028/0001-19. OBJETO: **fornecimento de 08 (oito) assinaturas anuais do jornal "O Estado"**. VALOR: global de R\$2.720,00 (dois mil setecentos e vinte reais). VIGÊNCIA: iniciando-se com a sua assinatura, em 31 de janeiro de 2012, e findando em 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.25, I, da Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado. DESPESAS: os recursos orçamentários para cobertura das despesas correrão por conta do orçamento do TCM – 03100001 – Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 – Legislativa; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa de Governo: 500 – Programa de Gestão e Manutenção - TCM; Ação: 28215 –Manutenção e Funcionamento - TCM; Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 00. Fortaleza, 31 de janeiro de 2012.

Manoel Beserra Veras
PRESIDENTE

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº19/2012 PLENO

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Artur Silva
Processo nº 4901/05 - Processo transformado nº4294/05
Natureza: Tomada de Contas Especial - 2004 Recurso de Reconsideração: 23753/07
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDENCIA
Responsável: FRANCISCO RODRIGUES TORRES
Processo nº 10987/06
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2005 Recurso de Reconsideração: 21312/11
Órgão: SECRETARIA DE SAUDE DE PARACURU
Responsável: MARIA NEURISMAR BATISTA CASTRO
Processo nº 12442/05
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 29020/11
Órgão: SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DE ITAREMA
Responsável: ANGELA MARIA VIANA MONTEIRO DE SENA
Processo nº 13994/11 - Processo transformado nº11219/11
Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011 Recurso de Reconsideração: 29029/11
Órgão: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO DE QUIXADA
Responsável: JOSE HERNANDO DE QUEIROZ FILHO
Processo nº 33952/05
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 14843/07
Órgão: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE ACARAPE
Responsável: ANA LUCIA GOMES SILVEIRA
Relator: Cons. Ernesto Sabóia
Processo nº 9578/03
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2002 Recurso de Revisão: 12613/11
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS SALES
Responsável: JOSE LOURENCO ARRAIS
Processo nº 9860/08
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007 Recurso de Reconsideração: 21968/11
Órgão: FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO DE ARARENDA
Responsável: FRANCISCA DJANAINÉ RODRIGUES LOPES
Advogado: EUGENIO AGUIAR CAMURCA
Processo nº 9925/09
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 29903/11
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CARIRE
Responsável: LEANDRO PONTE DIAS
Processo nº 10874/09
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 30979/11
Órgão: SECRET.DESENV.RURAL E MEIO AMBIENTE DE SENADOR POMPEU
Responsável: MIGUEL ALVES DE ALMEIDA

Processo nº 13504/05 - Processo transformado nº8521/05
Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2001 Recurso de Revisão: 8363/10
Órgão: SECRETARIA DE ACAO SOCIAL DE JUAZEIRO DO NORTE
Responsável: ANA PAULA GOMES DA CRUZ NAPOLEAO
Relator: Cons. Francisco Aguiar
Processo nº 2114/10
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 27813/11
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SANTANA DO CARIRI
Responsável: ANA DE ABREU MACHADO
Processo nº 6926/08
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007 Pedido de Parcelamento de Débito: 20034/11
Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍUBA
Responsável: VERONICA MARIA CAVALCANTE HOLANDA
Processo nº 10555/10
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 15778/11
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VICOSA DO CEARÁ
Responsável: MARIA DO SOCORRO ARAGAO DA CUNHA
Processo nº 10639/09
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 15930/11
Órgão: SEC. DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE CHOROZINHO
Responsável: SAMUEL NEVES
Processo nº 12007/07
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 27131/09
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE GUAÍUBA
Responsável: ZUILENE LACERDA DIOGENES
Processo nº 26377/10 - Processo transformado nº24513/10
Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 22734/11
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
Responsável: MARIA CLEMILDA PINHO DE SOUSA
Relator: Cons. Marcelo Feitosa
Processo nº 6464/10
Natureza: Prestação de Contas de Governo - 2009
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAICABA
Responsável: FRANK GOMES FREITAS
Processo nº 6878/10
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 20190/11
Órgão: FUNDO MUNIC DIR DA CRIANCA E ADOLESCENTE DE SOBRAL
Responsável: JEOVANIA MARIA GOERSCH ANDRADE ARAGAO
Processo nº 7012/10
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 21512/11
Órgão: SECRETARIA DE SAUDE DE NOVA OLINDA
Responsável: PEDRO NETO DE SOUSA
Advogado: LÍVIA ARAÚJO CAVALCANTE MOTA
Processo nº 7117/99
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 1998 Recurso de Reconsideração: 4803/11
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE IBIAPINA
Responsável: MARIA DO CARMO NEPOMUCENO GOMES
Pres.Comissão Licitação: LUIZ CARNEIRO MACHADO
Processo nº 7624/10
Natureza: Prestação de Contas de Governo - 2009
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA
Responsável: MARCELO DE CASTRO FRADIQUE ACCIOLY
Processo nº 8272/10
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 25499/11
Órgão: SECRETARIA MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AIUABA
Responsável: MARINEZ ALVES DE SALES MORAES
Processo nº 8424/07 - Processo transformado nº4263/07
Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 1999 Recurso de Reconsideração: 15442/11
Órgão: FUNDEF DE JUAZEIRO DO NORTE
Responsável: JACQUELINE CAVALCANTE SAMPAIO
Processo nº 8745/09

Natureza:	Prestação de Contas de Governo - 2008	Órgão:	SAAE DE ICO
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVAL	Responsável:	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA SILVA
Responsável:	FRANCISCO DE ASSIS BRANDAO MEIRELES	Advogado:	FERNANDO LUIS MELO DA ESCOSSIA
Processo nº	9430/05	Processo nº	13569/09
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2004 Pedido de Parcelamento de Débito: 24772/11	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 14272/11
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ACARAU	Órgão:	FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL DE IPAUMIRIM
Responsável:	AMALIA NOGUEIRA LIMA CAPISTRANO	Responsável:	LUIZ ALVES DE FREITAS
Processo nº	10326/10	Processo nº	13978/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 28695/11	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 22127/11
Órgão:	SECRET DE COMERCIO, TURISMO E M.AMBIENTE DE CRUZ	Órgão:	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTOS DE NOVARUSSAS
Responsável:	MARCELO BRANDAO PESSOA	Responsável:	JOSE NILTON ARAGAO JUNIOR
Processo nº	10329/10	Processo nº	14039/11 - Processo transformado nº11146/11
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 28692/11	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011 Recurso de Reconsideração: 29155/11
Órgão:	SECRETARIA DE PESCA DE CRUZ	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE
Responsável:	CARLOS DIAS DOS SANTOS	Responsável:	MANOEL RAIMUNDO DE SANTANA NETO
Processo nº	10518/06 - Processo transformado nº8178/06	Processo nº	14268/06 - Processo transformado nº10357/06
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2005 Recurso de Reconsideração: 22414/07	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2000 Recurso de Reconsideração: 27446/07
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAIMA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Responsável:	JOSE EVANGELISTA FILHO	Responsável:	MARIA DO CARMO MAGALHÃES
Interessado:	JOSE EVANGELISTA FILHO	Processo nº	14353/11 - Processo transformado nº11143/11
Processo nº	11019/10	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011 Recurso de Reconsideração: 27789/11
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 27805/11	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS SALES
Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE TAMBORIL	Responsável:	PAULO NEY MARTINS
Responsável:	RAIMUNDO FARIAS CALACA	Processo nº	14792/11 - Processo transformado nº10746/11
Processo nº	11069/10	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2010 Recurso de Reconsideração: 29789/11
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 18825/11	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA
Órgão:	SECRETARIA DE ACAO SOCIAL DE JAGUARETAMA	Responsável:	JOSE ARAUJO SOUTO
Responsável:	MARIA IRENILDE SARAIVA SALDANHA	Processo nº	18110/09
Processo nº	11093/10	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 16343/11
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 27255/11	Órgão:	AUTARQUIA TRANSITO E TRANSP. RODOVIARIO DE QUIXERAMOBIM
Órgão:	SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE DE BARBALHA	Responsável:	FRANCISCO FERNANDES DE ALMEIDA FILHO
Responsável:	JOSE WIRON GOMES	Processo nº	27393/08 - Processo transformado nº24112/08
Processo nº	11106/10	Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2007 Recurso de Reconsideração: 20557/09
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 27386/11	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PARAIPABA
Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SENADOR POMPEU	Responsável:	NETA MARIA DA CONCEICAO CAMILO
Responsável:	LIGIA GARDENIA MAGALHAES DE BRITO	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14-fevereiro-2012.	
Processo nº	11170/05	Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz	
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 5932/11	SECRETÁRIO	
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ	*** **	
Responsável:	ELIESIO ROCHA ADRIANO	*** **	
Processo nº	11257/10	*** **	
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 21776/11	EXTRATO DE PAUTA Nº16/2012 1ª CÂMARA	
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO DE URUBURETAMA	Serão apreciados/julgados , em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes PROCESSOS :	
Responsável:	ISABEL RODRIGUES BATISTA NUNES	Relator:	Auditor Substituto de Conselheiro David Santos Matos
Processo nº	11399/10	Processo nº	2571/11
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 26722/11	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2010
Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E CONTROLADORIA DE CEDRO	Órgão:	SECRETARIA DE INDUSTRIA DE ACARAPE
Responsável:	MARY MOREIRA DOS SANTOS	Responsável:	JOSE WAGNER RODRIGUES
Processo nº	11496/05	Processo nº	5936/11
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 2985/10	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2010
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIBUA	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL CRIANCA E ADOLESCENTE DE PORTEIRAS
Responsável:	JOSETE MALHEIROS TAVARES	Responsável:	EDINA CLEIDE DA SILVA
Processo nº	12471/10	Processo nº	9573/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 27504/11	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Órgão:	FUNDO SOCIO-AMBIENTAL DE OCARA	Órgão:	SEC MUNIC DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER DE FORTIM
Responsável:	JOSE CLEMENTINO DE OLIVEIRA	Responsável:	EVERARDO PAULA DA SILVA
Processo nº	12738/10 - Processo transformado nº10620/10	Processo nº	10253/10
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2010 Embargos de Declaração: 29000/11	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
		Órgão:	SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO DE SOBRAL
		Responsável:	ANTONIO CARLOS CAMPELO COSTA
		Processo nº	10483/10
		Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009

Órgão:	SEC.AGRIC.REC.HIDRICOS E MEIO AMBIENTE DE BARREIRA	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE LAVRAS DA MANGABEIRA
Responsável:	JOAO CARLOS FERNANDES DO NASCIMENTO	Responsável:	FERNANDO ANTONIO DE ALMEIDA SOUSA
Processo nº	10728/09	Processo nº	5578/10 - Processo transformado nº4100/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008	Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2008
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE HIDROLANDIA	Órgão:	SEC. DE GOVERNO, OUVIDORIA E ESPORTE DE GENERAL SAMPAIO
Responsável:	FRANCISCO VALTERNAM MARTINS FILHO	Responsável:	MARIA EDIENE MONTEIRO DO NASCIMENTO
Processo nº	21951/08	Processo nº	7282/07 - Processo transformado nº34615/06
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2005
Órgão:	IPM FORTALEZA DE FORTALEZA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS
Responsável:	FERNANDO DANTAS DE SANTANA	Interessado:	RAIMUNDO CORDEIRO DE FREITAS
Advogado:	ALANNA CASTELO B. ALENCAR	Processo nº	7535/11 - Processo transformado nº27954/07
Processo nº	23938/11 - Processo transformado nº21915/11	Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2006
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011	Órgão:	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAICABA
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA	Responsável:	ROGERIA LUCIA LEITAO FREITAS
Responsável:	MARCOS ROBERIO RIBEIRO MONTEIRO	Processo nº	7915/02
Processo nº	26183/09	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2001
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM
Órgão:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E URBANISMO DE CASCAVEL	Responsável:	FERNANDO NEVES PEREIRA DA LUZ
Responsável:	JEAN ARRUDA NUNES	Processo nº	8045/09
Advogado:	ALANNA CASTELO B. ALENCAR	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008
Relator:	Auditor Fernando Uchoa	Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE PALHANO
Processo nº	9991/10	Responsável:	ANTONIO JOSE DA SILVA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	8793/07 - Processo transformado nº6289/07
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VICOSA DO CEARÁ	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2006
Responsável:	ERANILDO FONTENELE XAVIER	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA
Processo nº	10419/10	Responsável:	MARCOS ROBERIO RIBERIO MONTEIRO
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	9699/11
Órgão:	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E RECURSOS HIDRICOS DE BOA VIAGEM	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2010
Responsável:	MARIA DE JESUS DA SILVA LOBO	Órgão:	HOSPITAL DISTRIAL GONZAGA MOTA BARRA DO CEARÁ DE FORTALEZA
Processo nº	10452/10	Responsável:	GERALDO MAGELA DE ARAUJO LEITE
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	10197/09
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRETAMA	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008
Responsável:	JOSE EUDES DA SILVA	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PACATUBA
Processo nº	10501/10	Responsável:	DJANIRA MARIA PEREIRA VIEIRA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	10336/09
Órgão:	SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE DE MOMBACA	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008
Responsável:	JOSE EDMAR PINHEIRO FILHO	Órgão:	FUNDO MUN. DIREITOS CRIANCA ADOLESCENTE DE ACARAPE
Processo nº	10515/10	Responsável:	ADRIANA MARIA VIANA DE ARAUJO
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	10623/11
Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS DE MOMBACA	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2010
Responsável:	JOSE EDMAR PINHEIRO FILHO	Órgão:	FUNDO MUN ASSISTENCIA SOCIAL DE ALCANTARAS
Processo nº	10548/10	Responsável:	FRANCISCO JEAN DO NASCIMENTO
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	11013/09
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008
Responsável:	CAETANO MARLINDO HENRIQUE	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO DE GENERAL SAMPAIO
Relator:	Cons. Francisco Aguiar	Responsável:	JOSELITA MAGALHAES COSTA BARROS
Processo nº	6737/10 - Processo transformado nº4704/10	Processo nº	11164/10
Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2008	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Órgão:	FUNDO SAUDE DE AMONTADA	Órgão:	PROCURADORIA GERAL DE LIMOEIRO DO NORTE
Responsável:	JOSE RODRIGUES DA GUIA	Responsável:	ANTONIO EVILAZIO SOARES
Processo nº	18071/09	Processo nº	11210/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO DE FORTALEZA	Órgão:	SECRETARIA DA JUVENTUTE E ESPORTE DE ITAITINGA
Responsável:	HELENA RODRIGUES BARROSO	Responsável:	JOSE WILSON LOPES DAMASCENO
Processo nº	19317/08	Processo nº	11212/10
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Órgão:	FUNDEB DE PIRES FERREIRA	Órgão:	SEC. MUN. DE AGRICULTURA PECUARIA E PESCA DE ITAITINGA
Responsável:	MARIA DA CONCEICAO GUILHERME MARTINS	Responsável:	PAULO DE TARSO MEYER FERREIRA
Relator:	Cons. Marcelo Feitosa	Processo nº	11213/10
Processo nº	2898/09	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006	Órgão:	SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL DE ITAITINGA
Órgão:	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MONSENHOR TABOSA	Responsável:	MARIA VALDICELIA CAVALCANTE LOPES
Responsável:	LUIS CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA	Processo nº	11228/10
Processo nº	2902/09	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006	Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS DE ITAITINGA
Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DE MONSENHOR TABOSA	Responsável:	LUIS EDUARDO ALVES
Responsável:	FRANCISCO WANDO SOUSA CAVALCANTE	Processo nº	11452/10
Processo nº	4455/08 - Processo transformado nº2312/08	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2008	Órgão:	SECRETARIA DE FINANÇAS DE ITAITINGA
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERE	Responsável:	LUIS EDUARDO ALVES
Responsável:	RAIMUNDO NONATO BRITO	Processo nº	11452/10
Processo nº	5411/10	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009		

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO DE IPU	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2010
Responsável:	PEDRO JOSINO PONTES	Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRETAMA
Processo nº	11612/10	Responsável:	DOMINGOS SAVIO DIOGENES DE FREITAS
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	14208/09
Órgão:	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE JUAZEIRO DO NORTE	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008
Responsável:	JOSE EDMAR PINHEIRO TAVARES	Órgão:	FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL DE OCARA
Processo nº	11617/10	Responsável:	ZULEIDE MARIA MAIA DA SILVA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	14745/08 - Processo transformado nº10639/08
Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DE JUAZEIRO DO NORTE	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2005
Responsável:	LUCIANO RODRIGUES SOARES	Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE JATI
Processo nº	11622/10	Responsável:	MANOEL PEREIRA DA SILVA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	15087/06 - Processo transformado nº11367/06
Órgão:	SEC.MUN.GOVERNO E ARTICULACAO POLITICA ADM DE JUAZEIRO DO NORTE	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2005
Responsável:	JOSE ERALDO DE OLIVEIRA COSTA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEUS
Processo nº	11683/10	Responsável:	JOSE ALMIR CLAUDINO SALES
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2010	Processo nº	15110/07
Órgão:	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE FORTALEZA	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006
Responsável:	GERALDO BANDEIRA ACCIOLY	Órgão:	FUNDO MUN. EDUCACAO DE CASCAVEL
Processo nº	12191/07	Responsável:	MARISA FLAVIA DE OLIVEIRA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006	Processo nº	15114/07
Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS DE MADALENA	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006
Responsável:	MARIA ZELIA DE AQUINO PINHO	Órgão:	FUNDEF DE CASCAVEL
Processo nº	12191/09	Responsável:	MARISA FLAVIA DE OLIVEIRA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	16211/11 - Processo transformado nº13423/11
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO DE LIMOEIRO DO NORTE	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2010
Responsável:	TANIA DANTAS DE OLIVEIRA BANDEIRA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITE
Processo nº	12409/10	Responsável:	SILVANA FURTADO DE FIGUEIREDO VASCONCELOS
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	16432/11 - Processo transformado nº14043/11
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA DE IPU	Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2009
Responsável:	PEDRO JOSINO PONTES	Órgão:	SEC.MUN.GOVERNO E ARTICULACAO POLITICA ADM DE JUAZEIRO DO NORTE
Processo nº	12414/10	Responsável:	GIOVANNI SAMPAIO GONDIM
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	16728/09
Órgão:	SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS DE IPU	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Responsável:	ANTONIO MILTON PEREIRA	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL DE CAMPOS SALES
Processo nº	12415/10	Responsável:	MARIA TEREZA AGUIAR MARTINS
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Processo nº	22162/11 - Processo transformado nº20837/11
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO DE IPU	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2005
Responsável:	MORGANA MARTINS PAIVA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI
Processo nº	12862/07	Responsável:	JESUS WERTON GARCIA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006	Processo nº	22324/11 - Processo transformado nº20881/11
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE ITAICABA	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2000
Responsável:	PEDRO IVO ALVES BEZERRA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI
Processo nº	13196/07 - Processo transformado nº9870/07	Responsável:	JESUS WERTON GARCIA
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2006	Processo nº	23400/11 - Processo transformado nº21901/11
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA ALEGRE	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011
Responsável:	CESARIO NEY DE ALMEIDA	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE HIDROLANDIA
Pres.Comissão Licitação:	ILAESSIONA MAXIMO DE FREITAS	Responsável:	ANTONIO AFRANIO MARTINS MESQUITA
Membro Comissão Licitação:	MARIA GILVANY DE SOUSA BEZERRA	Processo nº	23408/11 - Processo transformado nº21913/11
Membro Comissão Licitação:	RAIMUNDO EMANOEL BASTOS DE CALDAS	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011
Processo nº	13218/10 - Processo transformado nº25785/09	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 1993	Responsável:	RODRIGO COELHO SAMPAIO
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRAS	Processo nº	23551/11 - Processo transformado nº21903/11
Responsável:	FABIO PINHEIRO CARDOSO	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011
Processo nº	13393/10	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTANEIRA
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009	Responsável:	RAIMUNDO RODRIGUES DA MOTA
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE IPU	Processo nº	23552/11 - Processo transformado nº22022/11
Responsável:	PEDRO JOSINO PONTES	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2011
Processo nº	13552/06	Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXELO
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2005	Responsável:	GILSON JOSE DE OLIVEIRA
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ	Processo nº	23595/09
Responsável:	FRANCISCO PEDRO DA SILVA FILHO	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2009
Processo nº	13569/06	Órgão:	PROCURADORIA GERAL DE LIMOEIRO DO NORTE
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2005	Responsável:	JOAO BATISTA FREITAS DE ALENCAR
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA	Processo nº	23754/08
Responsável:	FRANCISCO ILTON CAMBE BARROZO	Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2008
Processo nº	13902/05 - Processo transformado nº9478/05	Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TRAIRI
Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2004 Recurso de Revisão: 20683/10	Responsável:	FRANCISCO IVANI RABELO
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLONOPOLE	Processo nº	24762/11 - Processo transformado nº20886/11
Responsável:	MARIA AMBROSINA CAVALCANTE PINHEIRO	Natureza:	Tomada de Contas Especial - 2007
Processo nº	14020/11 - Processo transformado nº10788/11	Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIACAO E URBANISMOS DE PENAFORTE
		Responsável:	VICENTE ANGELO VIDAL

Processo nº 26098/08 - Processo transformado nº23055/08
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2007
 Órgão: SECRETARIA DES.URB.E MEIO AMBIENTE DE SOBRAL
 Responsável: ANTONIO CARLOS CAMPELO COSTA
 Processo nº 26518/03 - Processo transformado nº23204/03
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2002
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO/FUNDEF DE ACOPIARA
 Responsável: MARIA HELOISA HOLANDA DE ALBUQUERQUE
 Processo nº 29878/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SANTANA DO CARIRI
 Responsável: MARIA ELIANE CIDADE WERTON
 Processo nº 30000/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: FUNDO MUN.ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA DE URUOCA
 Responsável: MARIA DAS GRACAS FERNANDES MOREIRA
 Processo nº 35804/05 - Processo transformado nº32235/05
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2004
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE IPU
 Responsável: ANTONIA BEZERRA LIMA CARLOS
 Processo nº 35810/05 - Processo transformado nº32191/05
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2004
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE IRAUCUBA
 Responsável: RAIMUNDO LUCIANO DUARTE
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14-fevereiro-2012.
 Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz
 SECRETÁRIO

*** **

EXTRATO DE PAUTA Nº19/2012 2ª CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Artur Silva
 Processo nº 12481/11
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: FUNDO MUN. PREVIDENCIA DE CHORO
 Responsável: NAILMA SALES CAMPELO
 Processo nº 29888/09 - Processo transformado nº28144/09
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2002
 Órgão: SECRETARIA DE SAUDE DE BARBALHA
 Responsável: TARCIO NEDSON LUNA CRUZ
 Processo nº 35071/05 - Processo transformado nº31962/05
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2004
 Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE CRATEUS
 Responsável: ANTONIO ARQUIMEDES DE MELO MARQUES
 Relator: Cons. Ernesto Sabóia
 Processo nº 9053/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE OROS
 Responsável: LUHANNA URYA MACIEL BEZERRA
 Processo nº 9579/07
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE PARAMOTI
 Responsável: SOCORRO MARIA MARIZ SANTOS
 Processo nº 9789/08
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA
 Responsável: ANTONIO EDNARDO BRAGA LIMA
 Processo nº 10176/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO DE SOLONOPOLE
 Responsável: MONICA MARIA SILVA DE SOUSA
 Processo nº 12522/07
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006
 Órgão: FUNDO SEGURIDADE SOCIAL DE MARCO
 Responsável: JOSÉ GLAYDISTONE OSTERNO JÚNIOR
 Processo nº 12601/06
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2005
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE APUIARES
 Responsável: WANKYS BEZERRA GOMES DA SILVA
 Pres.Comissão Licitação: ANA ROSA GOMES DOS SANTOS

Membro Comissão Licitação: MARCOS ANTÔNIO BEZERRA DE ALMEIDA
 Membro Comissão Licitação: RAIMUNDA GOMES BEZERRA
 Processo nº 12985/11
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: FUNDO DE HABITACAO E INTERESSE SOCIAL DE PACOTI
 Responsável: FRANCISCO NEMESIO PAULO DE SOUSA
 Processo nº 16658/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: PROCURADORIA GERAL DE TIANGUA
 Responsável: JOSE SA DE ARAUJO
 Processo nº 27039/11 - Processo transformado nº23085/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM
 Responsável: ROSA VIEIRA FERNANDES
 Relator: Auditor Manasses Pedrosa
 Processo nº 8974/11
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2010
 Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPIO DE BOA VIAGEM
 Responsável: FRANCISCO MARTON DE CARVALHO
 Processo nº 9161/10
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE PARAMBU
 Responsável: MARIA FRANCINEIDE ALVES TORQUATO
 Processo nº 10296/09
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE UMIRIM
 Responsável: FERNANDO ANTONIO BEZERRA DA SILVA
 Processo nº 20710/11 - Processo transformado nº17610/11
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2009
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM
 Responsável: IRACEMA GONCALVES ARAUJO
 Processo nº 24406/09 - Processo transformado nº22809/09
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2009
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
 Responsável: FRANCISCO SAMPAIO DE VASCONCELOS
 Processo nº 26973/11 - Processo transformado nº24614/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE ARARIPE
 Responsável: CICERO FERREIRA DA SILVA
 Processo nº 27830/11 - Processo transformado nº25156/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE PARAIPABA
 Responsável: ANTONIO NAIRTON RODRIGUES
 Processo nº 28155/11 - Processo transformado nº26067/11
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO JAGUARIBE
 Responsável: JOSE CARLOS NOBRE FREIRE
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14-fevereiro-2012.
 Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz
 SECRETÁRIO

*** **

OUTROS

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 2012.02.14.1. A Pregoeira Oficial do Município de Farias Brito, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que estará realizando, na Sede da Prefeitura, certame Licitação na Modalidade Pregão Nº 2012.02.14.1, do tipo Presencial, cujo **Objeto** é a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao Atendimento dos Programas de Distribuição de Merenda Escolar da Rede Pública de Ensino do Município de Farias Brito/CE, conforme especificações contidas no Edital Convocatório e seus Anexos, com o recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação marcado para o dia 02 de Março de 2012, às 08:00 horas. As Amostras dos Produtos deverão ser entregues até o dia 27 de Fevereiro de 2012, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Farias Brito, sempre em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações e entrega do Edital na Sede da Comissão de Licitação, sito à Rua José Alves Pimentel, Nº 87, Centro, Farias Brito/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Informações poderão ser obtidas ainda através do telefone (88) 3544-1223. **Farias Brito - CE, 14 de Fevereiro de 2012. Luclessian Calixto da Silva Alves - Pregoeira Oficial do Município de Farias Brito/CE.**


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do governo federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco tem como área básica de atuação os nove Estados da região Nordeste, o norte e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e o norte do Estado do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios. A força de trabalho e a estrutura do BNB são compostas por 6.077 funcionários e 187 agências. Maior instituição financeira da América Latina voltada para desenvolvimento regional, o Banco opera como órgão executor de políticas públicas.

O BNB contratou durante o ano de 2011 um total de 3,3 milhões de operações que somaram R\$ 21,8 bilhões. A quantidade de operações superou em 25,8% o número obtido no ano de 2010, refletindo o novo direcionamento estratégico do Banco de atender, preferencialmente, os mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 11,9 bilhões e cresceram 1,0%, enquanto que os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R\$ 9,2 bilhões com crescimento de 6,8%. As operações de Mercado de Capitais somaram R\$ 689,0 milhões. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a fonte de recursos mais utilizada pelo Banco nos financiamentos de longo prazo, sendo responsável por R\$ 11,1 bilhões, o que representou 93,4% do total dos financiamentos. Esses valores demonstram a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. Neste ano o FNE esteve presente com financiamentos em todos os 1.990 municípios que fazem parte de sua área de atuação.

Com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no país. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou no ano 2,6 milhões de operações no valor global de R\$ 3,8 bilhões, representando crescimento de 40,9% em relação ao ano anterior. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, que tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. As micro e pequenas empresas contrataram R\$ 2,6 bilhões com crescimento de 12,9%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 1,3 bilhão com 22,1% de crescimento.

DESEMPENHO OPERACIONAL
Operações Globais

As contratações globais do BNB em 2011 somaram R\$ 21,8 bilhões, cresceram 1,7% em relação a 2010 e foram responsáveis pela contratação de 3,3 milhões de operações, quantidade que cresceu expressivos 25,8%. Os créditos contratados cresceram 3,5% totalizando R\$ 21,1 bilhões, sendo R\$ 11,9 bilhões em financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos e R\$ 9,2 bilhões em empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos, significando crescimentos de 1,0% e 6,8%, respectivamente.

OPERAÇÕES GLOBAIS (R\$ milhões)

Tipo	2010	
	Quantidade	Valor
Créditos Contratados	2.587.760	20.349,0
· Longo Prazo ⁽¹⁾	402.943	11.750,3
· Curto Prazo ⁽²⁾	2.184.817	8.598,7
Mercado de Capitais	10	1.010,0
Desembolsos FDNE ⁽³⁾ - risco BNB	8	33,4
Total	2.587.778	21.392,4

Tipo	2011		Variação (valor)
	Quantidade	Valor	
Créditos Contratados	3.256.395	21.054,0	3,5%
· Longo Prazo ⁽¹⁾	444.666	11.868,5	1,0%
· Curto Prazo ⁽²⁾	2.811.729	9.185,5	6,8%
Mercado de Capitais	5	689,0	-31,8%
Desembolsos FDNE ⁽³⁾ - risco BNB	1	11,7	-64,9%
Total	3.256.401	21.754,7	1,7%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;

(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Apesar da redução do valor das operações de mercado de capitais em 2011 comparativamente ao ano de 2010 – relacionada com os efeitos da crise financeira internacional nos países da Zona do Euro e nos Estados Unidos, o que impôs ao Banco maior seletividade na realização

dessas operações, com maior foco em operações realizadas com empresas do Nordeste e de menor *ticket* médio –, o BNB concentrou-se em sua missão de concessão de créditos de curto e longo prazos voltados para o desenvolvimento da Região, com volume expressivo de R\$ 21,1 bilhões e crescimento de 3,5%.

Trabalhando com maior ênfase no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, o BNB reforça o seu papel e suas diretrizes como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes. No ano 2011, o apoio do Banco às Micro e Pequenas Empresas (MPes) cresceu 12,9% com aplicação de R\$ 2,6 bilhões. As contratações na agricultura familiar somaram R\$ 1,3 bilhão com expansão de 22,1% em relação a 2010. A atuação do BNB em microcrédito cresceu 40,9% em 2011 quando foram aplicados R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 3,0 bilhões no microcrédito urbano e R\$ 775,1 milhões no microcrédito rural.

DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS

Programa / Segmento	(R\$ milhões)		
	2010	2011	Variação
Micro e Pequena Empresa (MPE)	2.276,3	2.569,5	12,9%
Agricultura Familiar (Pronaf)	1.105,1	1.349,1	22,1%
Microcrédito do BNB	2.662,1	3.751,0	40,9%
· Urbano (programa Crediamigo)	2.066,3	2.975,9	44,0%
· Rural (programa Agroamigo)	595,8	775,1	30,1%

A divisão por setor econômico dos valores das operações de crédito contratadas no ano de 2011 evidenciou crescimento em dois setores. O maior crescimento aconteceu no setor de comércio e serviços com 21,8%, seguido do rural com 13,6%. Em termos de valor o setor de comércio e serviços contratou R\$ 9,3 bilhões representando 44,4% do total dos créditos contratados, conforme evidenciado na tabela adiante.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS
POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	2010	2011	Variação
Rural	4.125,3	4.686,6	13,6%
Industrial	6.027,6	5.041,1	-16,4%
Infraestrutura	2.521,1	1.977,0	-21,6%
Comércio/Serviços ⁽¹⁾	7.675,0	9.349,3	21,8%
Total	20.349,0	21.054,0	3,5%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

Embora tenham sido constatadas diminuições nos financiamentos concedidos aos setores industrial e de infraestrutura motivadas por queda na demanda doméstica e dificuldade de exportação por conta da crise internacional, no caso industrial, e pela nova política do governo federal para o setor de geração de energia, a qual determinou que projetos desse setor passassem a ser financiados de forma direta pelo BNDES, no caso de infraestrutura, o BNB teve expressivos crescimentos e valores aplicados em 2011 nos setores rural – onde estão os agricultores familiares – e de comércio/serviços – setor que recebe os impactos da elevação de renda da população verificada no Nordeste.

O BNB tem uma atuação em operações de curto prazo de forma complementar aos financiamentos de longo prazo. Atendendo prioritariamente os clientes que detêm financiamentos para investimento, as operações de curto prazo objetivam suprir os empreendimentos de suas necessidades de crédito de funcionamento, como Capital de Giro, Descontos de Títulos, Contas Garantidas e Câmbio. O Banco contratou R\$ 9,2 bilhões em operações de curto prazo durante o ano de 2011, com acréscimo de 6,8% em relação a 2010.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PRODUTO

Produto	(R\$ milhões)		
	2010	2011	Variação
Crédito Comercial (Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto e Contas Garantidas)	5.653,8	5.089,1	-10,0%
Câmbio ⁽¹⁾	878,6	1.120,5	27,5%
Crediamigo	2.066,3	2.975,9	44,0%
Total	8.598,7	9.185,5	6,8%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As contratações de financiamento em 2011 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R\$ 11,1 bilhões, com crescimento de 3,1% em relação ao montante verificado no ano de 2010. Entre os setores, o maior crescimento foi verificado no setor agroindustrial com 52,7% e um valor contratado de R\$ 336,9 milhões. Outro setor com expressivo crescimento foi o de comércio/serviços com 24,5% e R\$ 2,5 bilhões aplicados. O turismo regional destacou-se com o crescimento de 11,0% e contratação de R\$ 496,5 milhões. O setor que mais recebeu recursos foi o rural com R\$ 3,9 bilhões representando 35,2% do total aplicado. Os valores do FNE contratados por setor são mostrados na tabela adiante.



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS

Setor	POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)		
	2010	2011	Variação
Rural	3.657,3	3.906,7	6,8%
Agroindustrial	220,6	336,9	52,7%
Industrial	2.419,2	1.912,2	-21,0%
Infraestrutura	2.020,5	1.961,3	-2,9%
Turismo	447,2	496,5	11,0%
Comércio/Serviços	1.990,4	2.477,1	24,5%
Total	10.755,2	11.090,7	3,1%

SEGMENTOS DE NEGÓCIOS DE CRÉDITO

A segmentação de negócios implementada pelo Banco permitiu que vários programas e segmentos passassem a contar com uma dinâmica e acompanhamento diferenciados para uma maior produtividade. Consequentemente, houve ampliação da participação do BNB nesses negócios conforme o desempenho geral já comentado.

Microcrédito do BNB

O BNB tem expandido sua atuação nesse importante segmento de microcrédito que cresce a cada dia no país. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, tendo por objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. Em 2011 o valor global dos financiamentos de microcrédito do BNB totalizou R\$ 3,8 bilhões, crescendo expressivos 40,9% em relação ao ano de 2010, com mais 2,6 milhões de operações.

MICROCRÉDITO NO BNB (R\$ milhões)

Microcrédito	2011	
	Quantidade	Valor
Urbano (programa Crediamigo)	1.632.482	2.066,3
Rural (programa Agroamigo)	329.105	595,8
Total	1.961.587	2.662,1

Microcrédito	2011		Variação (Valor)
	Quantidade	Valor	
Urbano (programa Crediamigo)	2.246.905	2.975,9	44,0%
Rural (programa Agroamigo)	366.681	775,1	30,1%
Total	2.613.586	3.751,0	40,9%

Microcrédito Urbano (Crediamigo)

O Crediamigo é o programa de microcrédito produtivo orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. No ano de 2011 o Crediamigo realizou 2,2 milhões de operações com valor desembolsado de quase R\$ 3,0 bilhões, representando crescimento de 44,0% em relação ao ano de 2010 quando foram desembolsados R\$ 2,1 bilhões. O crescimento da Carteira Ativa foi de 54,2% chegando a um saldo de R\$ 1,1 bilhão. A quantidade de Clientes Ativos cresceu 41,8% passando de 737,8 mil ao final de 2010 para 1 milhão ao final de 2011. A inadimplência dos financiamentos, representada pela média ponderada dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à Carteira Ativa, ficou em 0,8% ao final do ano. A capacidade operacional do Crediamigo vem crescendo a cada dia alcançando uma média de 8.952 operações contratadas diariamente durante 2011, o que significa um crescimento de 37,1% em relação à média diária de 6.530 operações durante o ano de 2010.

PROGRAMA CREDIAMIGO - RESULTADOS

Item	2010	2011	Variação
Quantidade de operações	1.632.482	2.246.905	37,6%
Valor contratado (R\$ milhões)	2.066,3	2.975,9	44,0%
Valor médio contratado (R\$ 1,00)	1.265,70	1.324,43	4,6%
Média diária de contratações	6.530/dia	8.952/dia	37,1%
Clientes ativos	737.826	1.046.062	41,8%
Carteira ativa (R\$ milhões)	742,6	1.144,9	54,2%
Pontos de atendimento	314	381	21,3%
Municípios atendidos	1.829	1.878	2,7%
Participação (%) no mercado elegível de microfinanças (base 3.939 mil potenciais clientes)	18,7	26,6	42,2%

Microcrédito Rural (Agroamigo)

O Agroamigo é o programa de microfinança rural do BNB que tem como objetivo qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que preconiza o atendimento de forma rápida e desburocratizada, permitindo o aumento

de renda familiar no campo, a manutenção e criação de novas oportunidades de trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Em 2011 foram contratadas 366.681 operações em toda área de atuação do Banco, envolvendo R\$ 775,1 milhões, com valor médio de cerca de R\$ 2,1 mil. Ao final do ano as mulheres representavam 48,3% dos clientes ativos do Agroamigo. O Agroamigo também trabalha pela inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores. Mais de 100 mil deles já possuem conta corrente ou poupança no BNB.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do governo federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil este segmento representa 89,1% dos estabelecimentos rurais correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,4 milhões de pessoas ocupadas. O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste. Em 2011 o Banco contratou 406.322 operações com agricultores familiares envolvendo recursos totais de R\$ 1.349,1 milhões, sendo 63,7% dos financiamentos concedidos a estabelecimentos rurais localizados na região semiárida. Em comparação com o ano de 2010 verifica-se um incremento de 22,1% no valor contratado. Ao final do ano a Carteira Ativa somava R\$ 4,6 bilhões correspondentes a 1,3 milhão de operações.

Mini e Pequenos Produtores Rurais

O BNB atua com os mini e pequenos produtores rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Integrando o crédito às políticas públicas, o Banco promove a inclusão financeira e social, a melhoria de renda dos clientes desse segmento e a expansão e diversificação da competitividade da base econômica regional. Durante o ano de 2011 o BNB contratou 10.708 operações de crédito rural que somaram R\$ 598,1 milhões com os mini e pequenos produtores rurais, exceto o público enquadrado no Pronaf. Esse valor representou incremento de 48% em relação ao volume contratado em 2010.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

O BNB colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) durante o ano de 2011 o montante de R\$ 3,5 bilhões em linhas de crédito de curto e longo prazos. No mesmo período foram contratados negócios no montante de R\$ 2,6 bilhões, o que representou crescimento de 13% quando comparado ao ano de 2010. Foram contratadas 106.160 operações de financiamentos e empréstimos, atendendo a 26.340 MPEs. Dentre as ações que contribuíram para o resultado alcançado em 2011, podem ser citadas: continuidade da estratégia de negócios Nordeste Franquias – segmento que vem obtendo expressivo crescimento no Nordeste, ano após ano; patrocínio de eventos e feiras de negócios; melhorias no processo de concessão de crédito; reforço das parcerias entre o BNB e importantes agentes que atuam em setores considerados estratégicos; programa de Atualização de Gerentes de Negócios; e divulgação da marca Banco do Nordeste no mercado, por meio de campanha publicitária.

Negócios com Médios e Grandes Clientes

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem este segmento de clientes os produtores rurais com faturamento anual superior a R\$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 200 milhões. O segmento de negócios Corporate gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. No período foram contratadas 308 operações no segmento Corporate no valor total de R\$ 6,3 bilhões.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do governo federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No ano de 2011 foram contratadas 12 operações que demandaram recursos do FNE na ordem de R\$ 1,4 bilhão. Desde o início do Programa, 46 empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2 tiveram o apoio financeiro do BNB, cujos recursos somaram R\$ 9,4 bilhões. Essa participação viabilizou investimentos totais da ordem de R\$ 43,4 bilhões para os setores de energia e transportes. Em relação ao apoio financeiro à Copa do Mundo de 2014 o BNB contratou, em 2011, sete operações com recursos do FNE – Proatur, totalizando R\$ 330,3 milhões, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional em consonância com órgãos de controle externo. Com essas operações o Banco acumula 20 financiamentos de apoio à Copa que envolvem recursos do FNE de R\$ 673,6 milhões, viabilizando investimentos totais de R\$ 1,7 bilhão.

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos, totalizaram R\$ 5,1 bilhões em 2011. Os produtos e valores foram: Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro, com R\$ 1.886,9 milhões; Desconto de Títulos, com R\$ 948,1 milhões; e Contas Garantidas, com R\$ 2.254,1 milhões.


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

No ano de 2011 foi aplicado o valor de R\$ 1,5 bilhão no financiamento ao comércio exterior, com incremento de 15% em relação ao ano de 2010. Os produtos de crédito suportam o atendimento das necessidades de financiamento e emissão de garantias, como: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE), Financiamento à Importação (Finimp) e garantias internacionais. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2011 atingiu a cifra de R\$ 4 bilhões, entre operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas. Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o BNB mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

NEGÓCIOS FINANCEIROS
Mercado de Capitais

O BNB vem auxiliando empresas do Nordeste a acessar e utilizar instrumentos do mercado de capitais, promovendo assim a diversificação das fontes de recursos, contribuindo com a profissionalização e fortalecimento da governança corporativa das empresas e estimulando o desenvolvimento da Região. Em 2011 o Banco participou da estruturação de operações de renda fixa no valor total de R\$ 689 milhões.

Administração de Recursos de Terceiros

Em 2011, o BNB administrava 20 fundos de investimento, sendo 12 destinados a clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e seis para investidores exclusivos. O patrimônio líquido dos fundos atingiu, ao final de 2011, aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, o que representa um crescimento de 14,3% em relação ao saldo do final de 2010.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
Ativos Totais

Ao término de 2011, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 11,2% em relação ao final de 2010 (vide tabela Ativos Globais). Nos ativos do Banco também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1.593 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 2.983 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R\$ 2.652 milhões) de dezembro de 2010 para dezembro de 2011 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo de R\$ 1.724 milhões observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, e pelo aumento do saldo de operações de crédito da carteira própria do BNB, no valor de R\$ 455 milhões. Tal crescimento foi possível em função do aumento das disponibilidades do FNE em R\$ 922 milhões, do incremento no volume de captação de depósitos em R\$ 454 milhões, da elevação em obrigações por empréstimos cambiais em R\$ 375 milhões, do aumento de passivos com o BNDES para financiamento de operações de crédito em R\$ 300 milhões e da retenção de lucros no período. Registra-se, todavia, a redução dos passivos representados pelo Fundo de Terras, Inca-Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras no valor total de R\$ 699 milhões, em face de transferência da obrigação para contas de compensação (vide item Origem de Recursos).

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, cresceram 4,5% em 2011, representados, preponderantemente, pelo acréscimo: em operações do Programa Crediamigo; em operações de financiamentos de longo prazo com recursos do BNDES; em operações de câmbio com recursos externos; em operações de crédito com recursos capturados através de Letra de Crédito do Agronegócio; em operações de crédito com recursos do FAT; e nos saldos de operações de crédito com recursos de repasses do FNE. Ressalta-se que ocorreu decréscimo em operações de crédito com recursos de repasse do Fundo da Terras/Reforma Agrária, do Inca-Conta Fundiária e do Fundo Rotativo de Terras que foram transferidos para contas de compensação (vide tabela Saldos de Aplicações por Fonte/Programa). Em 2011, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 13,3% (vide tabela Ativos Globais), por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2011, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 5.031 milhões, contra R\$ 4.084 milhões ingressados em 2010. Quando são comparadas as posições de 31.12.2011 e 31.12.2010, percebe-se um acréscimo de 12,0% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 25,3% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

Especificação	ATIVOS GLOBAIS (R\$ milhões)	
	BNB	
	31.12.2010	31.12.2011
Disponibilidades, (C) Aplicações Interfinanceiras e TVM	11.721,3	13.445,2
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-
Relações Interfinanceiras	271,0	304,1

Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	10.134,9	10.590,3
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	1.450,8	1.890,0
Outros Valores e Bens	13,7	17,1
Permanente	192,0	188,9
Total	23.783,7	26.435,6

Especificação	FNE	
	31.12.2010	31.12.2011
Disponibilidades, (C) Aplicações Interfinanceiras e TVM	1.896,5	1.593,0
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	1.756,6	2.983,2
Relações Interfinanceiras	1.331,5	1.434,4
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	28.337,4	31.733,6
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	3,1	2,0
Outros Valores e Bens	1,5	1,3
Permanente	-	-
Total	33.326,6	37.747,5

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2011, corresponde a R\$ 10.063 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2.297 milhões (29,6%) em relação a 31.12.2010, quando totalizava R\$ 7.766 milhões. Tal acréscimo ocorreu principalmente em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e em Debêntures, destacando-se que a taxa Selic que remunera as LFTs acumulou uma rentabilidade, em 2011, de 11,6% e que o INPC, que remunera as NTN-B, sofreu variação de 6,5% em 2011. Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens totalizavam, em 31.12.2011, sem a dedução de provisões, R\$ 44.423,5 milhões, o que representa um crescimento de 8,8%.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA

Especificação	(R\$ Milhões)	
	31.12.2010	31.12.2011
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	29.556,0	32.624,4
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	6.247,7	5.769,6
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	988,1	1.300,3
Crediamigo (recursos do Bird, FAT, DIM e Recursos Internos)	770,5	1.177,9
FNE - Repasses Lei 7.827 Art 9º, "a" (Dívida Subordinada)	782,4	888,2
Captações Externas (Câmbio)	553,4	857,6
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	654,4	757,3
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	254,3	465,3
LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)	-	243,5
Poupança BNB	238,4	155,6
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	59,2	101,6
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	80,5	80,4
Fundo de Terras/Reforma Agrária (*)	571,3	-
Inca - Conta Fundiária (*)	70,5	-
FRT (Fundo Rotativo de Terras) (*)	12,6	-
Outras	4,5	1,8
Total	40.843,8	44.423,5

(*) Saldos transferidos para contas de compensação.

A tabela a seguir demonstra os saldos das operações de crédito do BNB por setor, com destaque para o crescimento de 29,7% na carteira de infraestrutura e desenvolvimento, passando a representar 16,5% das aplicações em operações de crédito do Banco. O setor de indústria, comércio e serviços representa 63,7% do saldo de operações de crédito



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

do BNB, enquanto que o setor rural e agroindustrial corresponde a 13,1% das aplicações de crédito do Banco. Em relação às operações de crédito do FNE por setor, destacam-se: o crescimento de 32,7% do setor de infraestrutura e desenvolvimento, o qual passou a representar 17,9% das aplicações em operações de crédito do FNE; e o aumento de 20,9% na carteira destinada à indústria, comércio e serviços, a qual representa 34,9% dos saldos globais de operações de crédito do FNE. O setor rural e agroindustrial continua liderando a participação no saldo total de operações de crédito do FNE, com 46,8%, tendo decrescido 1% de 2010 para 2011. Com participação de 0,4% nos saldos de operações de crédito do FNE, o setor de financiamentos à exportação apresentou um decréscimo de R\$ 187 milhões de 2010 para 2011, com redução de 58,0%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR (R\$ milhões)

Especificação	BNB	
	31.12.2010	31.12.2011
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	10.134,9	10.590,3
• Operações de Crédito	10.715,8	11.212,2
. Indústria, Comércio e Serviços	6.771,2	7.147,1
. Rurais e Agroindustriais	1.961,0	1.466,4
. Infraestrutura e Desenvolvimento	1.426,1	1.849,3
. Refinanciamentos	533,2	473,7
. Financiamento à Exportação e Importação	24,3	275,6
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (580,9)	-	(621,9)
Outros Créditos - Com Características de Concessão de Crédito (Líquido de Provisões)	499,9	578,7
• Outros Créditos	571,9	586,9
. À Importação e Exportação	529,1	582,0
. Outras	42,8	4,9
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (72,0)	-	(8,2)
Total	10.634,8	11.169,0

Especificação	FNE	
	31.12.2010	31.12.2011
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	28.337,4	31.733,6
• Operações de Crédito	29.556,0	32.624,4
. Indústria, Comércio e Serviços	9.420,5	11.391,5
. Rurais e Agroindustriais	15.419,8	15.270,3
. Infraestrutura e Desenvolvimento	4.392,3	5.826,7
. Refinanciamentos	-	-
. Financiamento à Exportação e Importação	323,4	135,9
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (1.218,6)	-	(890,8)
Outros Créditos - Com Características de Concessão de Crédito (Líquido de Provisões)	-	-
• Outros Créditos	-	-
. À Importação e Exportação	-	-
. Outras	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Total	28.337,4	31.733,6

Origem de Recursos

De 31.12.2010 a 31.12.2011, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 11,6%, conforme a tabela a seguir.

Especificação	ORIGEM DE RECURSOS (R\$ Milhões)	
	31.12.2010	31.12.2011
Depósitos à Vista	134,1	183,6
Depósitos de Poupança	1.288,6	1.330,0
Depósitos a Prazo	6.385,6	6.860,3
• FAT	686,8	622,4
• Finor - Disponibilidades	95,0	216,7
• Reinvestimentos Lei Nº. 8.167	352,5	453,5
• CDB	5.251,3	5.567,7
Depósitos Interfinanceiros e Outros	701,3	590,6
Recursos FNE (Disponibilidades)	3.656,3	4.578,2
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.685,7	1.286,7
• BNDES e Fname	986,1	1.285,7
• Outras Instituições	699,6	1,0
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	729,2	840,4
Obrigações por Empréstimos	507,5	882,8
Captações no Mercado Aberto	524,3	704,4
LCA (Letras de Crédito do Agronegócio)	0	196,4
Emissão de Títulos no Exterior	485,5	567,2
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	493,1	525,8
Passivos Contingentes	1.436,2	1.767,9
• FNE	1.177,8	1.386,8
• Causas Trabalhistas	161,9	182,8
• Causas Cíveis e Outras	96,5	198,3
Provisões Sociais e Estatutárias	130,7	12,3

Provisões para Pagamentos a Efetuar	1.053,9	1.131,6
• Benefícios a empregados (Deliberação CVM 600)	925,4	985,4
• Outros	128,5	146,2
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.101,8	1.216,3
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	1.004,2	1.137,9
Outras Obrigações	288,4	293,7
Total das obrigações para com terceiros	21.606,4	24.106,1
Resultados de Exercícios Futuros	0	0
Patrimônio Líquido	2.177,3	2.329,5
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	23.783,7	26.435,6
Recursos FNE (demais)	28.568,5	31.953,0
Total	52.352,2	58.388,6

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 31.12.2011, um Patrimônio Líquido de R\$ 2.329,5 milhões (R\$ 2.177,3 milhões, em 31.12.2010) e um capital social de R\$ 2.010 milhões (R\$ 1.851 milhões em 31.12.2010), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB de 2011 importou em R\$ 314,8 milhões, montante 0,38% superior ao apresentado em 2010, de R\$ 313,6 milhões. O lucro líquido por ação, que em 31.12.2010 era de R\$ 3,60, passou, em 31.12.2011, para R\$ 3,62. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2011 foi de 13,51% a.a. Esse índice foi de 14,40% a.a. em 31.12.2010.

Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução Nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco. As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais. Em 31.12.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do BNB foi de 16,32% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.604.614 mil (R\$ 3.248.273 mil em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.054.085 mil em 31.12.2011 (R\$ 2.627.409 mil em 31.12.2010). Em julho de 2009 e em junho de 2010, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Banco Central a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição. Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o BNB e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011 o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido, que não possui data de vencimento, fosse considerado como capital de Nível II.

Avaliação de Risco Internacional e Local - Rating

Em 2011 as três principais agências internacionais de rating reafirmaram conceitos ao BNB. A Moody's Investors Service confirmou o grau de investimento em escala global ao BNB. Em junho de 2011 a Agência elevou o rating do BNB para 'Baa2' em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e para 'Prime-2' para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a Agência manteve o rating de 'Aaa.br' de longo prazo e 'BR-1' de curto prazo. Todos os ratings têm perspectiva Estável. A Fitch confirmou o grau de investimento em escala global ao BNB, onde os IDR's de Longo Prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDR's de curto prazo, em moeda estrangeira e em moeda local, ficaram em 'F2'. O rating nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)', respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do BNB para o desenvolvimento da região Nordeste do país. Já a Standard & Poor's reafirmou a perspectiva do BNB na escala global em moeda estrangeira, ficando o rating em 'BBB-/Estável/A-3'. Em moeda nacional atribuiu 'brAAA', também Estável. Para a Agência, os ratings do BNB refletem a importância do Banco nas políticas públicas da região Nordeste do país e o apoio dado por seu acionista majoritário, o governo federal.

Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

Em 2011, mais precisamente no primeiro semestre, o BNB passou a divulgar suas demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS), preconizado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), em seu portal na internet. As primeiras demonstrações disponíveis são


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009). Estima-se que as demonstrações de 31.12.2011, comparativas com as de 31.12.2010, sejam divulgadas no primeiro semestre de 2012.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

O BNB tem em sua estrutura o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) que tem como responsabilidades básicas: elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do BNB em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável. No ano de 2011 o ETENE realizou avaliações de resultados e impactos dos seguintes programas: FNE 2010; FNE 2011 primeiro semestre; Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (FNE - Proinfra); FNE - Rural: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivo da soja, algodão e uva; e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 2009 e 2010. Publicou, ainda, 36 livros nas categorias Série Teses e Dissertações, Documentos Etene, Série Informes Técnicos Etene, Série BNB Ciência e Tecnologia, Revista Econômica do Nordeste (REN), Revista BNB Conjuntura Econômica, Avaliação de Políticas e Programas do BNB, dentre outros.

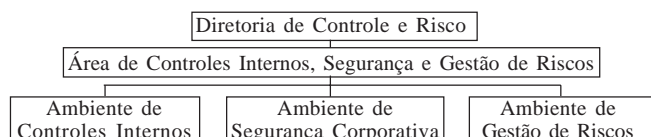
Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Reconhecendo a importância das pesquisas para o aproveitamento das potencialidades e competências regionais, o BNB aplicou R\$ 38,8 milhões em 782 projetos durante o ano de 2011. Esses projetos foram selecionados pelos três fundos administrados de apoio à pesquisa – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional do BNB está desenhada com base em princípios de boa governança corporativa que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos, tendo em vista sua missão desenvolvimentista. O Banco conta com uma diretoria para tratar de controle e risco, atendendo às Resoluções nº 3.380, 3.464 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinam às instituições financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO



A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional e definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar, em conjunto com as demais áreas do Banco, as ações de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e implementar controles internos, de forma segregada das demais áreas, das atividades desenvolvidas em todas as unidades do Banco, envolvendo os processos operacionais e gerenciais, sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco em suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos, com vistas a assegurar a eficiência dos controles existentes em cada processo; acompanhar o cumprimento, pelas demais áreas do Banco, das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; e verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como funções: definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal, especialmente de gestores e responsáveis pela guarda e movimentação de numerário; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como monitorar a

efetividade dos procedimentos adotados. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez do BNB constará de seu Relatório Anual 2011, a ser editado ao longo do ano de 2012. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído a público de relacionamento do Banco. Nesse endereço da Internet, no *link* Relação com Investidores, podem ainda ser encontradas informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular 3.477 do Banco Central.

Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Ouvidoria Institucional e Comissão de Ética

O Comitê de Auditoria do BNB, instituído e regulamentado por intermédio da Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração do Banco. As atividades do Colegiado são relatadas semestralmente por meio do seu Relatório de Atividades, cujo resumo compõe a publicação do conjunto das Demonstrações Financeiras do BNB. Durante o ano de 2011 o Comitê de Auditoria focou sua atuação no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente, Auditoria Interna, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras, procedimentos de recuperação de crédito e no desempenho da Ouvidoria. Atuou, também, oferecendo recomendações à Diretoria do Banco quanto ao aperfeiçoamento de controles e à observância de normas legais e regulamentos internos.

A Auditoria Interna, no cumprimento de sua responsabilidade de assessorar a alta administração e colegiados estatutários com informações sobre a eficácia do gerenciamento de riscos da Instituição, realizou 37 trabalhos de auditoria em 2011, sendo 16 trabalhos em processos de negócios e de suporte, 10 relacionados à tecnologia da informação e 11 para cumprimento de exigências legais. No propósito de aprimorar o sistema de governança corporativa do BNB visando à mitigação de riscos legais, operacionais e de imagem, a Área de Auditoria coordena, de forma integrada, as demandas oriundas de órgãos de controle, fiscalização, supervisão e auditoria externa, bem como de outros órgãos externos, desde que originadas de trabalhos executados por esses órgãos no Banco. A Ouvidoria, como órgão legítimo de representação do cidadão no BNB, provê tratamento das demandas encaminhadas pelos clientes em instância de recurso às soluções eventualmente não satisfatórias fornecidas pelos canais habituais de atendimento. Atua como interlocutora com as instâncias internas da instituição à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, por vezes exercendo o papel de mediadora de conflitos. Com estabelecimento de parcerias internas, a Ouvidoria estimula o aperfeiçoamento da qualidade dos processos, produtos e serviços. Em 2011 a Ouvidoria atendeu a 454 manifestações entre reclamação, denúncia, sugestão, informação e elogio.

A Comissão de Ética do BNB é um colegiado voltado à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regimentos dos Decretos nº 1.171, de 22.06.1994, e nº 6.029, de 01.02.2007, do governo federal. As atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP). Em 2011 merece destaque a aprovação pela Diretoria e Conselho de Administração do Banco da versão atualizada do Código de Conduta Ética, tornando o texto adequado à legislação vigente.

Relacionamento com Investidores e com Mercado Financeiro

Consolidando o seu esforço de colocação de papéis no mercado de capitais, o BNB continua participando na distribuição de operações neste segmento, cujo valor total alcançou no ano de 2011 a marca de R\$ 307,6 milhões nos mercados primário e secundário. Melhorar o atendimento aos acionistas também vem merecendo destaque por parte da Unidade de Relacionamento com Investidores, mediante o fornecimento, principalmente, de informações sobre a distribuição de dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP) e a posição acionária detida por cada acionista.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2011, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2012


 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de Dezembro de 2011 e de 2010
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.2011	31.12.2010		31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE	10.584.659	10.838.392	CIRCULANTE	9.748.154	8.474.793
DISPONIBILIDADES (Nota 5)	97.086	82.391	DEPÓSITOS (Nota 13.a)	5.115.979	3.772.031
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS			Depósitos à Vista	162.445	109.037
DE LIQUIDEZ (Nota 6.a)	3.240.283	3.872.110	Depósitos de Poupança	1.329.994	1.288.569
Aplicações no Mercado Aberto	3.036.454	3.451.521	Depósitos Interfinanceiros	588.986	670.627
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	203.829	420.589	Depósitos a Prazo	3.034.554	1.688.256
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM.			Outros Depósitos	0	15.542
FINANC. DERIVATIVOS (Nota 7)	233.192	1.026.946	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		
Carteira Própria	233.158	809.265	(Nota 13.b)	637.812	460.893
Instrumentos Financeiros Derivativos	34	210	Carteira Própria	603.883	372.897
Vinculados à Prestação de Garantias	0	217.471	Carteira de Terceiros	33.929	87.996
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	267.274	238.268	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO		
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	90	2.320	DE TÍTULOS (Nota 15)	199.732	2.991
Créditos Vinculados:			Recursos Letras Imob., Hipotecárias,		
Depósitos no Banco Central (Nota 8.a)	260.563	230.048	Crédito e Similares	196.364	0
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural (Nota 8.a)	4.984	3.971	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.368	2.991
Repasse Intefinanceiros	905	805	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4	22
Correspondente	732	1.124	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	22
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	0	285	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	7.142	30.330
Transferências Internas de Recursos	0	285	Recursos em Trânsito de Terceiros	7.142	30.330
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.950.715	4.224.164	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 14.b)	849.768	461.822
Operações de Crédito (Nota 9.a)	5.251.775	4.470.238	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	16.511	15.219
Setor Público	78.446	58.378	Empréstimos no Exterior	833.257	446.603
Setor Privado	5.173.329	4.411.860	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-		
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 9.a)	(301.060)	(246.074)	INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14.c)	173.427	289.427
OUTROS CRÉDITOS	1.778.988	1.380.525	Tesouro Nacional	217	192
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 10.a)	0	8	BNDES	162.562	166.206
Carteira de Câmbio (Nota 10.b)	641.071	521.843	FINAME	10.648	3.921
Rendas a Receber (Nota 10.c)	22.902	25.570	Outras Instituições	0	119.108
Diversos (Nota 10.d)	1.118.570	851.425	INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 10.e)	(3.555)	(18.321)	DERIVATIVOS (Nota 7.c)	7.615	12.118
OUTROS VALORES E BENS	17.121	13.703	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.615	12.118
Outros Valores e Bens	6.169	6.702	OBRIGAÇÕES POR REPASSES		
(Provisões para Desvalorizações)	(1.248)	(1.302)	DO EXTERIOR (Nota 14.d)	81.291	66.808
Despesas Antecipadas	12.200	8.303	Repasse do Exterior	81.291	66.808
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.662.089	12.753.269	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.675.384	3.378.351
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM.			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 16.a)	4.805	5.604
FINANC. DERIVATIVOS (Nota 7)	9.874.595	6.739.820	Carteira de Câmbio (Nota 16.b)	1.188	16.601
Carteira Própria	8.878.659	6.293.647	Sociais e Estatutárias (Nota 16.c)	12.254	130.687
Vinculados a Compromissos de Recompra	672.509	437.948	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.d)	525.820	493.132
Instrumentos Financeiros Derivativos	44.860	95	Negociação e Intermediação de Valores	0	7
Vinculados à Prestação de Garantias	278.567	8.130	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.e)	1.102.922	1.011.809
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	36.863	32.474	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	70.164	1.647
Créditos Vinculados:			Diversas (Nota 16.h)	958.231	1.718.864
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural (Nota 8.a)	422	329	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.357.919	13.131.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (Nota 8.a)	32.369	27.718	DEPÓSITOS (Nota 13.a)	3.848.520	4.737.550
Repasse Intefinanceiros	4.072	4.427	Depósitos à Vista	21.179	25.082
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.639.615	5.910.740	Depósitos Interfinanceiros	0	13.501
Operações de Crédito (Nota 9.a)	5.960.393	6.245.600	Depósitos a Prazo	3.827.341	4.698.967
Setor Público	1.255.601	1.209.193	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO		
Setor Privado	4.704.792	5.036.407	(Nota 13.b)	66.561	63.396
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 9.a)	(320.778)	(334.860)	Carteira Própria	66.561	63.396
OUTROS CRÉDITOS	111.016	70.235	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO		
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 10.a)	0	12	DE TÍTULOS (Nota 15)	563.876	482.496
Diversos (Nota 10.d)	161.747	155.592	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	563.876	482.496
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 10.e)	(50.731)	(85.369)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 14.b)	33.021	45.656
PERMANENTE	188.840	192.055	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	33.021	45.656
INVESTIMENTOS (Nota 12.a)	1.568	1.429	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-		
Outros Investimentos	6.871	6.732	INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14.c)	1.113.258	1.397.349
(Provisão para Perdas)	(5.303)	(5.303)	Tesouro Nacional	775	894
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12.b)	185.569	188.219	BNDES	990.332	767.054
Imóveis de Uso	137.759	132.615	FINAME	122.151	48.938
Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	111.628	Outras Instituições	0	580.463
Outras Imobilizações de Uso	166.672	151.302	INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
			DERIVATIVOS (Nota 7.c)	13.513	46.020
			Instrumentos Financeiros Derivativos	13.513	46.020
			OBRIGAÇÕES POR REPASSES		
			DO EXTERIOR (Nota 14.d)	759.101	662.357



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

OUTROS EVENTOS: Reavaliação de Ativos: Realização da Reserva: Valor Bruto				(4.061)					4.061		0
Encargos Tributários				1.624					(1.624)		0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO									313.590		313.590
Destinações: Reservas					15.680	159.370			(175.050)		0
Dividendos									(85.511)		(85.511)
Juros sobre o Capital Próprio									(121.000)		(121.000)
SALDOS EM 31.12.2010	1.850.000	1.000	0	28.064	88.896	159.632	0	50.130	0	(384)	2.177.338
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	198.000	1.000	(502)	(2.437)	15.680	(39.128)	0	(68.000)	0	0	104.613
SALDOS EM 31.12.2010	1.850.000	1.000	0	28.064	88.896	159.632	0	50.130	0	(384)	2.177.338
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTO DE CAPITAL: Proveniente de Reserva: Incorporação do Capital	160.000	(1.000)				(159.000)			19		19
OUTROS EVENTOS: Reavaliação de Ativos: Realização da Reserva: Valor Bruto				(4.614)					3.994		(620)
Encargos Tributários				1.748					(1.597)		151
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO									314.799		314.799
Destinações: Reservas					15.740	132.230			(147.970)		0
Dividendos									(95.700)		(95.700)
Dividendos Adicionais											0
Propostos (JCP)							7.038		(7.038)		0
Juros sobre o Capital Próprio									(66.488)		(66.488)
SALDOS EM 31.12.2011	2.010.000	0	0	25.198	104.636	132.862	7.038	50.149	0	(384)	2.329.499
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	160.000	(1.000)	0	(2.866)	15.740	(26.770)	7.038	19	0	0	152.161
SALDOS EM 30.06.2011	2.010.000	0	0	26.231	103.931	131.458	0	34.457	0	(384)	2.305.693
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL OUTROS EVENTOS: Reavaliação de Ativos: Realização da Reserva: Valor Bruto				(1.972)					15.692		15.692
Encargos Tributários				939					1.972		0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE									14.106		14.106
Destinações: Reservas					705	1.404			(2.109)		0
Dividendos									(3.619)		(3.619)
Dividendos Adicionais											0
Propostos (JCP)							7.038		(7.038)		0
Juros sobre o Capital Próprio									(2.524)		(2.524)
SALDOS EM 31.12.2011	2.010.000	0	0	25.198	104.636	132.862	7.038	50.149	0	(384)	2.329.499
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	0	0	0	(1.033)	705	1.404	7.038	15.692	0	0	23.806

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2011	Exercício/2011	Exercício/2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício/Semestre	14.106	314.799	313.590
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização	13.952	27.346	25.551
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	9	27	65
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	129.924	234.909	400.010
Provisão para Passivo Contingente	141.186	146.536	83.233
Aplicações no Diferido	(118)	(358)	(842)
Resultados de Exercícios Futuros	0	0	2
Lucro Líquido Ajustado	299.059	723.259	821.609
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	280.135	17.643	(48.890)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(41.220)	(56.316)	(36.807)
Operações de Crédito	(818.018)	(712.580)	(1.588.942)
Outros Créditos	(81.859)	(387.230)	(196.015)
Outros Valores e Bens	4.704	(3.879)	(5.215)
Depósitos	150.089	454.919	2.176.853
Captações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	(69.007)	180.084	78.613
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	306.642	278.120	485.487
Obrigações por Empréstimos e Repasses	575.519	86.448	66.822
Instrumentos Financeiros Derivativos	(50.442)	(37.010)	21.568


 Ministério da
Fazenda


Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Outras Obrigações	654.920	1.258.716	1.291.732
Reserva de Reavaliação	151	(469)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social	(113.468)	(29.771)	(27.702)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.097.205	1.771.934	3.039.113
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(1.512.616)	(2.425.319)	(4.192.807)
Inversões em Investimentos	(81)	(137)	(50)
Inversões em Imobilizado de Uso	(9.262)	(27.607)	(20.580)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(324)	(750)	(1.008)
Alienação de Investimentos	4	(2)	0
Alienação de Imobilizado de Uso	3.427	3.974	270
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	494	1.183	351
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.518.358)	(2.448.658)	(4.213.824)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(155.933)	(255.260)	(317.658)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	59.261	114.471	479.783
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	64.069	133.707	1.004.166
CAIXA UTILIZADO NAS/GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(32.603)	(7.082)	1.166.291
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(453.756)	(683.806)	(8.420)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do Período	3.639.449	3.869.499	3.877.919
No fim do Período	3.185.693	3.185.693	3.869.499
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(453.756)	(683.806)	(8.420)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

31 de Dezembro de 2011 e de 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2011	%	31.12.2011	%	31.12.2010	%
RECEITAS	2.461.565		4.589.979		3.514.232	
Intermediação Financeira	1.913.727		3.347.864		2.431.267	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	705.924		1.351.756		1.246.760	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(129.924)		(234.909)		(400.010)	
Outras Receitas/Despesas	(28.162)		125.268		236.215	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.196.222)		(1.895.692)		(1.064.869)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(382.974)		(714.868)		(604.897)	
Materiais, Energia e Outros	(137.963)		(254.162)		(252.445)	
Serviços de Terceiros	(245.011)		(460.706)		(352.452)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	882.369		1.979.419		1.844.466	
RETENÇÕES	(13.952)		(27.346)		(25.551)	
Depreciação, amortização e exaustão	(13.952)		(27.346)		(25.551)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	868.417		1.952.073		1.818.915	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	868.417		1.952.073		1.818.915	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	540.888	62,3	987.241	50,6	950.902	52,3
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	326.598	37,6	650.738	33,3	582.963	32,1
Proventos	314.690		613.661		538.725	
Participação dos empregados nos lucros	11.908		37.077		44.238	
BENEFÍCIOS	190.101	21,9	289.720	14,8	327.459	18,0
Plano de aposentadoria e pensão (Capef e PGBL)	0		0		11	
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600)	117.167		153.387		210.263	
Benefícios - Outros	72.934		136.333		117.185	
FGTS	24.189	2,8	46.783	2,4	40.480	2,2
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	296.997	34,2	617.004	31,6	525.239	28,9
Federais	289.192		602.035		509.409	
Estaduais	16		26		49	
Municipais	7.789		14.943		15.781	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	16.426	1,9	33.029	1,7	29.184	1,6
Aluguéis	16.426		33.029		29.184	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	14.106	1,6	314.799	16,1	313.590	17,2
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	9.562	1,1	73.526	3,8	121.000	6,7
União	9.000		69.206		113.891	
Outros	562		4.320		7.109	
DIVIDENDOS	3.619	0,4	95.700	4,9	85.511	4,7
União	3.406		90.077		80.487	
Outros	213		5.623		5.024	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	925	0,1	145.573	7,5	107.079	5,9



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
Valores expressos em milhares de reais,
exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4- Informações por Segmento
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 10- Outros Créditos
Nota 11- Carteira de Câmbio
Nota 12- Permanente
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos
Nota 16- Outras Obrigações
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 25- Benefícios a Empregados
Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 30- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM Nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM Nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM Nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM Nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009);e
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (Deliberação CVM Nº 604, de 19.11.2009).

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e

a.3) são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no



Ministério da
Fazenda



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de “swap”, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de “swap” são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de “swap” são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logísticos adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN Nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes, no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente. O PIS/Pasep e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2011 e 31.12.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	2º Sem/2011			31.12.2011			31.12.2010		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.803.896	691.842	2.495.738	3.154.365	1.365.304	4.519.669	2.255.281	1.105.202	3.360.483
Receitas de Operações de Crédito	989.381	-	989.381	1.772.643	-	1.772.643	1.489.809	-	1.489.809



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	452.330	265.209	717.539	823.007	542.521	1.365.528	474.641	414.129	888.770
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	65.827	-	65.827	25.660	-	25.660	(36.140)	-	(36.140)
Resultado de Operações de Câmbio	129.215	-	129.215	163.871	-	163.871	73.161	-	73.161
Resultado de Aplicações Compulsórias	11.765	-	11.765	20.162	-	20.162	15.667	-	15.667
Outras Receitas	155.378	426.633	582.011	349.022	822.783	1.171.805	238.143	691.073	929.216
Despesas	(1.088.206)	(575.533)	(1.663.739)	(1.627.827)	(1.019.343)	(2.647.170)	(1.069.387)	(805.739)	(1.875.126)
Despesas de captação no mercado	(622.226)	-	(622.226)	(1.048.740)	-	(1.048.740)	(591.142)	-	(591.142)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(320.721)	(253.275)	(573.996)	(328.843)	(518.109)	(846.952)	(78.235)	(395.492)	(473.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129.924)	(250.907)	(380.831)	(234.909)	(429.782)	(664.691)	(400.010)	(406.384)	(806.394)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(15.335)	(71.216)	(86.551)	(15.335)	(71.216)	(86.551)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(135)	(135)	-	(236)	(236)	-	(3.863)	(3.863)
Margem Financeira	715.690	116.309	831.999	1.526.538	345.961	1.872.499	1.185.894	299.463	1.485.357
Rendas de Prestação de Serviços	135.938	554.686	690.624	251.507	1.075.514	1.327.021	346.045	887.947	1.233.992
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	15.300	-	15.300	24.735	-	24.735	12.768	-	12.768
Pasep e Cofins	(42.273)	(45.821)	(88.094)	(82.635)	(90.511)	(173.146)	(77.027)	(77.987)	(155.014)
Resultado após tarifas e comissões	824.655	625.174	1.449.829	1.720.145	1.330.964	3.051.109	1.467.680	1.109.423	2.577.103
Despesas Administrativas		(1.009.991)		(1.856.535)			(1.679.372)		
Despesas de pessoal		(596.639)		(1.081.293)			(1.019.740)		
Depreciação e Amortização		(13.952)		(27.346)			(25.551)		
Outras despesas administrativas		(399.400)		(747.896)			(634.081)		
Outras Despesas		(213.079)		(452.713)			(300.079)		
Despesas de provisões, exceto crédito		(25.346)		(66.382)			(65.738)		
Lucro antes da tributação e participações		201.413		675.479			531.914		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(175.399)		(323.603)			(174.086)		
Participações no lucro		(11.908)		(37.077)			(44.238)		
Lucro Líquido		14.106		314.799			313.590		

NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em moeda nacional	94.777	80.923
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.309	1.468
Total da Disponibilidade de Caixa	97.086	82.391
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	4.016	88.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.084.591	3.698.775
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.185.693	3.869.499

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.036.454	3.451.521
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	3.002.525	3.363.525
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	33.929	87.996
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	203.829	420.589
Aplicações em Moeda Estrangeira	14.987	13.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	188.842	407.114
TOTAL	3.240.283	3.872.110
SALDO DE CURTO PRAZO	3.240.283	3.872.110

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2011			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
TÍTULOS DE RENDA FIXA	9.527.312	9.530.187	2.875	
Letras Financeiras do Tesouro	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018
Notas do Tesouro Nacional	1.091.120	1.141.978	50.858	2050
Letras Financeiras	30.302	30.302	-	2016
Debêntures	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	13.588	13.370	(218)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.328	5.518	(1.810)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	24.270	-	(24.270)	1993
Títulos da Dívida Agrária	253	185	(68)	2012 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	14.750	13.434	(1.316)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.316	-	(1.316)	2014
Cotas de FIDC	13.079	13.079	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	235	235	-	Sem vencimento
FGO – Fundo de Garantia de Operações	120	120	-	Sem vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	227.146	82.987	

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	173.604	350.862	324.934
Posição Bancada	167.719	340.397	316.614
Posição Financiada	5.885	10.465	8.320
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	16.236	32.476	22.715
TOTAL	189.840	383.338	347.649

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Títulos Disponíveis para Venda	10.049.334	7.758.083
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.559	8.378
Diferencial a Receber Swap	44.894	305
TOTAL	10.107.787	7.766.766
SALDO DE CURTO PRAZO	233.192	1.026.946
SALDO DE LONGO PRAZO	9.874.595	6.739.820


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	428	(3.783)	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	226.718	86.770	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	279.532	278.567	(965)	
Letras Financeiras do Tesouro	275.236	275.268	32	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	614	-	(614)	1993
Debêntures	3.682	3.299	(383)	2018
TOTAL DA CATEGORIA	9.965.753	10.049.334	83.581	
Crédito Tributário	-	-	23.453	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(56.885)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	50.149	

Nota: (1) Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 89 de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia-CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

Especificação	31.12.2010			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
TÍTULOS DE RENDA FIXA	7.288.386	7.259.257	(29.129)	
Letras Financeiras do Tesouro	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS e Outros	30.902	4.583	(26.319)	2027
Títulos da Dívida Agrária	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15.799	14.552	(1.247)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	14.552	14.552	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	258.673	114.514	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA⁽¹⁾	226.188	225.601	(587)	
Letras Financeiras do Tesouro	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	7.674.532	7.758.083	83.551	
Crédito Tributário	-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	50.130	

Nota: (1) Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R\$ 217.193 de LFT e R\$ 74 de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia-CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” o valor de R\$ 83.581 (R\$ 83.551 em 31.12.2010). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 50.149 (R\$ 50.130 em 31.12.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
TÍTULOS DE RENDA FIXA	13.559	13.559		8.378	8.378	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.691	1.691	2013 (*)	1.608	1.608	2011 (*)
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	453	453	2012 a 2014	421	421	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	8.609	8.609	2017 (*)	5.200	5.200	2017 (*)
FGO-Fundo de Garantia de Operações	-	-		231	231	Sem Vencimento
FIP Brasil Agronegócios	2.806	2.806	2018 (*)	918	918	2018 (*)
TOTAL DA CATEGORIA	13.559	13.559		8.378	8.378	

(*) Vencimento Previsto.

a.4) Em dezembro de 2011, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Garantia de Operações-FGO (R\$ 120) na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Títulos Disponíveis para Venda”.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

-1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA;

-2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na CETIP S.A. – Mercados Organizados;

-3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	173.604	350.862	324.934
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	16.236	32.476	22.715
Títulos de Renda Fixa	525.178	976.902	537.428

Títulos de Renda Variável	2.521	5.288	3.693
TOTAL	717.539	1.365.528	888.770

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidas pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de “swap”, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de “swap” são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Na posição de 31.12.2011 o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em:

Contratos de Swap	VR. Nocial	Composição em 31.12.2011				Ajuste a Mercado	
		Valor Justo		Curva		Positivo	Negativo
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar		
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981
TOTAL	869.779	44.894	21.128	44.463	7.147	431	13.981

Contratos de Swap	VR. Nocial	Composição em 31.12.2010				Ajuste a Mercado	
		Valor Justo		Curva		Positivo	Negativo
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar		
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
TOTAL	1.053.419	305	58.138	148	28.633	157	29.505

	31.12.2011	31.12.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	562.301	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	566.822	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	453.266	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	439.143	655.709

Composição em 31.12.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	9	580
3 a 12 meses	25	7.035
1 a 3 anos	56	10.639
3 a 5 anos	44.804	2.874
TOTAL	44.894	21.128

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000
3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	305	58.138

No cálculo do valor de mercado das operações de “swap” são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas:

Especificação	31.12.2011		31.12.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.212.168	(621.838)	10.715.838	(580.934)
Curto Prazo	5.251.775	(301.060)	4.470.238	(246.074)
Longo Prazo	5.960.393	(320.778)	6.245.600	(334.860)
Outras Rubricas com Características de Crédito	586.892	(8.222)	571.930	(71.984)
Curto Prazo	147.451	(3.555)	82.839	(18.321)
Longo Prazo	439.441	(4.667)	489.091	(53.663)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.799.060	(630.060)	11.287.768	(652.918)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Adiantamentos a Depositantes	90	1.417
Empréstimos	5.002.849	4.882.670
Títulos Descontados	175.036	170.113
Financiamentos	1.968.974	1.716.772
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	275.591	24.311
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	473.643	533.239
Financiamentos Rurais e Agroindustriais ⁽¹⁾	1.466.409	1.961.023
Financiamentos Imobiliários ⁽²⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.849.333	1.426.050
Subtotal de Operações de Crédito	11.212.168	10.715.838
Avais e Fianças Honoradas	-	20
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.866	9.896
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.517	2.298

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Swap	65.827	25.660	(36.140)
TOTAL	65.827	25.660	(36.140)

NOTA 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados
a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	223.654	196.368
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	36.909	33.680
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	32.369	27.718
Tesouro Nacional - Crédito Rural	5.406	4.300
TOTAL	298.338	262.066
SALDO DE CURTO PRAZO	265.547	234.019
SALDO DE LONGO PRAZO	32.791	28.047

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	8.023	15.189	11.779
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.790	3.467	10.710
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	39	106	113
Desvalorização de Créditos Vinculados	1.913	1.400	(6.935)
TOTAL	11.765	20.162	15.667

Títulos e Créditos a Receber	3.348	40.526
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽³⁾	569.161	519.190
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	586.892	571.930
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.799.060	11.287.768

Notas:

⁽¹⁾ Redução de R\$ 685.000 em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação “PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS”, por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclassificação do passivo que se encontrava registrado em “OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS” (Nota 14.c)

⁽²⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽³⁾ Contas classificadas como “OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio”.


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos e Títulos			
Descontados	450.093	888.272	759.469
Financiamentos	391.993	614.342	403.112
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	73.729	149.610	171.478

Recuperação de Crédito			
Baixado como Prejuízo	73.265	120.472	156.964
Avais e Fianças Honrados	1	2	1
Outros Valores	300	(55)	(1.215)
TOTAL	989.381	1.772.643	1.489.809

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento
b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Rural	79.285	50.312	27.548	99.642	121.254	1.039.492	1.417.533	1.882.050
Indústria	276.335	246.925	198.431	485.489	455.385	1.423.520	3.086.085	2.505.673
Governo	4.005	4.005	16.256	11.504	40.676	1.254.600	1.331.046	1.257.660
Outros Serviços	115.950	127.553	296.456	311.477	542.500	1.587.183	2.981.119	2.715.425
Comércio	265.653	216.678	188.123	587.659	540.282	403.353	2.201.748	1.778.739
Intermediários Financeiros	13.888	15.091	13.282	39.370	62.874	116.674	261.179	695.342
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	4.591	4.062	4.033	11.047	7.913	13.895	45.541	48.783
TOTAL	759.950	664.626	744.129	1.546.188	1.770.884	5.838.717	11.324.494	10.883.915

 Nota: ⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	145	109	158	760	4.019	13.351	18.542	32.184
Indústria	2.668	2.647	7.327	7.423	14.233	29.556	63.854	32.213
Outros Serviços	3.735	3.886	2.682	12.865	13.596	37.825	74.589	45.564
Comércio	5.516	7.087	7.782	15.044	25.631	45.477	106.537	77.687
Intermediários Financeiros	142	135	138	402	733	2.290	3.840	16
Pessoas Físicas	361	319	291	736	1.001	1.349	4.057	4.038
TOTAL	12.567	14.183	18.378	37.230	59.213	129.848	271.419	191.702

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	56	1.062	379	2.123	6.391	12.496	16.027	38.534
Indústria	1.213	3.783	6.567	7.320	8.901	9.466	1.925	39.175
Outros Serviços	1.390	7.489	12.879	7.627	9.075	13.450	8.717	60.627
Comércio	1.959	4.555	11.136	7.686	19.940	14.277	578	60.131
Intermediários Financeiros	34	-	145	112	416	237	-	944
Pessoas Físicas	75	554	527	342	721	1.306	211	3.736
TOTAL	4.727	17.443	31.633	25.210	45.444	51.232	27.458	203.147

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2011				31.12.2010			
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.315.259	-	3.315.259	-	3.640.505	-	3.640.505	-
A	5.094.425	-	5.094.425	25.472	3.847.921	-	3.847.921	19.239
B	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743
C	261.866	41.691	303.557	9.106	262.461	23.563	286.024	8.581
D	139.191	50.527	189.718	18.972	111.266	18.644	129.910	12.991
E	32.618	43.662	76.280	22.884	56.686	36.090	92.776	27.833
F	16.203	24.800	41.003	20.502	34.525	46.511	81.036	40.518
G	28.007	24.117	52.124	36.487	17.621	43.157	60.778	42.544
H	218.522	255.589	474.111	474.111	277.324	197.145	474.469	474.469
TOTAL	11.324.494	474.566	11.799.060	630.060	10.883.915	403.853	11.287.768	652.918

 Nota: ⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período ⁽¹⁾	215.557	392.528
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(238.415)	(355.455)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	630.060	652.918
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.e)	46.064	31.706
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	676.124	684.624

 Nota: ⁽¹⁾ Do total de provisão do exercício, R\$ 20.141 referem-se a valores registrados em atendimento às determinações do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011, do Banco Central do Brasil, fundamentadas nas disposições do artigo 3º da Resolução CMN Nº 2682, de 21.12.1999.

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	132.707	265.187	356.324
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	4.862	4.862	57.357
(-) Reversões de provisões operacionais	(26.431)	(54.492)	(21.153)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	111.138	215.557	392.528
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	18.786	19.352	8.630
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-	(1.148)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	129.924	234.909	400.010



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 120.472 (R\$ 156.964 em 31.12.2010) e as renegociações importaram em R\$ 750.172 (R\$ 787.810 em 31.12.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2011, um efeito positivo no valor de R\$ 209.488 (R\$ 89.582 em 31.12.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Efetivação de Rendas	39.272	72.772	54.611
Recuperação de Operações			
Baixas do Ativo	36.479	53.186	28.998
Despesas com Deságios	(12.092)	(24.117)	(11.767)
Efeito Líquido de Provisões	57.541	107.647	17.740
TOTAL	121.200	209.488	89.582

NOTA 10 - Outros Créditos

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honoradas	-	20
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	641.071	521.843
c) Rendas a Receber	22.902	25.570
d) Diversos	1.280.317	1.007.017
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	250.629	277.353
Créditos Tributários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	23.453	13.873
Devedores por Depósitos em Garantia	644.977	367.471
Impostos e Contribuições a Compensar	207.830	177.148
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	200.124	170.353
Outros Valores	7.706	6.795
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748

NOTA 12 - Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2010		Exercício de 2011			31.12.2011		
	Saldo Contábil		Adições	Exclusões	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	5.010	(5.010)
Ações e Cotas	652	-	-	-	-	652	945	(293)
Bens Artísticos e Valiosos	777	139	-	-	-	916	916	-
TOTAL	1.429	139	-	-	-	1.568	6.871	(5.303)

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2010		Exercício de 2011			31.12.2011		
	Saldo Contábil		Adições	Exclusões	Depreciação	Saldo Contábil	Valor de Depreciação de Acumulada	Provisão para Imparidade
Edificações	103.926	8.675	(2.876)	(9.209)	-	100.517	226.144	(125.627)
Sistema de Processamento de Dados	17.210	13.639	-	(7.698)	-	23.151	68.488	(45.337)
Móveis e Equipamentos de Uso	22.648	3.605	(81)	(4.084)	-	22.087	50.322	(28.235)
Terrenos	17.498	225	(698)	-	-	17.025	17.025	-
Instalações	7.858	924	(2)	(1.521)	-	7.259	16.167	(8.908)
Sistema de Comunicação	158	15	(5)	(28)	-	139	424	(285)
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	5.586	(1.098)	(282)	-	-	4.206	4.206	-
Sistema de Segurança	4.266	1.556	(30)	(926)	-	4.867	10.944	(6.077)
Sistema de Transporte	9.069	66	-	(2.818)	-	6.318	16.121	(9.803)
TOTAL	188.219	27.607	(3.974)	(26.284)	-	185.569	409.841	(224.272)

Nota: ⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

c) Diferido

Especificação	31.12.2010		Exercício de 2011			31.12.2011		
	Saldo Contábil		Adições	Exclusões	Amortizações	Saldo Contábil	Valor Amortização de Acumulada	Provisão para Imparidade
Beneficiários	2.391	358	-	(1.054)	-	1.695	4.583	(2.888)
Gastos com Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Logiciais	16	-	-	(8)	-	8	41	(33)
TOTAL	2.407	358	-	(1.062)	-	1.703	4.624	(2.921)

Títulos e Créditos a Receber	3.348	40.526
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.095	2.111
Pagamentos a Ressarcir	8.246	8.110
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	4.843	8.320
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	26.648	27.142
Outros Valores	81.500	58.215
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.286)	(103.690)
Com Características de Concessão de Crédito	(8.222)	(71.984)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	(46.064)	(31.706)
TOTAL	1.890.004	1.450.760
SALDO DE CURTO PRAZO	1.778.988	1.380.525
SALDO DE LONGO PRAZO	111.016	70.235

NOTA 11 - Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	627.494	511.266
Direitos sobre Vendas de Câmbio	762	2.883
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(51)	(2.202)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.866	9.896
Ativo Circulante (Nota 10.b)	641.071	521.843
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	569.584	532.891
Câmbio Vendido a Liquidar	765	2.855
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(569.161)	(519.190)
Outros Valores	-	45
Passivo Circulante (Nota 16.b)	1.188	16.601

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Câmbio	129.541	164.406	74.128
Despesas de Câmbio	(326)	(535)	(967)
TOTAL	129.215	163.871	73.161


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NOTA 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos			
Especificação	31.12.2011	31.12.2010	
a.1) Depósitos à Vista	183.624	134.119	
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	28.344	31.487	
Depósitos de Governos	32.763	20.446	
Depósitos Vinculados	44.610	39.117	
Pessoas Jurídicas	63.739	30.369	
Pessoas Físicas	11.978	9.363	
Outros Valores	2.190	3.337	
a.2) Depósitos de Poupança	1.329.994	1.288.569	
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	839.805	740.681	
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	489.013	546.832	
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.176	1.056	
a.3) Depósitos Interfinanceiros	588.986	684.128	
a.4) Depósitos a Prazo	6.861.895	6.387.223	
Depósitos a Prazo	5.000.379	5.048.516	
Depósitos Judiciais com Remuneração	567.361	202.751	
Depósitos Especiais com Remuneração/			
FAT - Recursos Disponíveis	50.795	370.420	
Proger Urbano	13.293	18.200	
Pronaf	262	273	
Protrabalho	3.320	3.535	
Infraestrutura	20.404	328.476	
Estiagem	84	155	
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	13.432	19.781	
Depósitos Especiais com Remuneração/			
FAT - Recursos Aplicados	571.594	316.372	
Proger Urbano	62.810	60.448	
Pronaf	561	-	
Protrabalho	159.624	964	
Infraestrutura	249.455	192.453	
Estiagem	9.838	50.731	
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	89.306	11.776	

FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	670.169	447.569
Outros Valores	1.597	1.595
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	-	15.542
TOTAL	8.964.499	8.509.581
SALDO DE CURTO PRAZO	5.115.979	3.772.031
SALDO DE LONGO PRAZO	3.848.520	4.737.550

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Carteira Própria	670.444	436.293
Letras Financeiras do Tesouro	670.444	436.293
Carteira de Terceiros	33.929	87.996
Letras Financeiras do Tesouro	33.929	87.996
TOTAL	704.373	524.289
SALDO DE CURTO PRAZO	637.812	460.893
SALDO DE LONGO PRAZO	66.561	63.396

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Captações com Depósitos	(579.023)	(973.088)	(543.046)
Depósitos a Prazo	(283.738)	(550.126)	(393.896)
Depósitos de Poupança	(33.967)	(66.127)	(52.176)
Depósitos Judiciais	(24.070)	(35.698)	(5.446)
Depósitos Interfinanceiros	(8.587)	(19.658)	(15.706)
Depósitos Especiais - FAT	(56.991)	(111.196)	(68.306)
Despesa com Recebimento de Aceites e Emissão de Títulos	(166.973)	(180.822)	-
Outros Depósitos	(4.697)	(9.461)	(7.516)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(43.203)	(75.652)	(48.096)
Carteira de Terceiros	(5.889)	(10.473)	(8.297)
Carteira Própria	(37.314)	(65.179)	(39.799)
TOTAL	(622.226)	(1.048.740)	(591.142)

NOTA 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento								
Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2011	Total em 31.12.2010
Empréstimos no País	-	16.511	16.511	16.510	-	-	49.532	60.875
Empréstimos no Exterior	241.007	592.250	-	-	-	-	833.257	446.603
Repasses do País	59.938	113.489	195.718	315.845	418.357	183.338	1.286.685	1.686.776
Repasses do Exterior	13.797	67.494	158.676	168.489	267.725	164.211	840.392	729.165
TOTAL	314.742	789.744	370.905	500.844	686.082	347.549	3.009.866	2.923.419

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/ Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	49.532	60.875
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	833.257	446.603
TOTAL		882.789	507.478
SALDO DE CURTO PRAZO		849.768	461.822
SALDO DE LONGO PRAZO		33.021	45.656

MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	126.302
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra mercado/ 2,0 a 10,0	-	491.570
TOTAL		1.286.685	1.686.776
SALDO DE CURTO PRAZO		173.427	289.427
SALDO DE LONGO PRAZO		1.113.258	1.397.349

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.12.2011	31.12.2010
BID-Produtor	USD + 1,24 ou UCBID + 2,26	833.307	722.200
BID-Outros Programas	USD + 1,24	6.703	6.456
Outros Programas	USD + 6,0	382	509
TOTAL		840.392	729.165
SALDO DE CURTO PRAZO		81.291	66.808
SALDO DE LONGO PRAZO		759.101	662.357

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.12.2011	31.12.2010
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	992	1.086
BNDES		1.152.894	933.260
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	919.432	712.269
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	233.462	220.991
FINAME		132.799	52.859
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	116.710	38.276
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	16.089	14.583
Outras Instituições		-	699.571
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	SELIC/TJLP/6,0	-	81.699

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.128)	(4.604)	(5.484)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.128)	(4.604)	(5.484)
Despesas de Obrigações por Repasses	(195.304)	(250.727)	(121.605)



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Obrigações por Repasses

Instituições Oficiais no País (46.996)	(93.619)	(74.911)
Tesouro Nacional (30)	(74)	(108)
BNDES (44.686)	(84.911)	(66.654)
FINAME (2.131)	(3.618)	(3.268)
Outras Instituições (149)	(5.016)	(4.881)
Despesas de Repasses do Exterior	(148.308)	(157.108)
	(46.694)	

Despesas de Obrigações com

Banqueiros no Exterior	(133.995)	(137.402)	(23.131)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(242.569)	(454.219)	(323.507)
TOTAL	(573.996)	(846.952)	(473.727)

NOTA 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2011	Valor de Mercado em 31.12.2011	Valor de Mercado em 31.12.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾ 09.11.2010		09.11.2015	300.000	566.108	567.244	485.487
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽²⁾	-	-	-	191.015	196.364	-

Notas: ⁽¹⁾ Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Título com prazo médio de 197 dias, sendo a taxa de atualização média de 90,76% a.a. do CDI *pro rata* até o vencimento.

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 16 - Outras Obrigações

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos		
e Assemelhados	4.805	5.604
Recursos do Proagro	114	148
IOF a Recolher	4.601	5.389
Outros Tributos e Assemelhados	90	67
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	1.188	16.601
c) Sociais e Estatutárias	12.254	130.687
Dividendos e Bonificações a Pagar	342	96.519
Participações nos Lucros	11.912	34.168
d) Fiscais e Previdenciárias	525.820	493.132
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	112.578	101.525
Impostos e Contribuições	82.269	74.847
Causas Fiscais	30.309	26.678
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	66.561	58.716
TVM e Instrumentos Financeiros		
Derivativos (Nota 7.a.2)	56.885	47.294
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	9.676	11.422
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	298.477	284.294
Imposto de Renda	182.080	173.703
Contribuição Social	116.397	110.591
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	48.204	48.597
Negociação e Intermediação de Valores	-	7
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.720.077	3.746.175
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.578.226	3.656.262
Outros Valores	141.851	89.913

f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)

	31.12.2011	31.12.2010
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.137.872	1.004.166
h) Diversas	3.017.118	2.576.876
Provisão para Passivos Contingentes	1.767.867	1.436.231
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	182.824	161.863
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	106.653	92.970
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	140	65
FNE (Nota 22.e.vii)	1.386.807	1.177.757
Repasse	1.149	372
Risco Integral	91.376	84.960
Risco Compartilhado	1.294.282	1.092.425
FDNE (Nota 22.e.ix)	1.593	277
PROAGRO (Nota 22.e.x)	3.299	3.299
Outros Passivos Contingentes (Notas 22.e.xi e 22.k)	86.551	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.131.570	1.053.884
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	985.408	925.375
Plano de Aposentadoria e Pensão	457.916	490.630
Plano de Assistência Médica	527.492	434.745
Despesa de Pessoal	114.564	94.143
Outros Valores	31.598	34.366
Outros Valores	117.681	86.761
TOTAL	10.635.453	9.075.096
SALDO DE CURTO PRAZO	2.675.384	3.378.351
SALDO DE LONGO PRAZO	7.960.069	5.696.745

NOTA 17 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a	22.12.2010	1.137.872	1.004.166

NOTA 18 - Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.216.319	1.101.848
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	328.126	319.417
Recursos aplicados ⁽²⁾	888.193	782.431
TOTAL	1.216.319	1.101.848

Notas: ⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NOTA 19 - Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 159.000, decorrente da

incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 1.851.000 para R\$ 2.010.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Acionistas	Composição em 31.12.2011		Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais			
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Acionistas	Composição em 31.12.2010		Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais			
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 25.198 (R\$ 28.064 em 31.12.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R\$ 2.866 (R\$ 2.437 em 31.12.2010) e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2011, representam, respectivamente, R\$ 35,00 e R\$ 38,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido	314.799	313.590
2. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.397	2.437
4. Lucro Líquido Ajustado	317.196	381.561
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.740	15.680
Dividendos (Nota 19.e)	95.700	85.511
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	73.526	121.000
Reserva Estatutária (item 4 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	132.230	159.370

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,0534% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
1. Lucro Líquido do Exercício	314.799	313.590
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	-	65.534
3. Reserva Legal Constituída	(15.740)	(15.680)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.397	2.437
5. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	36.635	44.238
6. Base de Cálculo dos Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	338.091	410.119
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	73.526	121.000
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(99)	(144)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	73.427	120.856
10. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	(66.478)	(110.201)
11. JCP complementar (item 7 + item 10)	7.048	10.799

12. Dividendos propostos no exercício	95.700	85.511
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa SELIC	(95.700)	(85.511)
14. Dividendos complementares (item 12 + item 13)	-	-
15. Total Destinado aos acionistas (item 7 + item 12) – 50,0534%	169.226	206.511
- JCP de R\$ 0,80937744879 por ação ordinária (em 31.12.2010: JCP de R\$ 1,331965889501 por ação ordinária)	39.236	64.569
- JCP de R\$ 0,890315193449 por ação preferencial (em 31.12.2010: JCP de R\$ 1,465162478331 por ação preferencial)	34.290	56.431
- Dividendos de R\$ 1,05345972612 por ação ordinária (em 31.12.2010: Dividendos de R\$ 0,94130871072 por ação ordinária)	51.069	45.631
- Dividendos de R\$ 1,15880569878 por ação preferencial (em 31.12.2010: Dividendos de R\$ 1,0354395819 por ação preferencial)	44.631	39.880

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco. Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 27.972.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	690.624	1.327.021	1.233.992
Administração de Fundos de Investimentos	7.728	14.298	12.630
Administração de Fundos e Programas	574.302	1.106.150	923.079
Prestação de Serviços	108.594	206.573	298.283
b) Rendas de Tarifas Bancárias	15.300	24.735	12.768
c) Despesas de Pessoal	(596.639)	(1.081.293)	(1.019.740)
Proventos	(310.480)	(606.229)	(532.497)
Encargos Sociais	(122.170)	(235.373)	(192.173)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600	(32.652)	(44.147)	(98.600)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600	(84.515)	(109.239)	(111.663)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(46.822)	(86.305)	(84.807)



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

d) Outras Despesas			Reversão de Provisões				
Administrativas	(413.352)	(775.242)	(659.632)	Operacionais	2.019	2.310	8.229
Processamento de Dados	(67.097)	(124.484)	(123.984)	Juros e Comissões	386	899	2.868
Propaganda e Publicidade	(16.622)	(29.309)	(33.924)	Correção Monetária	1.627	6.650	4.420
Serviços de Terceiros	(142.606)	(259.067)	(178.752)	Resultado da Marcação a Mercado	39.074	39.074	-
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(23.211)	(44.698)	(43.976)	Atualização Monetária de Tributos	112	218	181
Viagens	(7.996)	(14.623)	(14.775)	FNE – Recuperação de Valores			
Comunicações	(16.409)	(30.519)	(31.844)	Honrados pelo Banco	52.728	87.628	56.614
Depreciação e Amortização	(13.952)	(27.346)	(25.551)	Outros Valores	36.536	85.973	54.094
Manutenção e Conservação de Bens	(16.335)	(31.612)	(28.622)	g) Outras Despesas			
Vigilância, Segurança e Transporte	(17.685)	(32.770)	(26.525)	Operacionais	(567.490)	(1.019.815)	(757.896)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(10.626)	(19.874)	(20.916)	Varição Cambial da Área de Câmbio	(5.188)	(5.188)	(964)
Serviços do Sistema Financeiro	(10.066)	(19.417)	(17.082)	Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(7.475)	(82.425)	(107.697)
Serviços Técnicos Especializados	(19.108)	(34.580)	(24.213)	Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1.052)	(1.052)	(160)
Seguros	(2.125)	(4.150)	(3.813)	Descontos Concedidos em Renegociações	(44.321)	(48.509)	(47.348)
Emolumento Judicial, Cartório e Honorários Advocatórios	(20.197)	(50.248)	(36.991)	Encargos de Operações de Crédito	(7.709)	(12.513)	(18.175)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(355)	(894)	(956)	Riscos Fiscais	(7.078)	(12.881)	(6.835)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.828)	(3.586)	(3.353)	Riscos com Operações do FNE	(250.907)	(429.782)	(406.384)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(10.000)	(19.200)	(16.200)	Riscos com Operações do FDNE	(425)	(1.316)	(240)
Outros Valores	(17.134)	(28.865)	(28.155)	Causas Trabalhistas	(13.460)	(32.821)	(40.428)
e) Despesas Tributárias	(96.622)	(188.995)	(173.182)	Causas Cíveis	(4.712)	(20.584)	(18.465)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(88.094)	(173.177)	(155.145)	Outras Causas	(96)	(96)	(10)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.584)	(14.423)	(15.416)	Outros Passivos Contingentes	(86.551)	(86.551)	-
Outros Valores	(944)	(1.395)	(2.621)	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(64.069)	(135.550)	-
f) Outras Receitas				Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(17.822)	(34.892)	(46.720)
Operacionais	574.230	1.164.760	927.571	Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(41.439)	(79.579)	(33.063)
“Del credere” de Fundos Administrados	428.100	825.511	691.906	Outros Valores	(15.186)	(36.076)	(31.407)
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	6.903	105.615	99.578	TOTAL	(393.949)	(548.829)	(436.119)
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	11	11	847				
Recuperação de Encargos e Despesas	6.734	10.871	8.703				
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	131				

NOTA 21 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no ano de 2011 foi de R\$ 181.082 (R\$ 145.381 em 31.12.2010) e a de Contribuição Social foi de R\$ 115.798 (R\$ 93.598 em 31.12.2010), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	564.875	366.676	564.875	366.676
Adições/Exclusões Permanentes	(51.043)	108.644	(51.252)	108.501
Adições/Exclusões Temporárias	262.354	280.319	262.354	280.319
Resultado Tributável antes das Compensações	776.186	755.639	775.977	755.496
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	776.186	736.289	775.977	735.142
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - antes dos Incentivos Fiscais	(193.024)	(156.260)	(115.798)	(93.598)
Deduções (Incentivos Fiscais)	11.942	10.879	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos	(181.082)	(145.381)	(115.798)	(93.598)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	(16.702)	40.558	(10.021)	24.335
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(197.784)	(104.823)	(125.819)	(69.263)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	35,01%	28,59%	22,27%	18,89%

a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	181.082	145.381	115.798	93.598
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	998	1.015	599	609
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	27.307	-	16.384
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	182.080	173.703	116.397	110.591
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	138.032	117.146	63.743	54.100
Valor do Ajuste no Período	44.048	56.557	52.654	56.491

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado

dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.671	104.017	5.202	277.353	13.873
(+) Constituição de Créditos	73.511	2.259.150	44.120	1.355.490	117.632	3.614.640
(-) Realização de Créditos	(90.213)	(2.253.163)	(54.142)	(1.351.897)	(144.355)	(3.605.059)
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Total das Diferenças Temporárias	3.262.708	3.000.354	3.262.708	3.000.354
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.262.708	3.000.354	3.262.708	3.000.354
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	815.678	750.089	489.406	450.053
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	14.658	8.671	8.795	5.202
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	830.336	758.760	498.201	455.255
7. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	156.634	173.336	93.995	104.017
8. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	14.658	8.671	8.795	5.202
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	171.292	182.007	102.790	109.219
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) ⁽¹⁾	659.044	576.753	395.411	346.036

 Nota: ⁽¹⁾ Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2011 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	56.063	51.096	33.638	30.658	89.701	81.754
2013	13.045	10.765	7.827	6.459	20.872	17.224
2014	10.401	7.802	6.240	4.681	16.641	12.483
2015	13.266	9.069	7.960	5.442	21.226	14.511
2016	63.859	39.826	38.330	23.904	102.189	63.730
TOTAL	156.634	118.558	93.995	71.144	250.629	189.702

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7.167	7.167	4.300	4.300	11.467	11.467
2013	55	55	33	33	88	88
2014	2.444	2.444	1.467	1.467	3.911	3.911
2015	150	150	90	90	240	240
2016	3.055	3.055	1.833	1.833	4.888	4.888
2017 a 2019	1.329	1.329	797	797	2.126	2.126
2020 a 2022	6	6	3	3	9	9
2027 a 2029	452	452	272	272	724	724
TOTAL	14.658	14.658	8.795	8.795	23.453	23.453

c) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(88.094)	(173.177)	(155.145)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.584)	(14.423)	(15.416)
Outros Valores	(944)	(1.395)	(2.621)
Total	(96.622)	(188.995)	(173.182)

NOTA 22 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outras que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010.

b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado

de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429,

de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.12.2011 e 31.12.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1 Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	82.269	82.269	1	74.847	74.847	1
1.2 Causas Fiscais	850.647	30.309	201	554.803	26.678	179
1.2.1 Obrigação Legal	1.063	1.063	10	551	551	7
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	849.584	29.246	191	554.252	26.127	172
Provável	29.246	29.246	-	26.127	26.127	-
Possível	617.180	-	-	363.126	-	-
Remota	203.158	-	-	164.999	-	-
2. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	263.035	182.824	802	226.032	161.863	802
Provável	182.824	182.824	-	161.863	161.863	-
Possível	31.463	-	-	25.716	-	-
Remota	48.748	-	-	38.453	-	-
2.2 Causas Cíveis	2.519.657	106.653	4.984	1.834.025	92.970	4.590
Provável	106.653	106.653	-	92.970	92.970	-
Possível	467.538	-	-	350.839	-	-
Remota ⁽¹⁾	1.945.466	-	-	1.390.216	-	-
2.3 Outras Causas	697	140	44	3.947	65	65
Provável	140	140	-	65	65	-
Possível	556	-	-	1.770	-	-
Remota	1	-	-	2.112	-	-

Nota: ⁽¹⁾ A variação da contingência passiva classificada com risco remoto, relacionada às causas cíveis, comparada à posição de 31/12/2010, decorreu, principalmente, em razão dos seguintes processos: a) Ação que visa indenização por danos morais, materiais, pagamento de honorários advocatícios e custas processuais, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R\$ 83.518; b) Ação que visa pagamento de contribuição extra - CAPEF, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R\$ 95.596; e c) Ação que visa devolução de valores indevidamente pagos, na qual houve variação de contingência passiva no valor de R\$ 36.275. Juntos os referidos processos apresentaram saldo líquido de variação na ordem de R\$ 215.389.

e) Demonstramos a movimentação das seguintes provisões:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	8.933	4.149
Reversão/Utilização/Baixa	(1.511)	(645)
Saldo Final	82.269	74.847
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	512	551
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.063	551
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	4.916	2.987
Reversão/Utilização/Baixa	(1.797)	(684)
Saldo Final	29.246	26.127
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	34.203	44.785
Reversão/Utilização/Baixa	(13.242)	(33.663)
Saldo Final	182.824	161.863
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.338
Constituição	23.836	38.025
Reversão/Utilização/Baixa	(10.153)	(40.393)
Saldo Final	106.653	92.970
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	159	12
Reversão/Utilização/Baixa	(84)	(514)
Saldo Final	140	65
vii) Férias		
Saldo Inicial	52.818	39.346
Constituição	68.777	67.870
Reversão/Utilização/Baixa	(63.262)	(54.398)
Saldo Final	58.333	52.818
viii) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	429.774	409.232
Reversão/Utilização/Baixa	(220.724)	(187.736)
Saldo Final	1.386.807	1.177.757
ix) FDNE		
Saldo Inicial	277	37

Constituição	1.316	240
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	1.593	277
x) PROAGRO		
Saldo Inicial	3.299	-
Constituição	-	3.299
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	3.299	3.299
xi) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	-	-
Constituição	86.551	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	86.551	-

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item "b", retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item "d", subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R\$ 276.218. O processo foi ajuizado em 02.02.2011, portanto não existia estimativa de perda financeira na posição de 31.12.2010.

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.12.2011, perfazem respectivamente, R\$ 160.547 e R\$ 108.879. Na posição de 31.12.2010, representavam, respectivamente, R\$ 131.730 e R\$ 85.032, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R\$ 83.321. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

R\$ 1, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.

Ação na esfera cível que visa Repetição de Indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R\$ 32.459. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 27.147, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa Indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes, sob a alegação de que o Banco não assumiu as responsabilidades pactuadas no Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, e muito menos no Termo de Parceria firmado, bem como de negativa na concessão de financiamento para a atividade da estruturacultura (criação de avestruzes). A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2011, R\$ 22.624. Na posição de 31.12.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 18.921, com nível de risco possível.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Demandas Trabalhistas	414.916	162.830
Demandas Fiscais	197.267	169.532
Demandas Cíveis	23.825	16.878
Total	636.008	349.240

j) Do total de provisões registradas em Provisões para Passivos Contingentes/FNE em 2011, R\$ 72.753 foi em atendimento às determinações do BACEN por meio do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011, fundamentadas nas disposições do art. 3º da Resolução CMN Nº 2682, de 21.12.1999.

k) O valor de R\$ 86.551, registrado em Outros Passivos Contingentes, refere-se a provisões decorrentes da reclassificação de risco de um grupo de 153 operações de crédito, recomendadas pelo BACEN por meio do Ofício GTRJA/Cosup-03/2011/77, de 22.12.2011. Esta provisão será revertida ou transferida para a adequada conta de provisão para fazer face aos riscos de crédito, à medida em que a análise desta reclassificação for se efetivando.

NOTA 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Em 31.12.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.12.2011
Máxima	26.481,45
Mínima	948,65
Média	6.983,98

Nota: ⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 31.12.2011, os valores da remuneração do exercício paga pelo Banco à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R\$ 1,00:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria	
Maior remuneração individual	471.963,15	461.242,05
Menor remuneração individual	441.962,10	356.538,74
Remuneração média individual	452.923,95	400.675,96
Número de membros ⁽²⁾	7	7
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Conselho de Administração	
Maior remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Menor remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Remuneração média individual	32.838,88	30.292,26
Número de membros ⁽²⁾	6	6
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Menor remuneração individual	32.591,00	30.889,33
Remuneração média individual	32.475,56	30.311,52
Número de membros ⁽²⁾	5	5

Notas: ⁽¹⁾ Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

⁽²⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.077 (5.993 em 31.12.2010), registrando-se, um acréscimo de 1,40% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24 - Participação nos Lucros e Resultados - PLR

No exercício foi provisionado o valor de R\$ 37.077, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R\$

36.635 referente à participação dos empregados, equivalente a 21,65% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 11,64% do lucro líquido do exercício.

NOTA 25 - Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios
c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 31.12.2011, apresenta-se superavitário em R\$ 3.645 (superávit de R\$ 6.311 em 31.12.2010) tendo como principais impactos o resultado positivo de investimentos, no valor de R\$ 238.201, a reversão de contingências no valor de R\$ 11.942, e dispêndios no importe de R\$ 252.809, estes decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios e despesas administrativas. Merece destaque, a redução nas provisões matemáticas do plano de benefícios no valor de R\$ 16.750, em face da revisão em seu plano de custeio, através do aumento da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos, de 21,25% para 21,50%, a partir de 01.01.2012.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31.12.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R\$ 63.785, possuem características de contribuição definida.


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes

naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	3.109.048	2.738.730	16.494	-	492.916	469.032
2. Custo do Serviço Corrente	16.743	17.359	45.267	18.024	54.109	39.443
3. Custo dos Juros	331.595	309.271	1.673	-	52.572	52.965
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(256.183)	(239.416)	(52)	-	(68.015)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	51.900	52.425	-	-	11.792	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.765)	(7.786)	(1.689)	(788)	(15.501)	(13.633)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	(25.348)	238.465	(1.162)	(742)	73.445	(12.168)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916

Notas: ⁽¹⁾ CAMED: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

⁽²⁾ Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 31.12.2011, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.219.990 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 2.762.074, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 457.916;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 60.531 encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R\$ 60.531, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 601.318 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 73.826, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 527.492.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	375.219	296.148	2.336	-	5.747	1.535
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	2.846	3.477	22.707	9.049	22.404	20.158
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	54.662	55.871	22.559	8.975	43.902	139.250
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(256.183)	(239.416)	(52)	-	(68.015)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	51.900	52.425	-	-	11.792	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.765)	(7.786)	(1.689)	(788)	(15.501)	(13.633)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	(77.023)	202.189	(1.824)	(742)	15.326	(58.205)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	2.762.074	2.618.418	60.531	16.494	73.826	58.171

Notas: ⁽¹⁾ CAPEF – Plano BD: Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; CAMED – Plano Natural: Contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

⁽²⁾ CAMED – Plano Natural: Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

⁽³⁾ Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.762.074)	(2.618.418)	(60.531)	(16.494)	(73.826)	(58.171)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	457.916	490.630	-	-	527.492	434.745
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	457.916	490.630	-	-	527.492	434.745

h) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Custo do Serviço Corrente	16.743	17.359	45.267	18.024	54.109	39.443


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(2.846)	(3.477)	(22.707)	(9.049)	(22.404)	(20.158)
3. Custo dos Juros	331.595	309.271	1.673	-	52.572	52.965
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(296.148)	(2.336)	-	(5.747)	(1.535)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	51.675	36.276	662	-	58.119	46.037
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	26.495	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	21.948	89.776	22.559	8.975	136.649	116.752

Nota: (1) Contribuições recebidas de participantes ativos

i) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Renda Fixa	85,44%	82,92%	85,04%	98,66%	8,19%	22,67%
Renda Variável	4,81%	5,79%	14,96%	0,00%	91,13%	45,91%
Investimentos Imobiliários	6,33%	5,36%	0,00%	0,00%	0,68%	2,19%
Empréstimos e Financiamentos	3,41%	3,55%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,01%	2,38%	0,00%	1,34%	0,00%	29,23%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	1,36%	1,45%	0,00%	0,00%	8,19%	68,58%
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	0,67%	0,68%	0,00%	0,00%	0,68%	0,00%

j) Retorno real dos ativos dos planos

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	375.219	296.148	2.336	-	5.747	1.535
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	(77.022)	202.189	(1.824)	(742)	15.324	(58.205)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	298.197	498.337	512	(742)	21.071	(56.670)

k) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no exercício corrente e nos últimos três exercícios

Especificação	CAPEF					
	Plano BD			Plano CV I		
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.762.074	2.618.418	2.255.509	1.967.903	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	25.348	(238.465)	(392.699)	-	1.162	742
b. Percentual	(0,79%)	7,67%	14,34%	-	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano						
a. Montante	(77.023)	202.189	107.755	-	(1.824)	(742)
b. Percentual	(2,79%)	7,72%	4,78%	-	(3,02%)	(4,50%)

Especificação	CAMED			
	Plano Natural			
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
1. Obrigação de Benefício Definido	(601.318)	(492.916)	(469.032)	(366.769)
2. Ativos do Plano	73.826	58.171	11.789	23.617
3. Superávit (déficit)	(527.492)	(434.745)	(457.243)	(343.152)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(73.445)	12.168	(72.418)	-
b. Percentual	12,21%	(2,47%)	15,44%	-
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	15.326	(58.205)	(6.670)	-
b. Percentual	20,76%	(100,06%)	(56,58%)	-

l) Estimativa de contribuições para o exercício de 2012
l.1) Dados de Entrada

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,75%	10,75%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,34%	14,41%	11,20%
3. Folha Salarial de Participação Projetada ⁽¹⁾	50.274	234.574	-
4. Custo do Serviço Corrente	21.794	41.472	56.580
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	3.344	20.805	21.570
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.762.074	60.531	73.826
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.219.990	60.531	601.318

Nota: (1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

l.2) Estimativa do Custo Esperado

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	1. Custo do Serviço Corrente	21.794	41.472
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.344)	(20.805)	(21.570)
3. Custo dos Juros	346.120	6.507	64.636



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(8.723)	(8.269)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	51.675	662	58.119
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	47.784	19.113	149.496

Nota: (1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

m) Premissas utilizadas

m.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens	AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca ⁽²⁾	-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma	-

Notas: (1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

m.2) Premissas Econômicas

Especificação	CAPEF (% a.a.)		CAMED (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,98	5,98	5,98
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,34	14,41	11,20
Índice de aumento salarial real estimado	1,00	0,00	1,00
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	0,00	0,00	0,00
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	0,00	0,00	3,20
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	5,98	5,98	5,98

m.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

m.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

n) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	14.674	(7.762)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	82.125	(68.341)

o) Comentários adicionais

o.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

o.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “b” desta nota;

o.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600; e

o.4) Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 37.747.461 (R\$ 33.326.631 em 31.12.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 4.576.207 (R\$ 3.653.134 em 31.12.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 445.076 (R\$ 315.708 em 31.12.2010).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão	
		em 31.12.2011	em 31.12.2010
AA	2.786.457	-	-
A	11.429.317	28.549	25.186
B	8.880.056	44.875	35.642
C	899.438	13.453	9.232
D	599.739	30.004	17.470
E	281.753	42.434	31.192
F	262.615	66.089	72.859
G	225.288	86.689	56.646
H	2.113.108	1.074.714	929.530
TOTAL	27.477.771	1.386.807	1.177.757

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$ 822.771 (R\$ 690.226 em 31.12.2010).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 993.540 (R\$ 816.783 em 31.12.2010).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	16/2006	2.036
PROGER-URBANO Investimento	17/2006	19.097
FAT - Infraestrutura	18/2006	274.523
PRONAF Investimento	19/2006	812
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.661
PRONAF - Custeio	01/2007	1.410
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	22.182
PROTRABALHO Investimento	04/2007	139.932
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.		
Orientado	01/2010	97.106
TOTAL		558.759

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 622.390 (R\$ 686.792 em 31.12.2010) têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 50.795 (R\$ 370.420 em 31.12.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não replicados em novos financiamentos.

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT				31.12.2011	
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.455	269.858
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.306	102.738
TOTAL			201.122	13.653	50.795	571.595	622.389

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT				31.12.2010	
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.931
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.648
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.207
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	982
PROGER – RURAL – Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	-
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	255
PROGER RURAL – Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	-
PROTRABALHO – Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.988
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.781
TOTAL			89.083	2.260	370.420	316.372	686.792

Notas: ⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basiléia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.

O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.

Área específica coordena a gestão operacional dos riscos, gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico.

Sem descuidar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entaves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2011	31.12.2010
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRIGAÇÕES	27.900.112	25.403.408
Público	1.527.360	1.552.553



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Privado	26.372.752	23.850.855
Comércio	2.854.921	2.038.548
Comércio Exterior	835.083	522.239
Habitação	242	242
Indústria	6.563.170	4.183.965
Infraestrutura	4.414.467	3.404.530
Intermediários Financeiros	262.718	692.004
Microfinança Urbana	1.165.074	762.969
Pessoas Físicas	196.285	172.320
Rural	5.983.626	6.327.219
Outros Serviços	4.097.166	5.746.819
OPERAÇÕES DE MERCADO	14.879.825	13.130.399
Títulos Públicos Federais	12.631.707	10.611.256
Operações Compromissadas	4.415.402	4.327.417
Outras	8.216.305	6.283.839
Depósitos Interfinanceiros	188.842	407.114
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.147.537	1.022.417
Outras Operações	911.739	1.089.612
DEMAIS ATIVOS	1.872.530	1.520.759
Valor Total das Exposições	44.652.467	40.054.566

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:

1) Limites de Risco

Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.

2) Avaliação de Risco

Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de miniprodutores rurais e microempreendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente. A classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco. As operações acima de R\$ 5.000, analisadas individualmente, cujos montantes importam em R\$ 6.394.184 na posição de 31.12.2011 (R\$ 6.130.588 em 31.12.2010) estão lastreadas por garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor) e outras garantias (quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco – FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outras).

Em todas estas operações, o Banco exige um lastro de pelo menos 125% de cobertura e, no caso de garantias reais, determina a avaliação das mesmas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação.

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse máximo, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se todos os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos, também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido. Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;
- GAP medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;
- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;
- Fluxo de caixa; e
- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente. O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter eminentemente conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos. A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de junho	245,45%	290,82%
Média dos últimos 12 meses	227,39%	241,15%
Máximo dos últimos 12 meses	321,96%	312,57%
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15%	189,31%

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 31.12.2011 e 31.12.2010:

Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Total	764.815	498.641	1.986.615	2.957.017	3.604.738
Recursos Disponíveis	3.185.694				
Especificação	31.12.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	144.831	53.968	479.505	16.367	-
Depósitos a Prazo	44.489	384.187	589.673	4.214.105	3.189.624
Operações Compromissadas	461.206	-	44.311	37.450	-
Total	650.526	438.155	1.113.489	4.267.922	3.189.624
Recursos Disponíveis	3.869.499				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

- 1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou
- 2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

- 1) No âmbito externo:
 - Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;
 - Realização de operações com a autoridade monetária;
 - Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e
 - Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.
- 2) No âmbito interno:
 - Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;
 - Suspensão de concessão de limites operacionais;
 - Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;
 - Renegociação de contratos com fornecedores; e
 - Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;
- Captação de recursos em novos mercados;
- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;
- Transferência de carteira de crédito;
- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;
- Renegociação de passivos existentes;
- Venda de ativos; e
- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

- 1) VaR (value at risk) global, por carteira, por título e por indexador;
- 2) Duration global (ativos e passivos), por carteira, por título e por indexador;
- 3) Teste de estresse;
- 4) GAP medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;
- 5) Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores;
- 6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e
- 7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> - Carteira de negociação: 1% do valor da carteira - Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

- 1) **Carteira de negociação (trading book)**: constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 31.12.2011, ficou quantificado em R\$ 290, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 2.298.151 de composição desta carteira.

Na data base de 31.12.2011, o VaR representou apenas 0,0126% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco. A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

- 2) **Carteira de não negociação (banking book)**: formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco de taxas de juros da carteira de não negociação, relacionado à taxa de juros da economia, aos cupons cambiais, de taxas de juros e de índices de preços obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Parâmetro estatístico;



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

- Desvio padrão dos retornos;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações; e
- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado:

Especificação	31.12.2011	De 01.01.2011 a 31.12.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	29.042	34.479	110.465	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	643	709	2.035	257
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	345	1.501	16.894	280
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	48.603	57.975	86.526	40.848

Especificação	31.12.2010	De 01.01.2010 a 31.12.2010		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	43.648	51.879	90.299	11.267
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	381	895	1.863	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	16.652	21.227	30.543	16.652
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	74.721	47.351	81.296	16.048

c.2.2) Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não negociação (CnN) para a posição de 31.12.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do BACEN Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPre e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais
Cupom de Índice							
Cupom de Preços	Cupom de IGP-M	209,2	2,09	469,8	4,70	1.284,7	12,85
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(509,0)	(5,09)	(844,5)	(8,45)	(1.281,0)	(12,81)
	Cupom de TR	sem estresse		sem estresse		sem estresse	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	547,7	5,48	1.273,8	12,74	3.614,6	36,15

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em 31.12.2011, atreladas aos fatores de risco de juros prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,99 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de 3,22 pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

c.3) Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)		Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Perda	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação							
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	2.411.917		2.405.371	(6.546)	2.402.873	(9.044)
Carteira de Não Negociação							
Cupom de Dólar	Redução do cupom de dólar		(4.370)		(12.160)		(7.790)
Cupom de IGP	Aumento do cupom de IGP	1.791.388		1.640.507	(150.880)	1.507.295	(284.093)
Cupom de IPCA	Redução do cupom de IPCA		(366.953)		(412.158)		(45.205)
Cupom de TJLP	Redução do cupom de TJLP		(721.965)		(766.609)		(44.644)
Cupom de TR	Aumento do cupom de TR		(1.423.929)		(1.426.330)		(2.401)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.751.176		3.630.522	(120.654)	3.525.432	(225.744)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBOVESPA. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x PRE	Swap DI x Pre	(453.504)	(438.918)	(425.420)
		Ativo Prefixado	412.775	382.030	354.641
		Exposição Líquida	(40.729)	(56.888)	(70.779)
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x Dólar	Swap Dólar x DI	561.711	542.289	523.703
		Passivo em ME	(577.234)	(560.841)	(545.413)
		Exposição Líquida	(15.523)	(18.552)	(21.710)



Ministério da
Fazenda



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Na data-base de 31.12.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontram-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções Nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2011, um

indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Ampla) do Banco do Nordeste foi de 16,32% (13,22% em 31.12.2010), enquanto o PR foi de R\$ 4.604.614 (R\$ 3.248.273 em 31.12.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.054.085 em 31.12.2011 (R\$ 2.627.409 em 31.12.2010). A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.604.614	3.248.273
. Nível I	2.302.307	2.146.806
. Nível II	2.302.307	1.101.467
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.054.085	2.627.409
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.619.648	2.248.812
. Parcela PJUR	642	381
. Parcela PCOM	345	16.652
. Parcela POPR	433.450	361.564
c) Valor do RBAN	48.603	74.721
Margem (a-b-c)	1.501.926	546.143
Índice de Basileia (Circ.BACEN Nº 3.477, de 28.12.2009)	16,58%	13,60%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	16,32%	13,22%

Notas: ⁽¹⁾ 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN Nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.604.614	3.248.273
. Nível I	2.302.307	2.146.806
(+) Patrimônio Líquido	2.329.499	2.177.338
(-) Reservas de Reavaliação	25.198	28.064
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	1.703	2.177
. Nível II	2.302.307	1.101.467
(+) Reservas de Reavaliação	25.198	28.064
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.137.872	-
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.216.319	1.101.848
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	65.165	28.445
(-) Excesso de Capital Nível II em relação ao Nível I	11.917	-

Notas: ⁽¹⁾ O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

⁽²⁾ Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 29 - Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	473.643	533.239
TOTAL	473.643	533.239



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	622.389	686.792
Obrigações por Repasses do País		
- Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.286.685	1.686.776
Tesouro Nacional	992	1.086
BNDES	1.152.894	933.260
FINAME	132.799	52.859
Outras Instituições	-	699.571
Outras Obrigações	6.932.417	5.762.276
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.e)	4.578.226	3.656.262
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.137.872	1.004.166
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.216.319	1.101.848
TOTAL	8.841.491	8.135.844

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.h)	985.408	925.375
CAPEF	457.916	490.630
CAMED	527.492	434.745
TOTAL	985.408	925.375

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de Curto Prazo	1.684	3.344	3.075
Honorários	1.391	2.612	2.473
Diretoria	1.202	2.239	2.132
Conselho de Administração	98	194	186
Conselho Fiscal	91	179	155
Outros	115	336	376
Participação no Lucro	178	396	226
TOTAL	1.684	3.344	3.075

Especificação	2º Sem/2011	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios Pós-Emprego	109	200	84
TOTAL	109	200	84

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Créditos Abertos para Importação	131.958	110.589
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.219	92.919
- FNE	13.926.213	12.093.509
- Outras Entidades	54.180	40.745
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.815	29.549

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 405.649 (R\$ 392.459 em 31.12.2010) assim distribuídos:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Bens Móveis	137.144	123.783
Bens Imóveis	264.485	264.656
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	405.649	392.459

c) Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

No primeiro semestre de 2011, o Banco passou a divulgar as demonstrações financeiras anuais com a adoção do padrão contábil International Financial Reporting Standards (IFRS), preconizado pelo International Accounting Standard Board (IASB), em seu portal na internet. As primeiras demonstrações disponíveis são relativas à posição de 31.12.2010 (comparando-se com as de 31.12.2009).

Embora o Banco esteja desobrigado de divulgar demonstrações nesse novo formato, a administração do Banco decidiu fazê-lo voluntariamente por entender que o padrão do IASB traz conceitos novos para os registros e procedimentos contábeis, que proporcionam maior transparência e precisão nas informações, compatibilizando-as com as melhores práticas de governança corporativa.

Estima-se que as demonstrações de 31.12.2011, comparativas com as de 31.12.2010, sejam divulgadas no primeiro semestre de 2012. A administração do Banco acredita que não são significativamente diferentes o patrimônio e o resultado decorrentes da apuração das demonstrações financeiras em IFRS, comparativamente ao padrão contábil adotado nas demonstrações financeiras elaboradas em obediência às normas do Banco Central, posto que muitas das regras do IASB já vinham sendo adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

d) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 7 de fevereiro de 2012.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lippi
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 7 de fevereiro de 2012, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A. no exercício de 2011.

Fortaleza (CE), 7 de fevereiro de 2012.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º. Semestre de 2011

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um órgão instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê – Dentro de sua missão institucional, atuou focado no assessoramento ao Conselho de Administração, avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão das Demonstrações Contábeis, desempenho da Ouvidoria e no acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo. No semestre, foram 16 reuniões, sendo 12 ordinárias e 4 extraordinárias.

Dentre as principais realizações, cabe destacar as seguintes atividades: **Assessoramento ao Conselho de Administração** – O Comitê acompanhou a implantação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, o atendimento de demandas do Conselho de Administração, de recomendações à Diretoria e da implementação de recomendações da Auditoria Interna, Auditoria Externa e órgãos de controle externos, tendo participado de onze reuniões com o Conselho de Administração.

Avaliação dos Sistemas de Controles Internos – O Banco vem estabelecendo diretrizes voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, da segurança e da gestão de riscos e desenvolve ações para a implantação de estruturas de gerenciamento de capital e requerimentos de liquidez, visando a atender recomendações contidas nos Acordos de Capital Basileia II e III e cumprir o cronograma estabelecido pelo BACEN.

Avaliação da efetividade da Auditoria Interna – A Auditoria Interna desenvolve suas atividades com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Avaliação da efetividade da Auditoria Independente – Na atuação da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua efetividade.

Revisão das Demonstrações Contábeis – Examinadas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se

conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 07 de fevereiro de 2012

O Comitê de Auditoria

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE (Lei Nº 7.827, de 27.09.1989) BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em R\$ Mil)

A T I V O		
	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE	11.084.544	10.602.604
DISPONIBILIDADES (Nota 4.b.1)	1.593.026	1.896.520
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.983.181	1.756.614
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	84.382	75.410
Crédito Rural - Proagro a Receber	4.340	1.970
Devedores por Repasses-Outras Instituições	80.042	73.440
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 4.b.2 e Nota 8)	6.421.632	6.870.930
Financiamentos	2.022.785	1.819.214
Financiamentos a Exportação	128.904	316.057
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	543.862	441.491
Financiamentos Agroindustriais	225.982	202.575
Financiamentos Rurais	4.390.984	4.488.993
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(890.885)	(397.400)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 4.b.6)	2.018	3.129
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito	2.018	3.129
OUTROS VALORES E BENS (Nota 4.b.7)	305	1
Títulos de Cobertura do Proagro	4	1
Títulos da Dívida Agrária	357	0
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(56)	0
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	26.662.917	22.724.027
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.349.996	1.256.033
Crédito Rural - Proagro a Receber	529	2.659
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.- Lei 7.827-Art. 9-A (Nota 13)	1.216.319	1.101.847
Devedores por Repasses-Outras Instituições	133.148	151.527
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 4.b.2 e Nota 8)	25.311.906	21.466.471
Financiamentos	9.368.708	7.601.304
Financiamentos a Exportação	7.014	7.390
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.282.878	3.950.762
Financiamentos Agroindustriais	956.119	815.277
Financiamentos Rurais	9.697.187	9.912.929
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	0	(821.191)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 4.b.7)	1.015	1.523
Títulos da Dívida Agrária	1.504	2.206
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(489)	(683)
TOTAL DO ATIVO	37.747.461	33.326.631

PASSIVO		
	31.12.2011	31.12.2010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 4.c)	37.747.461	33.326.631
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:		
No Exercício	5.030.560	4.083.917
Em Exercícios Anteriores	32.938.613	28.854.696
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	386.771	570.513
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(608.483)	(182.495)
TOTAL DO PASSIVO	37.747.461	33.326.631

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/ 2011	Exercício/ 2011	Exercício/ 2010
RECEITAS			
De Operações de Crédito (Nota 8.g)	261.713	380.204	891.792


 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

De Remuneração das Disponibilidades (Nota 4.b.1)	235.453	445.076	315.708
DESPESAS (Nota 4.a.8)			
De Administração	(511.667)	(993.540)	(816.783)
De PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance	(43.019)	(81.974)	(71.164)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos	(149.094)	(358.176)	(501.977)
De Auditoria	(43)	(73)	(71)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(206.657)	(608.483)	(182.495)

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	367.356	923.073	102.306
DEMONSTRAÇÃO DA VARIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do período	4.208.851	3.653.134	3.550.828
No fim do período	4.576.207	4.576.207	3.653.134
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	367.356	923.073	102.306

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

- Nota 1- Histórico
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3- Administração
Nota 4- Diretrizes Contábeis
Nota 5- Fiscalização
Nota 6- Auditoria Externa
Nota 7- Isenção Tributária
Nota 8- Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 9- Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste
Nota 10- Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 11- Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 12- Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito
Nota 13- Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º - A, da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

NOTA 1 - Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea "c"), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar Nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis Nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009 e a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 - Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de Dezembro de 2011 e de 2010
(Valores em R\$ Mil)

Eventos	Transfe-rências da União	Lucros Acumula-dos	Total
SALDOS EM 31.12.2009	28.854.696	600.232	29.454.928
Transferências da União no Exercício	4.083.917	0	4.083.917
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 10)	0	(29.719)	(29.719)
Prejuízo do Exercício	0	(182.495)	(182.495)
SALDOS EM 31.12.2010	32.938.613	388.018	33.326.631
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.083.917	(212.214)	3.871.703
SALDOS EM 31.12.2010	32.938.613	388.018	33.326.631
Transferências da União no Exercício	5.030.560	0	5.030.560
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 10)	0	(1.247)	(1.247)
Prejuízo do Exercício	0	(608.483)	(608.483)
SALDOS EM 31.12.2011	37.969.173	(221.712)	37.747.461
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.030.560	(609.730)	4.420.830
SALDOS EM 30.06.2011	35.564.229	(14.473)	35.549.756
Transferências da União no Semestre	2.404.944	0	2.404.944
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	(582)	(582)
Prejuízo do Semestre	0	(206.657)	(206.657)
SALDOS EM 31.12.2011	37.969.173	(221.712)	37.747.461
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	2.404.944	(207.239)	2.197.705

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2011 e de 2010
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/11	31.12.2011	31.12.2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Exercício/Semestre	(206.657)	(608.483)	(182.495)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos	149.094	358.176	501.977
Lucro (Prejuízo) Ajustado	(57.563)	(250.307)	319.482
Relações Interfinanceiras	(57.905)	(102.934)	(480.370)
Operações de Crédito	(1.921.676)	(3.754.451)	(3.790.695)
Outros Créditos	(49)	1.110	(630)
Outros Valores e Bens	187	342	321
Ajustes de Exercícios Anteriores	(582)	(1.247)	(29.719)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.037.588)	(4.107.487)	(3.981.611)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União	2.404.944	5.030.560	4.083.917
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.404.944	5.030.560	4.083.917



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5 a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco do Nordeste na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários preveem que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

a.3) A Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco do Nordeste, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 3% a.a.;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

a.4) Na forma do Decreto Nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução Nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do PROFROTA com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 2,5% a.a.

a.5) A Portaria Nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco do Nordeste faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

a.6) Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.7) Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco do Nordeste de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, Incisos I a IV, e determina o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.

a.8) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem, ao prêmio de performance sobre reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria Nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem, ficando

limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto Nº 5.641, de 26.12.2005. A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem e o prêmio de performance sobre os reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descausamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8).

b.3) A Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

b.4) A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis Nº 9.138, de 29.11.1995, Nº 10.437, de 25.04.2002 e Nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução Nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

b.5) A Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do PRONAF, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.

b.6) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005.

b.7) Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

NOTA 5 - Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NOTA 6 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas demonstrações financeiras, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 7 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 8 - Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
- Nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido e PRONAF-Emergencial/Enchentes/Estiagem, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
- Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.

b) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no período é demonstrada no quadro a seguir:

Discriminação	31.12.2011	31.12.2010
Saldo Inicial da Provisão		
p/ Perdas em Operações de Créditos	1.218.591	1.300.349
. Risco Integral do FNE	953.270	1.029.846
. Risco Compartilhado	265.321	270.503
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	359.514	504.243
Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322	(37.452)	(4.946)
. Risco Integral do FNE	(37.452)	(4.946)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	396.966	509.189
. Risco Integral do FNE	244.486	329.387
. Risco Compartilhado	152.480	179.802
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	687.220	586.000
. Risco Integral do FNE	471.760	401.017
. Risco Compartilhado	215.460	184.983
(=) Saldo Final da Provisão		
p/ Perdas em Operações de Crédito	890.885	1.218.591

. Risco Integral do FNE	688.544	953.270
. Risco Compartilhado	202.341	265.321

c) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.

d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:

d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do período estão discriminados no subitem "Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322" no quadro da alínea "b" desta Nota; e

d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 161.960, sendo R\$ 120.019 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 41.941 às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 171.117 resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 114.746 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 56.371 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão apresentou uma redução de R\$ 61.363, sendo R\$ 44.113 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 17.250 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Crédito" do quadro apresentado na alínea "b" desta Nota.

e) A Portaria Interministerial Nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:

e.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e

e.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 110.110, sendo R\$ 76.931 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 33.179 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 42.736 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 28.189 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 14.547 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão foi de R\$ 9.360, sendo R\$ 6.404 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.956 referente às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Créditos" do quadro apresentado na alínea "b" desta Nota.

f) As renegociações formalizadas no exercício, com base nas Leis Nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, diminuíram o resultado do Fundo em R\$ 541.268 (R\$ 51.990 de acréscimo, em 31.12.2010). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2011	31.12.2010
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	101.821	11.474
Despesas - Bônus e Dispensas	(986.730)	(23.643)
Efeito Líquido em Provisões	343.641	64.159
Efeito Líquido Final	(541.268)	51.990

g) Na Demonstração do Resultado, as "Receitas de Operações de Crédito" estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Discriminação	31.12.2011	31.12.2010
Rendas de Operações de Crédito	2.688.419	2.303.018
Despesa de <i>del credere</i> do Banco do Nordeste	(822.771)	(690.226)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.781)	(3.891)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(9.262)	(9.737)


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(915.468)	(198.802)
Despesas de Descontos Ops. Progr. Recuperação Lavoura Cacaueira Lei Nº 11.775, de 17.09.2008	-	(538)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste	(494.797)	(486.763)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repasses Lei 7.827-Art. 9º-A	(12.889)	(5.141)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(122)	(119)
Despesas de Rebate Principal Ops. c/Rec. FAT-BNDES - Lei Nº 10.193, de 14.02.2001	(13)	(247)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei Nº 11.322, de 13.07.2006	(85)	(315)
Despesa com Outras Operações BNB – Remissão Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(5.491)	-
Despesa com Outras Operações BNB – Rebate Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(9.998)	-
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(11.768)	(13.985)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(21.742)	(1.439)
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	(28)	(22)
Outras Despesas	-	(1)
TOTAL	380.204	891.792

⁽¹⁾ O valor registrado em 31.12.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no exercício de 2011.

NOTA 9 - Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste

a) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

b) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Art. 5º da Portaria Interministerial Nº 11.

c) No exercício, o Banco do Nordeste devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 220.721 (R\$ 187.738 em 31.12.2010), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

NOTA 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2011, de R\$ 1.247 (R\$ 29.719 em 31.12.2010), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 11 - Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no SIAFI, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 12 - Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III;
- reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do PRONAF realizadas com risco da União;

e) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;

f) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No exercício, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 68.334, ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Discriminação	Valor
Art. 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	66.160
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	607
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Ops. Res. 2.471)	1.567
TOTAL	68.334

Ainda ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco do Nordeste, no montante de R\$ 36.075, conforme a seguir discriminado:

Discriminação	Valor
Art. 31 (Operações com mix de Recursos Outras Fontes/FNE)	17.527
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	13.577
Art. 31 (Operações do FAT)	4.971
TOTAL	36.075

NOTA 13 - Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

Em 16.06.2010, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, aprovou o enquadramento de operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R\$ 400.000, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na categoria de dívida subordinada, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007. O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, incluindo a operação no valor de R\$ 600.000, contratada no exercício de 2009, apresenta a seguinte composição:

Discriminação	31.12.2011	31.12.2010
Recursos Disponíveis	328.126	319.417
Recursos Aplicados	888.193	782.430
TOTAL	1.216.319	1.101.847

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

Fortaleza, 07 de fevereiro de 2012

A Diretoria

OBS.:As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.) Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (“Fundo” ou “FNE”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.



Banco do Nordeste

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 8 b) às demonstrações financeiras, que descreve sobre a adoção da faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28 de dezembro de 2005, na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando que as demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos Fundos Constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras devem ser analisadas exclusivamente nesse contexto.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lippi
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção limitada sobre Demonstrativo de Informações de Natureza

Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborado sob a responsabilidade do Banco. Nossa responsabilidade é a de emitir um Relatório de Asseguarção Limitada sobre os procedimentos utilizados pela Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A. para a obtenção de informações e preparação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental.

Procedimentos aplicados

Os procedimentos de asseguarção limitada foram realizados de acordo com a Norma NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com a ISAE 3000 – International Standard on Assurance Engagements, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board - IASB, ambas para trabalhos de asseguarção que não sejam de auditoria ou de revisão de informações financeiras históricas. Os procedimentos de asseguarção limitada compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; (c) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e (d) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre as informações divulgadas nos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção limitada sobre os itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental preparados pela Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações financeiras. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguarção sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Conclusão

Com base em nosso trabalho, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os procedimentos definidos e utilizados pela Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A. não são eficazes, em todos os aspectos relevantes, para obtenção e compilação das informações para preparação dos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Fortaleza, 7 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1 SP 097.866 – TPE - S/CE

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA						
1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			5.899.222			4.504.691
Resultado operacional (RO)			668.434			530.269
Folha de pagamento bruta (FPB)			817.967			722.918
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	54.066,64	6,61%	0,92%	51.545,90	7,13%	1,14%
Encargos sociais compulsórios	208.037,71	25,43%	3,53%	187.461,26	25,93%	4,16%
Transporte	2.043,92	0,25%	0,03%	2.169,25	0,30%	0,05%
Previdência privada	174.974,84	21,39%	2,97%	299.898,87	41,48%	6,66%
Saúde	136.800,15	16,72%	2,32%	116.545,68	16,12%	2,59%
Segurança e saúde no trabalho	2.269,54	0,28%	0,04%	1.865,82	0,26%	0,04%

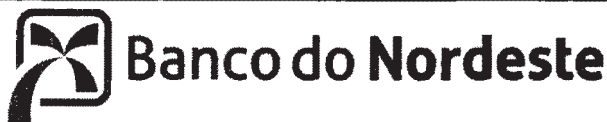

Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

Educação	3.155,57	0,39%	0,05%	2.939,37	0,41%	0,07%
Cultura	400,90	0,05%	0,01%	332,24	0,05%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.983,08	1,34%	0,19%	13.781,41	1,91%	0,31%
Creches ou auxílio-creche	4.311,23	0,53%	0,07%	3.755,48	0,52%	0,08%
Participação nos lucros ou resultados	37.077,35	4,53%	0,63%	44.238,22	6,12%	0,98%
Outros	5.915,10	0,72%	0,10%	6.334,90	0,88%	0,14%
Total - Indicadores Sociais Internos	640.036,03	78,25%	10,85%	730.868,39	101,10%	16,22%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.164,40	0,17%	0,02%	1.150,00	0,22%	0,03%
Cultura	12.296,88	1,84%	0,21%	11.858,47	2,24%	0,26%
Saúde e saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Pesquisa e difusão tecnológica	33.800,00	5,06%	0,57%	31.200,00	5,88%	0,69%
Outros	458,94	0,07%	0,01%	160,34	0,03%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	47.720,23	7,14%	0,81%	44.368,80	8,37%	0,98%
Tributos (excluídos encargos sociais)	512.597,61	76,69%	8,69%	347.268,50	65,49%	7,71%
Total - Indicadores Sociais Externos	560.317,83	83,83%	9,50%	391.637,31	73,86%	8,69%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0,00	0,00%	0,00%	14,14	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos c/a educação ambiental p/a comunidade	35,40	0,01%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	35,40	0,01%	0,00%	14,14	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%			
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0		0			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0		0			
Passivos e contingências ambientais	0		0			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	6.077			5.993		
Nº de admissões durante o período	193			213		
Nº de demissões durante o período	109 (1)			115 (1)		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3.695(2)			3.510 (2)		
Nº de estagiários(as)	663			700		
Nº de homens que trabalham na empresa	4.072			4.026		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.005			1.967		
Nº de empregados(as) de 18 a 35 anos	2.392			2.409		
Nº de empregados(as) de 36 a 60 anos	3.500			3.459		
Nº de empregados(as) acima de 60 anos	185			125		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,95%			30,79%		
% de cargos de chefia ocupados por homens	69,05%			69,21%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	193			188		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,50%			2,52%		
Nº de pessoas com deficiência	35			19		
Nº de empregados(as) analfabetos ou com ensino fundamental incompleto	15			16		
Nº de empregados(as) com ensino fundamental	76			85		
Nº de empregados(as) com ensino médio	2.026			2.122		
Nº de empregados(as) com ensino técnico	0			0		
Nº de empregados(as) com ensino superior	2.714			3.477		
Nº de empregados(as) pós-graduados	1.246			293		
6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011			2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,91			27,35		
Número total de acidentes de trabalho	29			19		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva



Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	2.876	19 (3)	481 (3)	3.816	22	635
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	100%	36,36% (4)	34,96% (4)	99,94%	36,36%	12,75%
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		730 (5)				1318
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		21 (6)				20
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		26 (6)				86
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		8.777.086,66 (7)			3.359.047,39	
Passivo Trabalhista da Entidade		182.824.087,29			161.862.760,31	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: R\$ 1.952.073			Em 2010: R\$ 1.818.915		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31,61% governo	50,57% colaboradores(as)		28,88% governo	52,28% colaboradores(as)	
	16,13% acionistas	1,69% terceiros		17,24% acionistas	1,60% terceiros	
7 - Geração e Distribuição de Riqueza	2011			2010		
	Valor	% participação	Evolução	Valor	% participação	Evolução
RECEITAS	4.589.979	100,00%	30,61%	3.514.232	100,00%	11,37%
Int mediação Financeira	3.347.864	72,94%	37,70%	2.431.267	69,18%	21,25%
Prestações de Serviços	1.351.756	29,45%	8,42%	1.246.760	35,48%	11,41%
Provisão para Devedores Duvidosos	-234.909	-5,12%	-41,27%	-400.010	-11,38%	6,22%
Outras Receitas / Despesas	125.268	2,73%	-46,97%	236.215	6,72%	-42,05%
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-1.895.692	-41,30%	78,02%	-1.064.869	-30,30%	26,34%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-714.868	-15,57%	18,18%	-604.897	-17,21%	21,88%
Despesas Operacionais (materiais de expediente, energia, telefone, água etc)	-254.162	-5,54%	0,68%	-252.445	-7,18%	8,84%
Serviços de Terceiros	-460.706	-10,04%	30,71%	-352.452	-10,03%	33,32%
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.979.419	43,12%	7,32%	1.844.466	52,49%	1,56%
RETENÇÕES	-27.346	-0,60%	7,03%	-25.551	-0,73%	0,16%
Depreciação, amortização e exaustão	-27.346	-0,60%	7,03%	-25.551	-0,73%	0,16%
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.952.073	42,53%	7,32%	1.818.915	51,76%	1,58%
PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.952.073	42,53%	7,32%	1.818.915	51,76%	1,58%
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.952.073	42,53%	7,32%	1.818.915	51,76%	1,58%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	987.241	50,57%	3,82%	950.902	52,28%	13,36%
Remuneração do trabalho	650.738	33,34%	11,63%	582.963	32,05%	16,84%
Proventos	613.661	31,44%	13,91%	538.725	29,62%	17,82%
Participação dos empregados nos lucros	37.077	1,90%	-16,19%	44.238	2,43%	6,12%
Benefícios	289.720	14,84%	-11,52%	327.459	18,00%	6,77%
Plano de aposentadoria e pensão (Capef e PGBL)	0	0,00%	-100,00%	11	0,00%	-98,78%
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600)	153.387	7,86%	-27,05%	210.263	11,56%	2,07%
Benefícios - Outros	136.333	6,98%	16,34%	117.185	6,44%	17,42%
FGTS	46.783	2,40%	15,57%	40.480	2,23%	21,84%
Impostos, taxas e contribuições	617.004	31,61%	17,47%	525.239	28,88%	13,49%
Federais	602.035	30,84%	18,18%	509.409	28,01%	13,33%
Estaduais	26	0,00%	-46,94%	49	0,00%	48,48%
Municipais	14.943	0,77%	-5,31%	15.781	0,87%	18,65%
Remuneração de capitais de terceiros	33.029	1,69%	13,18%	29.184	1,60%	-2,69%
Aluguéis	33.029	1,69%	13,18%	29.184	1,60%	-2,69%
Remuneração de capitais próprios	314.799	16,13%	0,39%	313.590	17,24%	-31,68%
Juros sobre capital próprio	73.526	3,77%	-39,23%	121.000	6,65%	10,00%
União	69.206	3,55%	-39,23%	113.891	6,26%	11,04%
Outros	4.320	0,22%	-39,23%	7.109	0,39%	-4,40%
Dividendos	95.700	4,90%	11,92%	85.511	4,70%	-34,45%
União	90.077	4,61%	11,91%	80.487	4,43%	-34,45%
Outros	5.623	0,29%	11,92%	5.024	0,28%	-34,45%
Lucros/prejuízos retidos no exercício	145.573	7,46%	35,95%	107.079	5,89%	51,01%

(1) Incluídas as saídas por aposentadoria e falecimento.

(2) O quantitativo ora informado para os anos 2010 e 2011 refere-se, exclusivamente, a terceirizados envolvendo mão-de-obra locada.

(3) Em 31/12/2011, existia estoque de 375 (trezentas e setenta e cinco) reclamações e críticas de consumidores relativas a defesa do consumidor (Procon) em andamento, das quais, 19 (dezenove) foram movidas em 2011. Existia, ainda, outras 2.317 (duas mil, trezentas e dezessete) reclamações e críticas de consumidores que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça), dentre as quais, 481 (quatrocentas e oitenta e uma) foram iniciadas em 2011.

(4) Foram encerradas 270 (duzentas e setenta) reclamações e críticas relativas a defesa do consumidor (Procon), das quais 22 (vinte e duas) foram encerradas em 2011. Dessas últimas, 08 (oito) foram atendidas, perfazendo 36,36%. Os motivos de não atendimento das demais reclamações/críticas foram: desistência do autor; improcedência dos pedidos; e emissão ao Juizado Especial (Justiça), por falta de acordo entre as partes. Quanto às reclamações que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça), foram encerradas 2.757 (duas mil, setecentos e cinquenta e sete), das quais 429 (quatrocentas e vinte e nove) foram encerradas em 2011. Dessas últimas, 150 (cento e cinquenta) foram atendidas, totalizando 34,96%. Os principais motivos de não atendimento das demais reclamações/críticas foram: desistência do autor e improcedência dos pedidos.

(5) O quantitativo de 2010 levou em consideração todas as ações trabalhistas movidas contra o Banco, inclusive por não empregados. Em 2011, o escopo foi limitado aos funcionários da instituição. Em 31/12/2011, existia estoque de 730 (setecentos e trinta) processos trabalhistas movidos por empregados em andamento, dos quais, 30 (trinta) foram movidos em 2011.

(6) Foram encerrados 924 (novecentos e vinte quatro) processos trabalhistas, dos quais 51 (cinquenta e um) foram encerrados em 2011. Desses últimos, 21 (vinte e um) foram julgados procedentes e 26 (vinte e seis) foram julgados improcedentes. Existiram outros 04 (quatro) encerramentos sem julgamento de mérito, por desistência do autor. O quantitativo de 2010 levou em consideração todas as ações trabalhistas movidas contra o Banco, inclusive por não empregados, diferentemente de 2011, cujo escopo foi limitado aos funcionários da instituição.

(7) Em 2010, para os valores informados considerou-se somente os pagamentos efetuados em ações indenizatórias ou autos de infração, cujos pedidos formulados visavam ao pagamento de indenizações ou multas, independentemente dos reclamantes serem empregados no Banco. Em 2011,


Banco do Nordeste

 Ministério da
Fazenda

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 – Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

entretanto, foram considerados todos os pagamentos efetuados a funcionários e ex-funcionários, inclusive de verbas rescisórias, independentemente do tipo de ação e dos pedidos formulados pelos reclamantes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz – Jurandir Vieira Santiago – Martim Ramos Cavalcanti – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Isidro Moraes de Siqueira (Diretor de Controle e Risco) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação).

CONSELHO FISCAL: Cláudio Xavier Seefelder Filho (Presidente em exercício) – Cláudia da Costa Martinelli Wehbe – Frederico Schettini Batista – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar

COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Antonio Carlos Correia – Luciano Silva Reis

SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)

CONTADORA: Afila Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

*** **

BONS VENTOS GERADORA DE ENERGIA S/A CNPJ/MF Nº 07.565.497/0001-34 NIRE 23.300.025.857 - **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2011.** **1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 8 de outubro de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Santos Dumont, nº 2.088 - Sala 105, Aldeota, CEP: 60.150-161. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença dos Acionistas. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de editais de convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme o parágrafo 4º do Art.124 da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações. **4. Composição da MESA:** Os acionistas indicaram Marco Aurélio Palópoli e Oderval Esteves Duarte Filho para Presidente e Secretário, respectivamente, desta Assembléia Geral Extraordinária. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a extinção de disposição prevista no Estatuto Social da Companhia a respeito da destinação de seus resultados, e, consequentemente, sobre a alteração do artigo 29, do Estatuto Social da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembléia e colocada a matéria constante da ordem do dia em votação, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, aprovar a extinção da disposição estatutária prevista na alínea (iii), do Artigo 29, do Estatuto Social da Companhia que prevê a destinação de recursos para a utilização, pela Companhia, nos termos do Contrato de Conta Garantia. Em razão da deliberação ora tomada, os acionistas deliberaram, ainda, aprovar a alteração da redação do Artigo 29, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação: “Artigo 29 - O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social e a legislação aplicável; (iii) após qualquer retenção prevista no Orçamento Anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral”. **7. Lavratura da Ata:** Foi aprovada, pelos acionistas presentes, a lavratura desta ata na forma de sumário, de acordo com o disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 130, da lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações. **8. Encerramento:** Finalmente, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e por todos assinada. **9. Acionistas Presentes:** BVP S.A. (por Reginaldo Vinha e Lauro Fiuza Neto); Oderval Esteves Duarte Filho; Marco Aurélio Palópoli; Nelson Magalhães Graça e Bruno Alberto Lima Franco. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de registro de Assembléias Gerais da Companhia. Marco Aurélio Palópoli - Presidente e Oderval Esteves Duarte Filho - Secretário. Ata arquivada na JUCEC sob o nº 20112411282 por despacho do Dr. Haroldo Fernandes Moreira, Secretário Geral em 26/12/2011.

*** **

BONS VENTOS GERADORA DE ENERGIA S.A. CNPJ/MF Nº 07.565.497/0001-34 NIRE 23.300.025.857 - **Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Setembro de 2011.** **1. Data, Hora e Local:** Em 6 de setembro de 2011, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Santos Dumont, nº 2.088, sala 105, Aldeota, CEP. 60.150-161. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Os conselheiros nomearam Nelson Magalhães Graça e Bruno Alberto Lima Franco, para integrarem a mesa, na qualidade de Presidente e Secretário, respectivamente. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a celebração, pela Companhia, de contratos de câmbio referentes ao pagamento das parcelas de amortização de principal e juros decorrentes da operação de financiamento contratada junto ao Nordic Investment Bank. **5. Deliberações:** Os conselheiros, por unanimidade de votos, deliberaram, nos termos do Artigo 18, do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração dos contratos de câmbio junto ao Banco Santander S.A., necessários para a realização dos pagamentos das parcelas de amortização de principal e juros decorrentes de operação de financiamento contratada junto ao Nordic Investment Bank, em 14 de setembro de 2010, nos termos do Contrato de Financiamento nº PIL 5214, a serem realizados trimestralmente, até a total liquidação da operação de financiamento prevista para o mês de setembro de 2023. Assim, os conselheiros autorizam, neste ato, a Diretoria da Companhia a celebrar, em nome dessa, os contratos de câmbio correspondentes, bem como todos e quaisquer instrumentos que se façam necessários para tanto. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os conselheiros presentes assinada. Os conselheiros aprovaram a lavratura desta ata na forma sumária, conforme faculta o parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76. **Conselheiros Presentes:** (i) Oderval Esteves Duarte Filho; (ii) Nelson Magalhães Graça; (iii) Marco Aurélio Palópoli; e (iv) Bruno Alberto Lima Franco. A presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Registro de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Nelson Magalhães Graça - Presidente; Bruno Alberto Lima Franco - Secretário. Ata arquivada na JUCEC sob o nº 20112136010, por despacho do Dr. Haroldo Fernandes Moreira em 29/09/2011.

*** **

BALNEÁRIO SERRA DO HORTO S/A - Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária - BALNEÁRIO SERRA DO HORTO S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia Juazeiro Caririçu, S/N, Km 03, Zona Rural, Juazeiro do Norte-CE, CEP 63.000-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.878.250/0001-05, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE 2330001439.1, de 24/11/1981, convoca os senhores acionistas a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 16 de Fevereiro de 2012, às 10:00 horas, na sede social da companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Ratificar todas as deliberações tomadas na AGE realizada em 29 de julho de 2011; b) Autorizar a Diretora Presidente a alienar bem imóvel da sociedade; c) Outros assuntos de interesse social. Juazeiro do Norte-CE, 25 de Janeiro de 2012. Dulcineide Gomes de Lima Feitosa - **Diretora Presidente.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2012-PMJ. Objeto: Locação de Máquina e Caminhão Caçamba destinadas às atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. **Participante:** JP Construções Ltda e SIGA Locações e Construções Ltda. **Vencedora:** SIGA Locações e Construções Ltda. Valor de R\$ 410.850,00 (quatrocentos e dez mil e oitocentos e cinquenta reais). Homologo o Procedimento Licitatório, em consequência, fica convocada a Licitante Vencedora para assinatura do contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei 8.666/93 atualizada, cc. O edital da referida Tomada de Preços, sob as penas da Lei. Publique-se. **Jaguaruana-Ce, 13 de Fevereiro de 2012. Antonio Roberto Rocha Silva – Prefeito Municipal.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO - Lei Nº 672/2012, de 13 de Fevereiro de 2012. Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. O Poder Legislativo Municipal APROVOU e EU SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei: Art. 1º. Fica criada, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Parágrafo único. Para fins de melhor utilizar, aplicar e executar os instrumentos legais possíveis nos projetos ambientais sustentáveis, no que diz respeito à formulação, avaliação e implementação de políticas em prol do Meio Ambiente no Município de Pereiro, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente terá as seguintes atribuições: I) Aprovar e conceder licença em todos os projetos urbanos a serem executados no Município; II) Promover, implantar, coordenar, fiscalizar e avaliar a Política de Meio Ambiente em consonância com as deliberações do Conselho Municipal Ambiental - COMAM; III) aplicar, gerir e destinar os recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente, conforme orientações e deliberações do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM; IV) exigir, na forma da legislação vigente, para instalação, ampliação e/ou reformas de atividades potencialmente degradadoras e poluidoras do meio ambiente, a apresentação de estudos prévios de impacto ambiental; de impacto de vizinhança, de impacto de publicidade, a que se dará ciência aos órgãos afins, particularmente o COMAM; V) convocar audiências públicas em assuntos de interesse ambiental; VI) promover, coordenar, planejar, executar e avaliar o licenciamento ambiental no Município, de forma integrada por meio de parcerias ou não; VII) promover o planejamento ambiental nas atividades relacionadas aos diversos serviços urbanos; VIII) promover a preservação e conservação do ambiente natural do Município, bem como definir os espaços territoriais do Município a serem especialmente protegidos; IX) fomentar a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente; X) Promover, elaborar e executar, cursos, palestras, seminários e eventos sobre a temática ambiental, podendo emitir os devidos certificados, e podendo ser estas atividades, onerosas ou gratuitas e, quando onerosas os recursos serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente; XI) Produzir, editar, publicar, materiais da temática ambiental, de forma gratuita e/ou onerosa, com recursos destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente; XII) elaborar estudos e Políticas Públicas com o objetivo de recuperar áreas de degradadas; XIII) propor, gerenciar, elaborar, planejar, executar e avaliar, planos, projetos, parcerias, firmar protocolos, convênios de cooperação técnico, científica e de capacitação, com órgão de entidades internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais e de âmbito local, regional ou global; XIV) fiscalizar e controlar a produção, comercialização, distribuição e o emprego de substâncias, técnicas, métodos, e/ou transporte que comportem físico ao meio ambiente e a vida; XV) fiscalizar, monitorar, controlar e criar indicadores, dos usos dos recursos naturais e das formas de degradação ambiental; XVI) aplicar multas ambientais e destiná-las ao Fundo Municipal de Meio Ambiente; XVII) definir, elaborar, promover e fiscalizar a Política Municipal de Resíduos Sólidos e de limpeza urbana, bem como o controle técnico dos aterros existentes na Municipalidade; XVIII) nos casos de compensação ambiental de qualquer natureza serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente; XIX) coordenar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos. Art. 2º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente definirá mediante prévio estudo técnico as áreas de preservação e de proteção do meio ambiente no Município de Pereiro. Art. 3º. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente terá os seguintes cargos: I - Secretário Municipal do Meio Ambiente; II - Subsecretário Municipal de Meio Ambiente; III - Supervisor de Legislação e Fiscalização Ambiental; IV - Agentes de fiscalização ambiental; V - técnicos ambientais. Art. 4º. Ficam criados na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os seguintes cargos em comissão: I - Um cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente; II - Um cargo de Subsecretário Municipal do Meio Ambiente; III - Um cargo de Supervisor de Legislação e Fiscalização Ambiental. Parágrafo Único. A simbologia, o subsídio e a verba de gratificação serão definidos através de Decreto do Chefe do Poder Executivo. Art. 5º. Ficam criados na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os seguintes cargos efetivos: I - Três agentes de fiscalização ambiental; II - Dois técnicos ambientais. Parágrafo Único. A simbologia, o subsídio e a verba de gratificação serão definidos através de Decreto do Chefe do Poder Executivo. Art. 6º. As atribuições inerentes aos cargos criados nesta Lei serão definidas por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal. Art. 7º. Para suportar a despesa prevista nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Exercício 2012 para viabilizar o funcionamento do referido órgão. Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **Paço Municipal, 13 de fevereiro de 2012. RAIMUNDO ESTEVAM NETO - Prefeito Municipal.**

*** **

GRANOS GRANITOS DO NORDESTE S/A-NIRE:2330019610-CNPJ:00.084.143/0001-29 - AVISO AOS ACIONISTAS- Comunicamos aos senhores acionistas da GRANOS GRANITOS DO NORDESTE S/A, que se encontram à sua disposição na sede social da companhia na Rodovia Anel Viário Km 20 S/N.º - Zona Rural - Caucaia - Ce, os documentos a que se refere o art.º 133 da Lei n.º 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2011. Fortaleza - Ce, 09/02/ 2012

**SISTEMA COFECI-CRECI
CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS -
COFECI
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
CRECI 15ª Região/CE
AVISO RESUMIDO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ELEITORAL**

De acordo com as Normas Eleitorais baixadas com a Resolução-Cofeci nº 1.241/2012, o **Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis AVISA** aos interessados a realização de eleição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI 15ª Região/CE, para composição de seu Conselho Pleno, para cumprimento de mandato eletivo desde o dia 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as informações seguintes:

1. Data da eleição: 04 de abril de 2012;
2. Horário da eleição: das 09 (nove) às 17 (dezesete) horas;
3. Número de vagas a serem preenchidas: 54 (cinquenta e quatro) vagas, sendo 27 para Conselheiros efetivos e igual número de suplentes;
4. Prazo para protocolização de requerimento de registro de chapa: 15 (quinze) dias a contar desta publicação;
5. Horário de funcionamento da Secretaria do Creci no período eleitoral, em dias úteis: das 12 às 18 horas;
6. Impugnação de candidaturas poderá ser feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data de publicação das chapas cujos requerimentos de registro sejam deferidos pela Comissão Eleitoral.
7. O Edital de Convocação Eleitoral, na íntegra, encontra-se fixado na sede principal do CRECI 15ª Região/CE e nas de suas Delegacias Subregionais;
8. A eleição dar-se-á através de sistema informatizado, pela Internet;
9. Se houver apenas uma chapa inscrita, a votação será iniciada à 0 (zero) hora do dia marcado para a eleição, encerrando-se às 17 (dezesete) horas;
10. O voto é obrigatório, nos termos do artigo 11 da Lei 6.530/78.

Fortaleza(CE), 15 de fevereiro de 2012.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente

*** **



**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ
INCENTIVOS FISCAIS**

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, no uso das suas atribuições, comunica aos Senhores Industriais e demais interessados que a Empresa **ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDORES ELÉTRICOS LTDA**, estabelecida na Rodovia BR 116, km 13 N° 2363 B, registrada no CNPJ sob o nº 12.115.480/0001-15, exercendo atividades industriais constantes da seguinte linha de produção de **MEDIDORES ELETRÔNICOS DE ENERGIA ELÉTRICA MONOFÁSICO CRONOS 6001 E 6021 ENERGIA ATIVA 120/240 V, MEDIDORES ELETRÔNICOS DE ENERGIA ELÉTRICA BIFÁSICO CRONOS 6003 E 7023 ENERGIA ATIVA E/OU REATIVA 120/240 V; MEDIDORES ELETRÔNICOS DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICO CRONOS 6003 E 7023 ENERGIA ATIVA E/OU REATIVA 120/240 V**, a fim de fazer prova junto às **REPARTIÇÕES PÚBLICAS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS, FEDERAIS E AUTARQUIAS**, requereu a esta Federação que certificasse ser referida empresa **PIONEIRA** no Estado do Ceará, na sua linha de produção, pelo que convida os possíveis prejudicados a apresentarem prova documental de **CONTESTAÇÃO** à Unidade Jurídica desta Federação, situada na Av. Barão de Studart, 1980 - 3º andar, por escrito, no prazo de **08 (oito) dias** corridos, a contar da publicação do presente Edital. Fortaleza, 13 de fevereiro de 2012.

Roberto Proença de Macêdo
Presidente

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - EXTRATO DE CONTRATO.
Contratante: Prefeitura Municipal de Iguatu, através da Secretaria de Infraestrutura - CNPJ Nº 07.810.468/0001-90. **Contratada:** A. L. Teixeira Pinheiro (Teixeira Construções) CNPJ Nº 69.374.585/0001-06. **Fundamentação Legal:** Lei Federal Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **Licitação:** Concorrência Pública Nº C-003/2011-SEINFRA. **Tipo:** Menor Preço Global - Empreitada no Regime de Execução Indireta. **Objeto:** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para a Pavimentação Asfáltica Usinada à Quente - AAUQ, em diversas Ruas na Sede deste Município. **Valor:** R\$ 3.498.775,71 (três milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos). **Da Dotação e Recursos:** 1301.15.451.0031.1.102 - **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações, com recursos provenientes do PT Nº 0346283-35. **Da Vigência:** 90 (noventa) dias. **Data da Assinatura:** 14 de Fevereiro de 2012. **Do Foro:** Comarca do Município de Iguatu. **Signatários:** Gleuberton Passini Mendonça (Secretário)/ Antônio Luiz Teixeira Pinheiro (Proprietário), respectivamente Contratante e Contratado. **Iguatu, 14 de Fevereiro de 2012. Ériton George Sales Bernardo - Presidente da CPL/PMI.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRO - Lei Nº 673/2012, de 13 de Fevereiro de 2012. Altera a redação do art. 149, II e cria o art. 152-A na Lei Municipal 631/2010, de 30 de janeiro de 2010, que instituiu o CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PEREIRO e dá outras providências. O Poder Legislativo Municipal APROVOU e EU SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei: Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 149, II, do TÍTULO IV, DA LIMPEZA URBANA, CAPÍTULO I, DAS DEFINIÇÕES, da Lei 631/2010, de 30 de janeiro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.149 ... II - resíduos provenientes de estabelecimentos que prestam serviços de saúde, bem como, provenientes de instituições públicas ou privadas, concessionárias ou não do serviços públicos que venham a executar obras nas vias e logradouros públicos danificando a malha viária ou prédio público; Art. 2º. Fica criado o art. 152 - A, do TÍTULO IV, DA LIMPEZA URBANA, CAPÍTULO I, DAS DEFINIÇÕES, da Lei 631/2010, de 30 de janeiro de 2010, que passa a conter a seguinte redação: Art. 152 A. Os estabelecimentos que prestam serviços de saúde, bem como, as instituições públicas ou privadas, concessionárias ou não do serviço públicos que venham a executar obras nas vias e logradouros públicos danificando a malha viária ou prédio público ficam obrigados, por força desta Lei a, no prazo de quarenta e oito horas, providenciar a coleta dos resíduos gerados pela obra e reparar os danos causados com a restauração da parte danificada, sob pena da aplicação de multa diária de 50 (cinquenta) UFIRM'S por dia. Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. **Paço Municipal, 13 de Fevereiro de 2012. RAIMUNDO ESTEVAM NETO - Prefeito Municipal.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - EXTRATO DE CONTRATO. Contratante: Prefeitura Municipal de Iguatu, através da Secretaria de Infraestrutura - CNPJ Nº 07.810.468/0001-90. **Contratada:** A. L. Teixeira Pinheiro (Teixeira Construções) CNPJ Nº 69.374.585/0001-06. **Fundamentação Legal:** Lei Federal Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **Licitação:** Tomada de Preços Nº TP-009/2011-SEINFRA. **Tipo:** Menor Preço Global - Empreitada no Regime de Execução Indireta. **Objeto:** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para a Recuperação das Estradas Vicinais com Tratamento Superficial Simples - TSS, que liga as localidades: Item 01 - Penha/Cardoso/Barro Alto; Item 02 - Gadelha/Serrote, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, conforme Projetos, Planilhas de Orçamento e Cronograma Físico Financeiro, em Anexo. **Valor Global:** R\$ 1.019.817,86 (hum milhão, dezenove mil, oitocentos e dezessete reais, oitenta e seis centavos). **Da Dotação e Recursos:** 1301.15.451.0031.1.104 - Construção e Recuperação de Estradas - **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações, com recursos através do PT Nº 0348885-50. **Da Vigência:** 120 (cento e vinte) dias. **Data da Assinatura:** 14 de Fevereiro de 2012. **Do Foro:** Comarca do Município de Iguatu. **Signatários:** Gleuberton Passini Mendonça (Secretário)/ Antônio Luiz Teixeira Pinheiro (Proprietário), respectivamente Contratante e Contratado. **Iguatu, 14 de Fevereiro de 2012. Ériton George Sales Bernardo - Presidente da CPL/PMI.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Varjota, em cumprimento da ratificação procedida pela Secretaria de Saúde do Município de Varjota faz publicar o Extrato resumido do Processo de Inexigibilidade de Licitação a seguir: **PROCESSO Nº 12-02-SES-PI. OBJETO:** Contratação dos Serviços para Procedimentos em Análises Clínica com meta física de 1.700 (UM MIL E SETECENTOS) exames / mês prestados aos pacientes usuários dos SUS no Município de Varjota. **FAVORECIDO:** Maria do Remédio Sousa Laboratório - ME.: é de um valor estimado de R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) por exame, dando um valor estimado mensal de R\$ 6.545,00 (Seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) perfazendo um valor estimado anual de R\$ 71.995,00 (setenta e um mil novecentos e noventa e cinco reais). **FUNDAMENTO LEGAL:** Inciso II do Art. 25 da Lei Nº 8.666/93. **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE** emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação, Ernesto Rodrigues de Moraes e ratificada pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde, Sr. Rafael Castelo Branco Ximenes. **Varjota, 14 de Fevereiro de 2012. Ernesto Rodrigues de Moraes - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO SECRETARIA DE SAÚDE - ADIAMENTO DA ABERTURA DO CERTAME. A Comissão de Licitação, com Sede no Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, para conhecimento dos Licitantes e de quem mais possa interessar que a Abertura do Pregão Presencial Nº 2701.05/2012-02-SMS tendo por **Objeto** a Aquisição de Material de Ortese e Prótese destinados a Secretaria de Saúde do Município, com data prevista para o dia 20 de Fevereiro de 2012 às 15:00 Horas. Foi alterada para o dia 24 de Fevereiro de 2012 às 14:00 horas. **Crato - CE, 14 de Fevereiro de 2012. José Wilson Marques Júnior - Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO - RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.01.23.01. A Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 2012.01.23.01, cujo **Objeto** é: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao Programa de Merenda Escolar PNAE fundamental, PNAE creche, PNAE Pré escola e PNAE e EJA, **conforme especificações constantes no anexo I**, onde sagraram-se vencedoras as empresas: R. NEYVA PINHEIRO TEIXEIRA, CNPJ: 41.633.439/0001-39, vencedor de dois itens, no valor total de R\$ 21.675,74 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), OMEGA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ 41.600.131/0001-97, vencedoras de dois itens pelo valor total de R\$ 24.737,90, (vinte e quatro mil setecentos e trinta e sete reais e noventa centavos), FRANCISCO RENE MEDEIROS DE MORAIS, CNPJ 41.553.587/0001-43, vencedor de 24 itens, pelo valor total de R\$ 242.296,12 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e doze centavos). **Piquet Carneiro, 07 de Fevereiro de 2012. O Pregoeiro Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Russas/CE, em cumprimento da ratificação procedida pela Secretária de Educação e Cultura do Município de Nova Russas, faz publicar o extrato resumido do processo de inexigibilidade de licitação a seguir: **PROCESSO Nº 01/2012-PI. OBJETO:** Contratação dos serviços artísticos das bandas: Forró da Curtição, Fera Radical, Banda Praballar, Banda Power, Banda Zoom, Forró Pegada, Arnaldo Beloto & banda, Tropa de Choque para realização do evento em comemoração ao Carnaval 2012 no Município de Nova Russas. **FAVORECIDO:** Francisco do Carmo Filho. **VALOR:** R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL:** Inciso III do Art. 25 da Lei Nº 8.666/93. **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE** emitida pela Presidente da Comissão de Licitação, Sra. Maria Luiza de Azevedo e ratificada pela Sra. Maria Rosilene Vieira Sampaio, Secretária de Educação e Cultura do Município de Nova Russas/CE. **Nova Russas/Ce, 14 de Fevereiro de 2012. Maria Luiza de Azevedo - Presidenta da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE TAUÁ - CPSMT - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1502.01/2012 - CPSMT. O Diretor Executivo do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - CPSMT, Sr. José Ariston Alves de Lima, torna público, para conhecimento dos interessados, que no período de 15.02.2012 a 31.05.2012, no horário de 08:00 às 12:00 horas, estará realizando CHAMAMENTO PÚBLICO, para **CRENCIAMENTO de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas para a Prestação de Serviços Especializados de Saúde, compreendendo Exames, Laudos e outros Procedimentos em atenção especializada, para atendimento das necessidades da Policlínica Dr. Frutuoso Gomes de Freitas, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - CPSMT, conforme especificações constantes do anexo I do edital**, o qual se encontra, na íntegra, à disposição de todos os interessados, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Abigail Cidrão, Nº 190, bairro Colibris, em Tauá-Ce, no horário de atendimento ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Tauá-Ce, 15 de Fevereiro de 2012. RITA MEIRE MARCELINO GONÇALVES - Presidente da CPL.**

*** **

AGRO INDUSTRIAL JAGUARUANA S/A - AGROIJA - CNPJ(MF) nº 07.561.855/0001-30 - "Empresa Beneficiária do Fundo de Investimentos do Nordeste" - Edital de Convocação. Pelo presente edital ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 10:00 (dez) horas do dia 27 de Fevereiro de 2012, na sede social da companhia, à Avenida Santos Dumont, 3060- sala 614 - Centro - Fortaleza, Estado do Ceará, de acordo com o artigo 124 da Lei das Sociedades Anônimas, Decreto Lei 10.303/2001, para deliberarem sobre as seguintes ordem do dia: 1) Aprovação das Contas da Administração, relativo as Demonstrações Contábeis encerrada em 31 de Dezembro de 2011; 2) Outros assuntos de interesse da sociedade, Fortaleza (CE), 06 de Fevereiro de 2012. José Wagner Jucá Pereira - Presidente

*** **

SERVTEC ENERGIA LTDA - Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente-SEMACE, a Licença Prévia nº 195/2011-DICOP/GECON (Alteração), válida até 11/7/2013, referente à Central Geradora Eólica denominada Bons Ventos Manor II, com 10 aerogeradores de 3MW de potência, totalizando uma potência de 30MW, a ser instalada numa área de 188,0 hectares, no município de Barroquinha/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da SEMACE.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARI - RESULTADO DE PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.01.06.01. A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Umari/CE, torna público o Resultado da Fase de Proposta de Preços da Tomada de Preços Nº 2012.01.06.01, que tem como Objeto Serviço de Varrição, Capinação, Poda de Árvores, Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos domiciliares e Urbanos do Município. Data: 14 de Fevereiro de 2012. Compareceram as Empresas: MAC Construções e Eventos Ltda e MJM Construções e Imobiliária Ltda. Após a Análise das Propostas foi Declarada como Vencedora a Licitante MAC Construções e Eventos Ltda, com o Valor Global de R\$ 405.247,48 (quatrocentos e cinco mil duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos) e em 2º lugar a Licitante MJM Construções e Imobiliária Ltda com o Valor Global de R\$ 406.879,18 (quatrocentos e seis mil oitocentos e setenta e nove reais e dezoito centavos). Todos os proponentes abdicaram do prazo recursal. **Umari – CE, 14 de Fevereiro de 2012. Cícero Rodrigues da Silva - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE MARACANAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 10.006/2012 – TP. A Comissão Central de Licitação da Prefeitura de Maracanaú, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 02 de Março de 2012, às Nove Horas, na sua sala de sessões, localizada à Avenida II Nº 150, Conjunto Jereissati I, Maracanaú, Ceará, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preços, do tipo “ Menor Preço Global”, tombada sob o Nº 10.006/2012 – TP, na forma da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, com fins à Contratação de Empresa para Executar a Obra de Ampliação da Adutora de Água Bruta para o Estádio Municipal, localizado no Bairro Centro, em Maracanaú, Ceará, tudo conforme especificações contidas no Anexo ao Edital, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão Central de Licitação, no endereço acima mencionado, no horário de 8:00h às 14:00h. Maiores informações na Sede da Comissão ou pelo telefone (85) 3521.5168. **Edson Pereira de Sousa - Presidente da Comissão Central de Licitação. Maracanaú, Ceará, em 14 de Fevereiro de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. Contratante: Prefeitura Municipal de Iguatu, através da Secretaria de Infraestrutura - CNPJ Nº 07.810.468/0001-90. **Contratada:** A. L. Teixeira Pinheiro (Teixeira Construções) CNPJ Nº 69.374.585/0001-06. **Fundamentação Legal:** Lei Federal Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **Licitação:** Tomada de Preços Nº TP-009/2011-SEINFRA. **Tipo:** Menor Preço Global - Empreitada no Regime de Execução Indireta. **Objeto:** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para a Recuperação das Estradas Vicinais com Tratamento Superficial Simples - TSS, que liga as localidades: Item 01 - Penha/ Cardoso/Barro Alto; Item 02 - Gadelha/Serrote, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, conforme Projetos, Planilhas de Orçamento e Cronograma Físico Financeiro, em Anexo. **Valor Global:** R\$ 1.019.817,86 (hum milhão, noventa e nove mil, oitocentos e dezessete reais, oitenta e seis centavos). **Data da Assinatura da Homologação:** 13 de Fevereiro de 2012. **Gleuberton Passini Mendonça - Secretário de Infraestrutura.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA - FUSPI - AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Pregão Presencial Nº PP-006/2012. **Objeto:** Aquisição de Material de Expediente, Suprimentos de Informática e outros Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Hospital Regional de Iguatu, de responsabilidade da Fundação de Saúde Pública, deste Município, de acordo com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), do Edital. **Tipo:** Menor Preço por Lote. O Pregoeiro comunica aos interessados que no dia 1º de Março de 2012, às 08:00 horas (horário local), no Paço da Prefeitura Municipal, estará recebendo os Envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, para a Licitação do Objeto acima citado. Maiores informações através do fone: (88) 3566.7922, das 07:30 às 11:30 horas. **Francisco Wérik de Girão Maia - Pregoeiro/Fuspi.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE – AVISO DE LICITAÇÃO. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 01 de Março de 2012, às 09:00h, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2012.02.15.01, tipo menor preço, cujo **Objeto** é Aquisição de Permanente e Mobiliário para atender a demanda da Creche no Município de Novo Oriente. O Edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 12:00h, no endereço da Prefeitura na Rua Deocleciano Aragão, 15, Centro – Novo Oriente – CE, 21 de Janeiro de 2012. **Cícera Gonzaga da Silva – Pregoeira.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA. EXTRATO DE CONTRATO. O(a) Secretaria de Educação do Município de Meruoca-Ce, torna público o Extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do Pregão Presencial Nº 01050001/2012; **Unidade Administrativa:** Secretaria de Educação; **Objeto:** Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar do Município de Meruoca; **Dotação Orçamentária:** 0603.12.361.0220.2.029; **Elemento de Despesa:** 33.90.30.00; **Contratados(as):** 1. F.V. Negreiros ME com o valor de R\$ 175.338,02 (cento e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e dois centavos) e 2. NUTRIMESC Comércio de Alimentos LTDA com o valor de R\$ 195.386,77 (cento e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), **Vigência do(s) Contrato(s):** da Data da Assinatura do(s) Contrato(s), até 31 de Dezembro de 2012; **Assina(m) pelos(as) Contratado(as):** Francisco Vidal Negreiro e Marlon Vidal Araújo; **Assina pela Contratante:** Francisco Irineu Bezerra Gomes; **Meruoca – CE, 15 de Fevereiro de 2012. Erivelton de Oliveira Lima - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE IPU – EXTRATO DE CONTRATO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2011. A Comissão permanente de Licitação da Câmara Municipal de Ipu, torna público o Extrato do Instrumento Contratual, referente a Licitação em epígrafe. **Objeto** é Locação de Veículo Caminhonete, Cabine Dupla, Motorização mínima 2.5, movido a Diesel, sem Limite de Quilometragem, ano não inferior a 2007, sem Motorista, destinado ao uso da Câmara Municipal de Ipu, durante o Exercício de 2012. **Contratante:** Câmara Municipal de Ipu – Ceará, representada pela Sra. Carmem Lúcia Pinto Martins. **Contratada:** B T Locação e Limpeza Ltda ME, CNPJ: 07.387.011/0001-15, com o Valor Mensal de R\$ 6.950,00 (seis mil e novecentos e cinquenta reais) e valor global de R\$ 83.400,00 (oitenta e três mil e quatrocentos reais), representada pelo Sr. Francisco Antonio Lopes Bezerra, inscrito no CPF/MF Nº 908.946.773-49. Classificada vencedora de acordo com os critérios fixados na referida licitação. **Data do Contrato:** 05/01/2012. **Ipu – CE, 10 de Janeiro de 2012. Maria Janete de Sousa Mororó - Presidente da Câmara Municipal de Ipu-Ceará.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 2012.02.14.1. A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Missão Velha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Licitação na Modalidade Pregão Nº 2012.02.14.1, do Tipo Presencial, cujo **Objeto** é a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao Atendimento dos Programas de Distribuição de Merenda Escolar da Rede Pública de Educação do Município de Missão Velha/CE, conforme especificações constantes no Instrumento Convocatório, com Recebimento dos Envelopes de Propostas de Preços e de Documentação de Habilitação marcado para o dia 05 de Março de 2012, às 08:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada à Rua Santos Dumont, Nº 64 - Centro, Missão Velha/CE. Entrega de Editais de Segunda à Sexta-feira, no mesmo local e horário. Informações poderão ainda ser obtidas através do telefone (88) 3542.1609. **Missão Velha/CE, 14 de Fevereiro de 2012. Alumaissa do Nascimento Dantas - Pregoeira Oficial do Município.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA DA CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012-SEPROS. A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 14:00h do dia 01 de Março de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 – Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 06/2012-SEPROS – Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Projeto Terceira Idade Cidadã. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 15 de Fevereiro de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO - RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.01.26.01. A Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 2012.01.26.01, cujo **Objeto** é: Contratação de Serviços de Transporte Escolar da Rede de Ensino Público Municipal, conforme especificações constantes nos anexos do instrumento convocatório, onde sagrou-se vencedora a empresa: ESTRUTURA CONSTR. TRANSPORTES E EVENTOS LTDA, CNPJ:10.988.417/0001-68, vencedora do certame, no valor total de R\$ 883.340,00 (oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta reais). **Piquet Carneiro, 08 de Fevereiro de 2012. O Pregoeiro Oficial.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUNDA RESULTADO JULGAMENTO. Torna Público o Resultado Julgamento das Propostas referente à Tomada de Preços Nº 002/2012, cujo **Objeto** é a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao Programa da Merenda Escolar das Escolas Públicas Municipais de Catunda durante o Exercício de 2012. **Empresas Vencedoras:** ALIMAXX COMERCIAL LTDA, CNPJ: 11.076.534/0001-18, venceu os itens: 07 e 09, pelo valor total de R\$ 31.798,08 (trinta e um mil e setecentos e noventa e oito reais e oito centavos), FAMERT-COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.013.838/0001-33, venceu os itens: 01, 02, 04, 05, 08, 10, 12 e 14, pelo valor total de R\$ 122.496,38 (cento e vinte e dois mil e quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos) e BETTA COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 11.597.355/0001-26, venceu os itens: 03, 06, 11 e 13, pelo valor total de R\$ 15.520,14 (quinze mil e quinhentos e vinte reais e quatorze centavos). **Catunda – CE, 13 de Fevereiro de 2012. Kelton Sousa da Silva – Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - EXTRATO DE CONTRATO - PREGAO PRESENCIAL Nº 0601.02/2012. Partes: Prefeitura Municipal de Canindé - CNPJ Nº 07.963.259/0001-87 e a Empresa S.C Serviços e Locações de Veículos Ltda, inscrita no CNPJ Nº 07.752.641/0001-41. **Objeto:** Contratação de Prestação de Serviços de Transporte Escolar para a Rede de Ensino Fundamental no Município de Canindé. **Fundamento Legal:** Pregão Presencial Nº 0601.02/2012, na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na proposta de preços da Contratada; **Valor Global:** R\$ 2.379.377,00 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais). **Dotação Orçamentária:** 1201.12.361.0238.2.055; **Elemento de Despesa:** 33.90.39.00. **Vigência:** Até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2012. **Assina pelo Contratante:** Maria Rosemary Cardoso Herculano - Secretária de Educação Infantil e Fundamental. **Assina pelo Contratado:** Stuart Castro Farias Lima. **Antonia Duciana Ferreira Andrade - Presidente da Comissão de Licitação. Canindé - CE, 07 de Fevereiro de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - EXTRATO DE CONTRATO - PREGAO PRESENCIAL Nº 1512.01/2011. Partes: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - CNPJ Nº 07.113.566/0001-79 e a Empresa Geopac Engenharia e Consultoria Ltda EPP, inscrita no CNPJ Nº 10.551.296/0001-92. **Objeto:** Contratação de Empresa Especializada na Área de Elaboração do Plano de Saneamento Básico de Canindé. **Fundamento Legal:** Pregão Presencial Nº 1512.01/2011, na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na Proposta de Preços da Contratada; **Valor Global:** R\$ 344.738,39 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos). **Dotação Orçamentária:** 1501.17512.06111.037; **Elemento de Despesa:** 33.90.39.00. **Vigência:** até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. **Assina pelo Contratante:** Airton da Silva Mendes - Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. **Assina pelo Contratado:** Leonardo Silveira Lima; **Antonia Duciana Ferreira Andrade - Presidente da Comissão de Licitação. Canindé - CE, 07 de Fevereiro de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA – AVISO DE LICITAÇÃO. A Secretaria de Saúde da PMI torna público o **Pregão Presencial Nº PP-0902.01/2012**, referente à Contratação de empresa especializada na disponibilização de reagentes e equipamentos sob o regime de comodato para realização de exames de hematologia e bioquímica junto à secretaria de saúde do Município de Ibiapina, marcado para o dia **02 de Março de 2012**, na sede da PMI, localizada na Rua Moisés Aarão, S/N, às **09h00min**. Para aquisição de cópias do edital, os interessados deverão acessar o endereço eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes> ou dirigir-se a sede da PMI no período de 08h00min às 12h00min em dias de expediente normal a partir da data da publicação deste aviso. **Ibiapina/CE, 14 de Fevereiro de 2012. Adeilton Mendonça Amaro, Secretário de Saúde.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU - AVISO DE RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2012. Objeto: Contratação de Empresa para Executar Serviços de Construção de E.E. Fundamental do Sítio Bananeiras Zona Rural do Município de Caririáçu – CE, conforme Projeto Básico em Anexo. **EMPRESAS HABILITADAS:** AF Construtora LTDA, JNT Engenharia LTDA, C2 Construtora e Prestadora de Serviços LTDA ME e Alcance Assessoria Projetos e Construções LTDA. **EMPRESA CLASSIFICADA:** AF Construtora LTDA, Apresentou Proposta de Preço no Valor Global de R\$ 739.825,53 (Setecentos e Trinta e Nove Mil Oitocentos e Vinte e Cinco Reais e Cinquenta e Três Centavos). **Caririáçu - CE, 14 de Fevereiro de 2012. Felipe de Sousa Brito Presidente da Comissão de Licitação**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE MARACANAÚ - EXTRATO DO CONTRATO Nº 1510.12.02.01.02 - TOMADA DE PREÇOS Nº 15.003/2011-TP. Contratante: Prefeitura de Maracanaú - Ceará/Secretaria de Assistência Social e Cidadania. **Contratada:** Visual Construções Ltda. **Data da Assinatura do Contrato:** 01 de Fevereiro de 2012. **Valor Global do Contrato:** R\$ 408.896,53 (quatrocentos e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos). **Procedimento Licitatório:** Tomada de Preços. **Objeto:** Contratação de Empresa para Executar a Construção do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro Timbó, em Maracanaú-CE. **Prazo de Vigência do Contrato:** 12 (doze) Meses. **Origem dos Recursos:** 1590.0824400341.089 - 4.4.90.51 - 3/100 e 1590.0824400341.089 - 4.4.90.51 - 3/109. **Assina (m) pelo (a) Contratado (a):** Cláudio Régis Pitta de Souza - Sócio Representante. **Assina (m) pelo (a) Contratante:** Iêda Maria Nobre de Castro - Secretária de Assistência Social e Cidadania do Município de Maracanaú/CE. **Maracanaú/CE, em 14 de Fevereiro de 2012. Edson Pereira de Sousa - Presidente da Comissão Central de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - EXTRATO DE CONTRATO - PREGAO PRESENCIAL Nº 1512.02/2011. Partes: Prefeitura Municipal de Canindé - CNPJ Nº 07.963.259/0001-87 e a Empresa Geopac Engenharia e Consultoria Ltda EPP, inscrita no CNPJ Nº 10.551.296/0001-92. **Objeto:** Elaboração de Estudos e Projetos para Urbanização de Assentamento Precário (Bairro CAN) na Sede do Município de Canindé. **Fundamento Legal:** Pregão Presencial Nº 1512.02/2011, na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na Proposta de Preços da Contratada; **Valor Global:** R\$ 577.132,31 (quinhentos e setenta e sete mil, cento e trinta e dois reais e trinta e um centavos). **Dotação Orçamentária:** 0401.1648205151.009; **Elemento de Despesa:** 33.90.39.00. **Vigência:** até 180 (cento e oitenta) dias. **Assina pelo Contratante:** José Airton Maciel Lima - Secretária de Desenvolvimento Econômico E Infraestrutura. **Assina pelo Contratado:** Leonardo Silveira Lima; **Antonia Duciana Ferreira Andrade - Presidente da Comissão de Licitação. Canindé - CE, 07 de Fevereiro de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. Contratante: Prefeitura Municipal de Iguatu, através da Secretaria de Infraestrutura - CNPJ Nº 07.810.468/0001-90. **Contratada:** A. L. Teixeira Pinheiro (Teixeira Construções) CNPJ Nº 69.374.585/0001-06. **Fundamentação Legal:** Lei Federal Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **Licitação:** Concorrência Pública Nº C-003/2011-SEINFRA. **Tipo:** Menor Preço Global - Empreitada no Regime de Execução Indireta. **Objeto:** Contratação de Obras e Serviços para a Execução da Pavimentação Asfáltica em AAUQ, em diversas Ruas da Sede deste Município, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, deste Município, conforme Projetos, Planilhas de Orçamento e Cronogramas Físicos Financeiros, em Anexo. **Valor Global:** R\$ 3.498.775,71. **Data da Assinatura da Homologação:** 13 de Fevereiro de 2012. **Gleuberton Passini Mendonça - Secretário de Infraestrutura.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.02.14.1 O Pregoeiro Oficial do Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando, certame licitatório na modalidade Pregão nº 2012.02.14.1, do tipo presencial, cujo objeto é a aquisição de livros didáticos infantis, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria de Educação do Município de Várzea Alegre/CE, com o recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação ocorrendo no dia 02 de março de 2012, às 09:00 (nove) horas. Maiores informações e entrega do Edital na sede da Comissão de Licitação, sito à Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153, Centro, Várzea Alegre/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Informações poderão ainda ser obtidas através do telefone (88) 3541-2893. **Várzea Alegre/CE, 14 de fevereiro de 2012. João Pereira Lacerda – Pregoeiro Oficial do Município de Várzea Alegre/CE.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. A Comissão de Licitação do Município de Bela Cruz, comunica aos interessados que no próximo dia 02 de Março de 2012, às 09:00 horas, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2012.02.14.01 - Secretaria de Educação, cujo Objeto é a Aquisição de Mobiliário e Equipamentos Padronizados para equipar as Escolas de Educação Infantil – Proinfancia. Os envelopes de Propostas e documentação serão recebidos na Sala da Comissão de Licitação até as 09:10hs. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, sito à Rua 7 de Setembro Nº 34, 1º Andar, bairro Centro, no horário de 7:00 às 13:00 horas, nos dias úteis após esta publicação. **Bela Cruz - CE, 14 de Fevereiro de 2012. Júlio Sérgio dos Santos - Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.01.19.01 - RESULTADO DA HABILITAÇÃO. O Município de Capistrano, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado da habilitação da TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.01.19.01, referente à licitação para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL. Empresa HABILITADA: PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. Empresa INABILITADA: D & V COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA ME por não cumprir o Edital no item 5.1 – Sub-item II – alínea B; Sub-item III – alínea A e Sub-item IV – alínea B. **Capistrano – CE, 14 de Fevereiro de 2012. Antonio Ernando Araújo de Souza. Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.01.25.01. A Prefeitura Municipal de Redenção, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 2012.01.25.01, cujo **Objeto** é: Obtenção de Proposta mais vantajosa para a Administração, relativa à: Serviços de Transporte Escolar, relativo ao Ensino Médio, Fundamental e Infantil, **conforme especificações constantes nos anexos do instrumento convocatório**, onde sagrou-se vencedora a empresa: TRANSERV. SERV. E CONST. LTDA, CNPJ:11.304.234/0001-49, valor total estimado de R\$ 649.931,04 (seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e trinta e um reais e quatro centavos). **Redenção, 06 de Fevereiro de 2012. O Pregoeiro Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012-SEGA. A Prefeitura Municipal de Camocim comunica aos interessados que estará recebendo, até às 14:00h do dia 01 de Março de 2012, na Sala de Reuniões da Comissão da Licitação, sito à Praça da Estação S/Nº, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial Nº 02/2012-SEGA – Aquisição de Combustível e Lubrificante para a Frota de Veículos das Secretarias Municipais. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h de segunda a quinta e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **Camocim, 15 de Fevereiro de 2012. Maria Valdineide dos Reis de Oliveira – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA DA CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012-SEPROS. A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 08:30h do dia 01 de Março de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 – Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial Nº 04/2012-SEPROS – Aquisição de material de Higiene e Limpeza para o Projeto Terceira Idade Cidadã. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 15 de Fevereiro de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA DA CIDADANIA E PROMOÇÃO SOCIAL AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012-SEPROS. A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 10:30h do dia 01 de Março de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 – Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 05/2012-SEPROS – Aquisição de material de expediente para o Projeto Terceira Idade Cidadã. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 15 de Fevereiro de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - AVISO DE CONTINUIDADE - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2701.01/2012-02 - SMS. O Pregoeiro do Município de Crato-CE, Sr. José Wilson Marques Júnior, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no próximo dia 16 de Fevereiro de 2012, às 10:00h, na Sede da Comissão de Licitação, localizada no Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, Crato-CE, estará dando continuidade ao Certame supracitado com a Fase de Lances, para a Aquisição de Medicamentos destinados as atividades da Secretaria de Saúde. **O Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 1502.01/2012-SESAU – DESCRIÇÃO: A Comissão de Licitação torna público que no dia 02 de Março de 2012, às 10:00 horas estará abrindo Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 1502.01/2012-SESAU, com o **Objeto:** Contratação de Empresa de Engenharia para Executar Serviços de: (LOTE I) Reforma e Ampliação da Unidade de Saúde CAP'S Álcool e Drogas, (LOTE II) reforma e ampliação do CEREST do Bairro Santa Tereza, neste município de Juazeiro do Norte – CE. O Edital poderá ser adquirido nos sites: www.juazeiro.ce.gov.br/conteudo/licitacao e www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. **Juazeiro do Norte/Ce, 14 de Fevereiro de 2012. Maria Aparecida Alves da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 1502.01/2012, cujo **Objeto** é Aquisição de Medicamentos, Material Hospitalar e Material Odontológico, da seguinte forma: Dia 02 de Março de 2012, às 09:00h, Credenciamento e Recebimento dos Envelopes Proposta e Documentação. Dia 09 de Março de 2012, às 09:00h, Sessão de Lances. O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 11h30min no endereço da Prefeitura à Rua José Ibiapina Rocha, S/Nº Centro. **Morrinhos - CE, 15 de Fevereiro de 2012. Presidente da Comissão de Licitação - Antonio Herlom Marques Ursulino.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012-SEGA. A Prefeitura Municipal de Camocim comunica aos interessados que estará recebendo, até às 15:30h do dia 01 de Março de 2012, na sala de reuniões da Comissão da Licitação, sito à Praça da Estação S/Nº, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial Nº 03/2012-SEGA – Aquisição de Material de Expediente. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h de segunda a quinta e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **Camocim, 15 de Fevereiro de 2012. Maria Valdineide dos Reis de Oliveira – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM GUARDA MUNICIPAL DE CAMOCIM - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012-GMC. A Prefeitura Municipal de Camocim comunica aos interessados que estará recebendo, até às 10:00hs do dia 01 de Março de 2012, na Sala de Reuniões da Comissão da Licitação, sito à Praça da Estação S/Nº, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial Nº 02/2012-GMC – Aquisição de dois Semáforos de Sinalização. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário das 8:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta e das 08:00 às 13:00h às sextas-feiras. **Camocim, 15 de Fevereiro de 2012. Maria Valdineide dos Reis de Oliveira – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM GUARDA MUNICIPAL DE CAMOCIM - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012-GMC. A Prefeitura Municipal de Camocim comunica aos interessados que estará recebendo, até às 08:30hs do dia 01 de Março de 2012, na Sala de Reuniões da Comissão da Licitação, sito à Praça da Estação S/Nº, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial Nº 01/2012-GMC – Aquisição de Duas Motocicletas. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário das 8:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta e das 08:00 às 13:00h às sextas-feiras. **Camocim, 15 de Fevereiro de 2012. Maria Valdineide dos Reis de Oliveira – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. No dia 02 (dois) do mês de Janeiro de 2012, foi afixado no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal a Certidão de Adjudicação e Homologação da Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 1401.01/2011, cujo **Objeto** é a Elaboração de Estudos e Projetos para Urbanização de Assentamento Precário (Bairro CAN) na Sede do Município de Canindé, em favor da Empresa Geopac Engenharia e Consultoria Ltda EPP, no Valor Global de R\$ 577.132,31 (quinhentos e setenta e sete mil, cento e trinta e dois reais e trinta e um centavos). **José Airton Maciel Lima - Secretária de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura. Canindé-CE, 07 de Fevereiro de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE CRATEÚS - AVISO DE LICITAÇÃO. A Câmara Municipal de Crateús/CE através da Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de Licitação Nº 2012.02.15.1 – na Modalidade Pregão Presencial, tendo por **Objeto** a Contratação de Prestação de Serviços Radiofônicos para Veiculação de Matérias, Notas, Avisos, Divulgação de Atividades Administrativas, Transmissão ao vivo de Solenidades e Sessões do Poder Legislativo do Município de Crateús/CE. A abertura realizar-se-á no dia 02/03/2012 às 09:30hs na Sala da Comissão Permanente de Licitação situada na Rua Carlos Rolim, 73 - Crateús - Centro - Crateús/CE. Informações pelo fone: (88) 3691.2011. **Crateús/CE, em 15 de Fevereiro de 2012 – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE POTENGI EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CANCELAMENTO. A Prefeitura Municipal de Potengi, torna público, que fica **CANCELADA** a Licitação na Modalidade Pregão Presencial autuado sob o Nº 2012.01.26.001FG, cujo Objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na em Eventos para realização dos Festejos Alusivos a São José, com data de abertura marcada para o dia 16 de Fevereiro de 2012, às 15:00h, na Sala da Comissão de Licitação, situada na Rua José Edmilson Rocha, 135, Centro - Potengi - Ceará. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone (088)3538.1262 nos dias e horários de funcionamento da Prefeitura. **Potengi/CE, 14 de Fevereiro de 2012. Maria Alice Rodrigues Feitosa – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012-SEAG. A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 16:00h do dia 01 de Março de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 - Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 03/2012-SEAG - Aquisição de Material de Construção para Secretarias Municipais. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 15 de Fevereiro de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó – Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÊ - AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1402.01/2012DIV – SECRETARIA DIVERSAS. O Pregoeiro deste Município torna público o Edital do Pregão Presencial Nº 1402.01/2012DIV – Secretaria Diversas, cujo **Objeto** é a Aquisição de Peças, Pneus e Óleos Lubrificantes para Veículos Automotores e Motocicletas, destinados a suprir as necessidades das Secretarias Diversas do Município de Ererê, conforme Anexos. Recebimento dos envelopes dia 02/03/2012, às 10:00h, na Sala da CPL, no Paço Municipal. Informações: Rua Pe. Miguel Xavier de Moraes, Nº 20, ou pelo fone (0**88) 3434-1041. **Ererê – CE, 08 de Fevereiro de 2012. Herold Alex da Silva Andrade - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA SECRETARIA DE SAÚDE. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapiuna, localizada na Av. São Cristóvão, 215, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Presencial Nº 15.02.02/2012, cujo **Objeto** é a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a ao Hospital e Maternidade Professor Waldemar de Alcântara e a Secretaria de Saúde do Município de Itapiuna - CE, que realizar-se-á no dia 01.03.2012, às 14:00hs, referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00hs às 12:00hs. **Itapiúna-CE, 15 de Fevereiro de 2012. Antonio Altemar Bezerra - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARETAMA - AVISO DE LICITAÇÃO. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 1502.01/2012, cujo **Objeto** é Aquisição de Medicamentos e Material Hospitalar, da seguinte forma: Dia 01 de Março de 2012, às 09:00h, Credenciamento e Recebimento dos Envelopes Proposta e Documentação. Dia 08 de Março de 2012, às 09:00h, Sessão de Lances. O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 11h30min no endereço da Prefeitura à Rua Padre João Scorpel, Nº 53 - Centro. **Ibaretama - CE, 15 de Fevereiro de 2012. Francisco Diony Soares da Silva, Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO - RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.01.19.01. A Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.01.19.01, cujo **Objeto** é: Fornecimento de GÁS GLP destinado a todas as Secretarias do Município de Piquet Carneiro, **conforme especificações constantes nos Anexos do instrumento convocatório**, onde sagrou-se vencedora a empresa: HERLANDIO COSTA ALEXANDRINO, CNPJ:109.302.335/0001-39, vencedora do certame, no valor total de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais). **Piquet Carneiro, 06 de Fevereiro de 2012. O Pregoeiro Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Parambu, localizada na Rua Juscelino Kubitschek, 85, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.02.15.001, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Parambu, que realizar-se-á no dia **05.03.2012, às 09:00 hs. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, de 08:00 às 12:00 hs. Parambu-Ce; 15 de fevereiro de 2012. Sandra de Menezes Noronha - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. No dia 02 (dois) do mês de Janeiro de 2012 foi afixado no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal a Certidão de Adjudicação e Homologação da Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 1512.01/2011, cujo **Objeto** é a Elaboração do Plano de Saneamento Básico de Canindé, em favor da Empresa Geopac Engenharia e Consultoria Ltda EPP, no Valor Global de R\$ 344.738,39 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos). **Airton da Silva Mendes - Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Canindé-CE, 07 de Fevereiro de 2012.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapiuna, localizada na Av. São Cristóvão, 215, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Presencial Nº 15.02.01/2012, cujo **Objeto** é a Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapiúna-CE, que realizar-se-á no dia 01.03.2012, às 09:00hs, referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00hs às 12:00hs. **Itapiúna-CE, 15 de Fevereiro de 2012. Antonio Altemar Bezerra - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARETAMA - AVISO DE ANULAÇÃO. A Comissão de Licitação comunica aos interessados, a Anulação da Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 2209.01/2011, cujo **Objeto** é Aquisição de Materiais Médico Hospitalar e Medicamentos Hospitalares destinado a Secretaria de Saúde do Município de Ibaretama. Maiores Informações no endereço da Prefeitura à Rua Padre João Scorpel, Nº 53 - Centro. **Ibaretama - CE, 15 de Fevereiro de 2012. Francisco Diony Soares da Silva, Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU. A SEMURB (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano) da Prefeitura Municipal de Iguatu torna público que conforme Lei Municipal Nº 1.597, de 15 de Dezembro de 2011, que instituiu o Licenciamento Ambiental no Município de Iguatu está com as inscrições abertas para a Implantação do Cadastro Técnico Municipal para Consultores (Pessoa Físicas e Jurídicas) a partir de 14/02/2012, no horario comercial, no endereço, Rua Edgar Eudes Rola - 08 Bairro Vila Jardim, Município de Iguatu. 14 de Fevereiro de 2012 - Iguatu - CE.

*** **

ESTADO DO CEARÁ- MUNICÍPIO DE CAUCAIA – AVISO DE PUBLICAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA – CONCORRÊNCIA Nº 00.001/2011-CP. O Presidente da CPCL de Caucaia, torna público para conhecimento dos interessados, que após o transcorrer de todas as Fases de Julgamento e seus respectivos prazos recursais, foi declarada vencedora do referido certame a Licitante: Paz Publicidade e Marketing Ltda. **Caucaia/CE, 14/02/2012. José Cleandro Araújo Silva - Presidente da Comissão Permanente Central de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA - AVISO DE CANCELAMENTO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12-02-TP-O. A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Varjota torna público o Cancelamento da Licitação que se realizaria no dia 23 de Fevereiro de 2012, às 08:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada a Rua: Artur Ramos, 232 - Centro - Varjota - CE, **Objeto:** Obras e Serviços de Engenharia. **Modalidade:** Tomada de Preço. **Varjota - CE, 13 de Fevereiro de 2012. Ernesto Rodrigues de Moraes - Presidente.**

*** **

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Torna público que requereu à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a Licença de Instalação para Infraestrutura de Terraplenagem e Macrodrenagem da Área Administrativa da Refinaria Premium II, no Município de Caucaia, Estado do Ceará, no setor II do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE - AVISO DE ERRATA. A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maranguape torna público a Errata da Dispensa de Licitação Nº 13/2011-CCS. **Onde se lê:** Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maranguape - Dispensa de Licitação Nº 13/2011-CCS, **Leia Se:** Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maranguape - Aviso de Errata - Dispensa de Licitação Nº 13/2011-CCS. **Maranguape - CE, 14 de Fevereiro de 2012. Maria Nady Mendes Benevides.**

*** **

AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente nas Casas do Cidadão, nos endereços abaixo:
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica
Casa do Cidadão do Shopping Diogo: Rua Barão do Rio Branco nº1006
1º andar - Centro.

MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)

3101-5059 / 3101-5060 (**Diogo**)

3466-4025 / 3466-4912 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h

13h30 às 15h

DESTINADO(A)

--